

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE  
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE

A MATRIZ NOSSA SENHORA DA GRAÇA E O MUSEU DE ARTE SACRA PADRE  
ANTÔNIO DE NÓBREGA: (INTER)RELAÇÕES (I)MATERIAIS

BEATRIZ RENGEL

JOINVILLE/SC

2019

BEATRIZ RENGEL

A MATRIZ NOSSA SENHORA DA GRAÇA E O MUSEU DE ARTE SACRA PADRE  
ANTÔNIO DE NÓBREGA: (INTER)RELAÇÕES (I)MATERIAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille), como requisito para obtenção de título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, sob orientação do professor doutor Euler Renato Westphal e coorientação da professora doutora Ilanil Coelho.

Joinville (SC)

2019

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

Rengel, Beatriz

R412s A matriz Nossa Senhora da Graça e o Museu de Arte Sacra Padre Antônio de Nóbrega: (inter)relações (i)materiais / Beatriz Rengel ; orientador Dr. Euler Renato Westphal; coorientadora Dra. Ilanil Coelho. – Joinville: UNIVILLE, 2019.

193 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade

– Universidade da Região de Joinville)

1. Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça (São Francisco do Sul). 2. Patrimônio cultural. 3. Memória (Filosofia). I. Westphal, Euler Renato (orient.). II. Coelho, Ilanil (coorient.). Título.

CDD 363.69098164

Elaborada por Christiane de Viveiros Cardozo – CRB-14/778

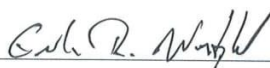
## Termo de Aprovação

“A Matriz Nossa Senhora da Graça e o Museu de Arte Sacra Padre Antônio de Nóbrega:  
(Inter)relações (I)materiais”

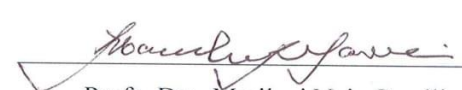
por

Beatriz Rengel


Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestra em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovado em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade.

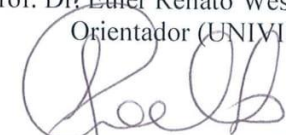
  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Euler Renato Westphal  
Orientador (UNIVILLE)

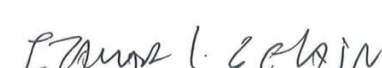
  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Ilanil Coelho  
Coorientadora (UNIVILLE)

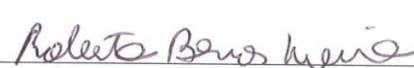
  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Mariluci Neis Carelli  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade

### Banca Examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Euler Renato Westphal  
Orientador (UNIVILLE)

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Ilanil Coelho  
Coorientadora (UNIVILLE)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Itamar Luís Gelain  
(Centro Universitário Católica de Santa Catarina)

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Roberta Barros Meira  
(UNIVILLE)

Joinville, 07 de fevereiro de 2019.

*Este trabalho é dedicado à honra e glória de Nossa Senhora da Graça e aos meus pais, Arno e Bernadete, que sempre intercederam por mim junto à Mãe Maria.*

## AGRADECIMENTOS

“Coragem! E sedes fortes. Nada vos atemorize, e não os temais, porque é o Senhor vosso Deus que marcha à vossa frente: ele não vos deixará nem vos abandonará” (Deuteronômio 31:6).

Agradeço primeiramente a Deus, que nos momentos de turbulências, dificuldades e desânimo me deu forças para continuar e sabedoria para concluir este trabalho.

Agradeço aos meus pais, Arno Rengel e Bernadete Inácio Rengel, que sempre me incentivaram a estudar, que nos momentos de tristeza secaram minhas lágrimas e que quando não havia condições de ir a São Francisco do Sul patrocinavam a gasolina e os lanches. Vocês mostraram-me a importância da educação e do amor. Obrigada por todas as orações e por me ensinarem o caminho da fé.

“O amor é paciente, o amor é bondoso. Não inveja, não se vangloria, não se orgulha. Não maltrata, não procura seus interesses, não se ira facilmente, não guarda rancor. O amor não se alegra com a injustiça, mas se alegra com a verdade. Tudo sofre, tudo crê, tudo espera, tudo suporta. O amor jamais acabará” (1 Coríntios 13:4-8).

Agradeço ao meu companheiro de vida, Ligt Chopin Diniz Filho, a paciência, a compreensão, o apoio, a espera, por lutar comigo e me segurar nos momentos de fraqueza. Obrigada por estar ao meu lado, por revisar meus textos, imagens e arrumá-los sempre que necessário.

Ao Laboratório de História Oral (LHO), na pessoa do professor Fernando César Sossai, que me acolheu ainda na graduação e me deu todo o suporte necessário para que chegasse até aqui. Meu muito obrigada! Aos meus colegas do LHO, Roberto Montes Filho, Valéria Fernanda Serpa Steinke, Thainá Takemoto, Eloyse Davet, Bruna Carolina e Danilo, as tardes prazerosas de pesquisa e café.

Aos amigos de pesquisa Gilmar Nilsen e Amanda Gassenferth, por compartilharem comigo esses momentos de alegria e desespero que o mestrado nos trouxe.

Ao mestre Pedro Romão Mickucz, por me incentivar a seguir estudando, os livros emprestados, a confiança, os abraços e principalmente sua amizade. A fusqueira Catarina Kortmann Osik, por compartilhar seu amor por história e Fuscas

comigo, por nos momentos certos ter um abraço apertado e um sorriso largo para me animar.

Agradeço a minha tia Roseli Rengel e a meu primo Reginaldo Vargas, por compartilhar a pesquisa e a fé em Nossa Senhora comigo e por patrocinarem as medalhinhas que todos que participaram da pesquisa ganharam.

Agradeço à Universidade da Região de Joinville (Univille) e à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc), por viabilizarem recursos financeiros e estruturais para a construção desta pesquisa, bem como aos Professores Doutores Euler Renato Westphal e Ilanil Coelho por todas as orientações e conselhos dados nesses dois anos.

A todos os mestres que me auxiliaram nesse caminho da graduação e do mestrado, especialmente a professora Elizabete Tamanini, que me deu amparo para entrar no mestrado, e a professora Roberta Barros Meira, que me acolheu em sua sala de aula e apoiou minhas loucuras de estagiária. Ao 2.º ano do curso de História, por embarcarem na minha viagem e agregarem tanto conhecimento.

Agradeço à Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça e ao Museu Diocesano de Arte Sacra Padre Antônio Nóbrega, que confiaram em mim e abriram as portas de sua casa para esta pesquisa tão significativa.

Agradeço aos entrevistados e às pessoas que fizeram parte desta pesquisa. Foi por vocês e com vocês que chegamos até aqui. Gratidão especial a Michelli, Thiego e Giovanni, que de todas as maneiras me ajudaram a escrever esta investigação. Este trabalho é nosso!

*“Decerto, mesmo que a história fosse julgada incapaz de outros serviços, restaria dizer, a seu favor, que ela entretém. Ou, para ser mais exato – pois cada um busca seus passatempos onde mais lhe agrada –, assim parece, incontestavelmente, para um grande número de homens. Pessoalmente, do mais remoto que me lembre, ela sempre me pareceu divertida. Como todos os historiadores, eu penso. Sem o quê, por quais razões teriam escolhido esse ofício? Aos olhos de qualquer um que não seja um tolo completo, com quatro letras, todas as ciências são interessantes. Mas todo cientista só encontra uma única cuja prática o diverte. Descobri-la para a ela se dedicar é propriamente o que se chama vocação” (BLOCH, 2001, p. 43).*



## RESUMO

Objetivamos nessa pesquisa compreender as relações e os imbricamentos da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, percebendo os usos e as apropriações de funcionários, comunidade e turistas. A igreja está localizada no centro histórico da cidade de São Francisco do Sul (SC). Com base na historiografia local de Piazza (1982; 1983), Pereira (1984), Gluck (2014) e Santos *et al.* (2004), ampliou-se a discussão sobre a importância dessa construção para a cidade. A dissertação apresenta a história, a memória e os usos desse prédio tombado, as memórias de oito sujeitos entrevistados que trabalham ou que pertencem à comunidade e o olhar do visitante e do turista para a igreja, obtido por intermédio de formulários e observações de campo. As discussões desenvolvidas na pesquisa partem da materialidade da igreja e se expandem para a imaterialidade dos usos, das apropriações, da fé, das tradições. O local é importante por ter mais de 350 anos e contribuir para a história da cidade. Mesmo sendo um patrimônio tombado, ele continua em funcionamento e tendo a participação da comunidade. Por isso, discutimos aqui essa relação entre o patrimônio e os sujeitos. Suas narrativas são abordadas por meio da metodologia da história oral, das observações e dos formulários. Trabalhamos assim interdisciplinarmente com a antropologia, a sociologia e a teologia, num debate amplo sobre patrimônio cultural e religioso. Dialogamos com Le Goff (2003; 2014), Berger (1985) e Certeau (1994; 2011) ao longo de toda a pesquisa a fim de compreendermos mais sobre memória, usos, apropriações e significados que a igreja recebe. As fontes escritas estão disponíveis na Biblioteca Municipal de São Francisco do Sul, no Museu Diocesano de Arte Sacra Padre Antônio Nóbrega, no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) de São Francisco do Sul, no *site* do Vaticano e no *site* do Ministério do Turismo. Como resultado, percebemos que o uso feito por diferentes grupos parte do motivo que o levou ao local, seja para trabalhar, para rezar ou para conhecer. Cada apropriação e significado que a igreja recebe é diferente entre os grupos e entre os indivíduos. Um mesmo patrimônio, porém diversos usos, apropriações e significados.

**Palavra-chave:** apropriações; patrimônio cultural; memória religiosa.

## ABSTRACT

It aims to understand relations and interweaving present in the Mother Church of Our Lady of Grace perceiving the uses and appropriations of it by the employees, community and tourists. The church is located at the historical center of the city of São Francisco do Sul and by the local historiography of Piazza (1982, 1983), Pereira (1984), Gluck (2014) and Santos et al. (2004) the discussion about the importance of this construction to the city was expanded. The dissertation presents the history, memory and uses of this listed building; the memories of eight interviewed subjects that work or belong to the community; and the visitor's view, from the tourist to the church, obtained through forms and field observations. The discussions presented in the research depart from the materiality of the church and expands into the immateriality of the uses, appropriations, faith, traditions. An important site that is 350 years old, that contributes to the history of the city and even though it's an antique and listed heritage, it remains in operation and with the participation of the community. That's why we discuss here the heritage relation with the subjects, where their narratives are approached through the methodology of oral history, observations and forms. Therefore we work interdisciplinarily with anthropology, sociology, theology, a broad discussion on cultural and religious heritage. We engage with Le Goff (2003, 2014), Berger (1985) and Certeau (1994; 2011) throughout our research in order to understand more about the memory, uses, appropriations and meanings that the church receives and transmits. Written sources are available in the Municipal Library of São Francisco do Sul, the Diocesan Museum of Sacred Art Father Antonio Nóbrega, the IPHAN of São Francisco do Sul, the Vatican website and the Ministry of Tourism's website. As a result, we perceive that the uses made by different groups are based on the motive that led them to the place, being it for work, for prayer or for knowledge, each appropriation and meaning that the Church receives are different between groups and between individuals; the same heritage, diverse uses, appropriations and meanings.

**Keywords:** appropriations; cultural heritage; religious memory.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Cidades de Joinville, São Francisco do Sul e Florianópolis .....	27
<b>Figura 2</b> – Cidades limítrofes de São Francisco do Sul (SC).....	28
<b>Figura 3</b> – Comemoração dos 509 anos de São Francisco do Sul.....	33
<b>Figura 4</b> – Dioceses em Santa Catarina.....	46
<b>Figura 5</b> – Vista da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, em São Francisco do Sul (SC).....	60
<b>Figura 6</b> – Localização da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, em São Francisco do Sul (SC).....	61
<b>Figura 7</b> – Transformação da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, em São Francisco do Sul (SC) .....	63
<b>Figura 8</b> – Espessura da parede da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, em São Francisco do Sul (SC) .....	66
<b>Figura 9</b> – Planta da construção atual da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, pisos térreo e superior.....	67
<b>Figura 10</b> – Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça em 2018.....	69
<b>Figura 11</b> – Altares da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça até os anos 1960 ....	70
<b>Figura 12</b> – Altar-mor da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça.....	71
<b>Figura 13</b> – Casa paroquial construída pelos franciscanos .....	73
<b>Figura 14</b> – Planta da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, com museu e secretaria.....	76
<b>Figura 15</b> – Nossa Senhora das Graças .....	83
<b>Figura 16</b> – Medalha milagrosa de Nossa Senhora das Graças .....	83
<b>Figura 17</b> – Nossa Senhora da Graça .....	85
<b>Figura 18</b> – Objetos do Museu de Arte Sacra Padre Antônio Nóbrega, em São Francisco do Sul (SC) .....	91
<b>Figura 19</b> – Lápide exposta no museu pertencente a Padre Antônio Nóbrega .....	95
<b>Figura 20</b> – Entrada do Museu Diocesano de Arte Sacra Padre Antônio Nóbrega, em São Francisco do Sul (SC) .....	97
<b>Figura 21</b> – Campanha de arrecadação ocorrida em 2017 .....	131
<b>Figura 22</b> – Participação da comunidade .....	132
<b>Figura 23</b> – Aula no entorno da igreja .....	133

<b>Figura 24</b> – Cotidiano da comunidade.....	133
<b>Figura 25</b> – Festa de Nossa Senhora da Graça .....	135
<b>Figura 26</b> – Procissão do dia 8 de setembro .....	135
<b>Figura 27</b> – Feira da festa em homenagem à Nossa Senhora da Graça .....	136
<b>Figura 28</b> – Coreto da festa religiosa de 1905.....	137
<b>Figura 29</b> – Missa campal de 1918.....	137
<b>Figura 30</b> – Lista de tipologias do turismo .....	141
<b>Figura 31</b> – Turista x visitante .....	149
<b>Figura 32</b> – Barco Príncipe atracado em São Francisco do Sul .....	153
<b>Figura 33</b> – Placas de boas maneiras na Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça .....	162

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Idade dos participantes da pesquisa.....	154
<b>Gráfico 2</b> – Gênero dos participantes da pesquisa.....	154
<b>Gráfico 3</b> – Escolaridade dos participantes da pesquisa.....	155
<b>Gráfico 4</b> – Religião dos participantes da pesquisa.....	155
<b>Gráfico 5</b> – Naturalidade dos participantes da pesquisa .....	156

## LISTA DE QUADROS

**Quadro 1** – Visão dos turistas sobre a Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça..... 158

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
<b>1 RITU INICIAL: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DE SÃO FRANCISCO DO SUL E DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL</b> .....	<b>27</b>
1.1 HISTÓRIA DE SÃO FRANCISCO DO SUL: DE VILA À CIDADE .....	30
<b>1.1.1 São Francisco do Sul: um patrimônio</b> .....	<b>37</b>
1.2 BREVE PANORAMA DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL .....	39
1.3 RELIGIOSIDADE CATÓLICA EM SANTA CATARINA .....	44
<b>2 LITURGIA DIÁRIA: TENSÕES E RELAÇÕES ENTRE IGREJA E MUSEU</b> .....	<b>48</b>
2.1 DE CAPELA A SANTUÁRIO: A IGREJA NOSSA SENHORA DA GRAÇA .....	55
2.2 NOSSA SENHORA DA GRAÇA, NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS: HISTÓRIAS E HISTÓRIAS .....	79
<b>2.2.1 Histórias e histórias: Nossa Senhora das Graças</b> .....	<b>82</b>
<b>2.2.2 Histórias e histórias: Nossa Senhora da Graça</b> .....	<b>84</b>
2.3 MUSEU DIOCESANO DE ARTE SACRA PADRE ANTÔNIO NÓBREGA .....	89
<b>2.3.1 Museu de arte sacra: sagrado ou profano?</b> .....	<b>97</b>
2.4 TENSÕES E RELAÇÕES ENTRE A IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA GRAÇA E O MUSEU DIOCESANO DE ARTE SACRA PADRE ANTÔNIO NÓBREGA .....	106
<b>3 PROFISSÃO DA FÉ: APROPRIAÇÕES E RELAÇÕES DE FÉ</b> .....	<b>115</b>
3.1 MEMÓRIAS QUE REZAM E LOUVAM .....	116
3.2 LUGARES DE USOS E (RES)SIGNIFICADOS .....	118
3.3 DO TRABALHO À FÉ .....	121
3.4 GUARDAI OS DOMINGOS E FESTAS DE GUARDA .....	127
<b>4 RITU FINAL: O TURISMO NA IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA GRAÇA</b> .....	<b>140</b>

4.1 CAMINHO PARA A FÉ E PARA O TURISMO .....	140
4.2 O TURISTA E O PEREGRINO .....	145
4.3 USOS DO PATRIMÔNIO PELOS VISITANTES .....	150
4.4 RELAÇÃO ENTRE COMUNIDADE E TURISMO.....	159
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>165</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>170</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>181</b>
ANEXO A – PROCESSO DE TOMBAMENTO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO FRANCISCO DO SUL N.º 1163-T-85 .....	182
ANEXO B – DOCUMENTO DE FUNDAÇÃO DA VILA DE SÃO FRANCISCO, DO ACERVO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL.....	183
ANEXO C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA.....	184
ANEXO D – PLANTAS DA IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA GRAÇA... 187	
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>188</b>
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	189
APÊNDICE B – AUTORIZAÇÕES DE ÁUDIO E IMAGEM .....	190
APÊNDICE C – TERMO DE COPARTICIPAÇÃO .....	191
APÊNDICE D – ROTEIRO BASE DAS ENTREVISTAS DE HISTÓRIA ORAL....	192



## INTRODUÇÃO

São Francisco do Sul fica na área litorânea de Santa Catarina. Iniciaremos a pesquisa imaginando estarmos numa praia, descalços. Sentimos o calor da areia, a textura, o vento batendo no rosto e temos a necessidade de ir até a água. Assim, andamos em direção ao imenso mar. À beira, molhamos apenas os pés e sentimos a água gelada. Ainda vemos nossos pés, mas eles começam a se afundar na areia, a serem encobertos por ela. Esse será o primeiro capítulo. Mas não estamos contentes, queremos mais. A água é convidativa. Adentramos mais no mar. Paramos com a água na cintura. A correnteza é mais forte, temos a quebra das ondas, notamos alguns buracos na areia. Podemos mergulhar, talvez até nadar e boiar, a água não é mais gelada. A fundura ainda nos dá pé e, com isso, segurança. Esse é o segundo capítulo. Mas ainda é pouco, ainda é raso. É preciso adentrar mais no mar. Aqui as ondas se formam, não damos pé. Necessitamos nadar, lutar contra correntezas, manter a calma e controlar a respiração. Aqui a fundura pode nos assustar e o medo nos desestabilizar, fazer com que nos percamos em meio à água, mas ainda vemos um pedaço da areia da praia. Esse é o terceiro capítulo. Mas, já que estamos aqui e sentimos que podemos ir mais longe, vemos a necessidade de nos jogar no mar aberto. Não vemos mais a praia nem a areia, a correnteza é forte, e nadamos para estar ali. Talvez haja a necessidade de pedir ajuda. Temos a opção de sermos ajudados por um barco, com o qual podemos ir além-mar, ou a um guarda-vidas, que nos trará a terra firme. A escolha é nossa, temos o mundo nesse local. Esse é o quarto capítulo.

Essa metáfora serve para demonstrar como o texto foi pensado. Como muitos dos primeiros patrimônios religiosos tombados se localizam em áreas litorâneas, remetemo-nos ao mar. Cada capítulo é um passo para dentro da água que o leitor dá.

Esta dissertação está vinculada ao grupo de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) Epistemologia do Patrimônio: entre Sacralidade e Secularização, na linha de pesquisa Patrimônio Cultural e Memória Social, do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, da Universidade da Região de Joinville (Univille), com apoio do Fundo de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc).

Todos os capítulos foram nomeados com títulos referentes a práticas realizadas nas missas, como forma de aproximar o texto com o que se pesquisa, o cotidiano de uma igreja.

A historiografia da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça encontra-se espaçada e em alguns livros da cidade, mas nunca houve uma história somente sua. Sua história está sempre voltada para a história da cidade de São Francisco do Sul, nunca para a própria igreja. Por isso, com este trabalho se pretendeu suprir uma pequena parcela da necessidade local, oportunizando a historiografia da igreja para a cidade, e não ao contrário.

A Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça situa-se no centro histórico da cidade de São Francisco do Sul. Segundo Carlos da Costa Pereira (1984), antes de 1642, nessa região já existia uma capela sob proteção da mesma santa, o que nos lembra de que no início da ocupação dos povoados (no período do Brasil colonial) a construção de uma igreja era importante para a demarcação territorial e cultural, bem como para o crescimento e fortalecimento das vilas. Com a vinda de Manuel Lourenço de Andrade à região, em 1658, o povoamento concretizou-se e, percebendo que a capela não atendia às necessidades locais, construiu-se uma igreja maior, a qual foi finalizada em 1665, mesmo ano em que a vila se tornou paróquia.

Pereira (1984) ainda afirma que essa igreja inicialmente fora construída em estilo veneziano<sup>1</sup>, com as seguintes dimensões, excluía a espessura da parede: “Largura do corpo da matriz, 120m.80; largura da capela-mor, 8m.75; comprimento até o arco-cruzeiro, 28m; comprimento do arco-cruzeiro até o altar-mor, 11m.52; altura das paredes laterais, 11m.30; altura da torre, excluía a cúpula 30m” (PEREIRA, 1984, p. 120-121).

No ano de 1735 a nova igreja passou por vários reparos, reformas e substituições de mobiliários. Em 1827, foi deliberada a construção da segunda torre, que não saiu do papel até 1950, quando ocorreu sua construção. Mas o então estilo veneziano que encontramos no livro de Pereira (1984) se perdeu entre as reformas e construções, e atualmente se têm dificuldades de identificar um estilo arquitetônico para a igreja. Com a preocupação de mais descaracterizações e da perda do local, a igreja em 16 de outubro de 1987 foi tombada como patrimônio histórico, juntamente

---

<sup>1</sup> O estilo veneziano possui estilo patera (baixo-relevo) e ornamentações circulares.

com outros imóveis e espaços da cidade, que passaram a constituir o centro histórico de São Francisco do Sul (GLUCK, 2014).

Nessa estrutura inicial, a igreja contava com dois altares laterais e dois altares de canto aos cuidados das ordens religiosas, mais o altar-mor. Atrás da parede do altar-mor e no segundo andar, havia duas salas com janelas voltadas ao altar-mor, onde as ordens religiosas permaneciam no momento da missa. Esse espaço após anos se transformou em salas de catequese, posteriormente em depósito e no ano de 2013 ganhou uma nova função: passou a ser o Museu Diocesano de Arte Sacra Padre Antônio Nóbrega.

Assim, inaugurou-se o museu, que por estar no mesmo conjunto arquitetônico (atrás do altar-mor) ganhou importância, por auxiliar a contar a história da igreja. Seu acervo contém peças que pertenceram à igreja, de mobiliário a objetos sacros. Alguns deles integram duas exposições de longa duração, uma referente às missas e a segunda sobre as procissões religiosas. Os demais permanecem em reserva técnica.

Conforme o jornal *Notícias do Dia* de 12 de maio de 2013, o diretor da Fundação Cultural de São Francisco do Sul Daia Carvalho deixava claro que os objetivos do museu eram: “Transformar esse espaço em um produto e fortalecer o turismo cultural, que vai movimentar a cidade’. [...] Ele ainda ressalta que essas peças fazem parte da identidade da cidade, preservam a memória e estimulam a reflexão” (SOUZA JR., 2013).

Em contrapartida, a opinião do pároco, dois anos após a inauguração do museu, segue por outro viés. Segundo o mesmo jornal do dia 8 de setembro de 2015, Padre Edson Viana afirma: “A beleza também evangeliza. Quem vem aqui entende, é evangelizado, vê a riqueza da história da igreja, da comunidade, das pessoas que estão por trás disso tudo” (DIAS, 2015). Segundo Geertz (1989), os símbolos sagrados não dramatizam unilateralmente e essas partes possuem conflitos entre si. Percebe-se que a criação do museu teve objetivos divergentes entre o setor público e o setor religioso. Para um grupo, pensou-se na “turistificação”; e para outro, na evangelização.

Igreja e museu estão correlacionados por estarem no mesmo prédio arquitetônico, mas essa relação ultrapassa a arquitetura, já que o museu foi construído com os objetos utilizados na igreja. Ainda na matéria do jornal *Notícias do Dia* do dia 12 de maio de 2013, “algumas dessas peças continuam sendo utilizadas

pela igreja em seus rituais. Por isso, em determinados momentos, elas serão retiradas do museu e depois devolvidas” (SOUZA JR., 2013). Chamamos a atenção para esse trecho, pois por vezes os objetos exibidos em museus estão ali para serem apenas expostos, apreciados, contemplados e, frequentemente, perdem seu valor de uso. Mas, no Museu de Arte Sacra Padre Antônio Nóbrega, observa-se que isso não ocorre com todas as peças, pois há objetos que em datas festivas são retirados do museu e utilizados nos ritos das missas, procissões e festas católicas. Coelho (2015), em uma palestra sobre patrimônio imaterial, referiu-se ao tema valendo-se de uma matéria de jornal de abril de 2014 da jornalista Maria Cristina Dias, que abordava o funcionamento e uso do museu. Segundo Dias (2014),

trazia o relato do museólogo que informava que a imagem do Senhor Morto esculpida em um tronco só, toda policromada e datada do início do século 19, fica no museu durante todo o ano, mas na Semana Santa reassume seu lugar original, dentro da igreja, pois os franciscanos têm uma relação muito forte com estas e outras peças.

Seguindo a palestra, Coelho (2015) ainda cita outra passagem desse jornal referente à ação da comunidade com os santos do museu. Os indivíduos visitam igreja ou museu

não para admirar o acervo, mas para rezar diante das imagens de seus santos de devoção. Era o caso da imagem de São Francisco das Chagas, um santo “de roca” do início do século 19 (que só tem a cabeça, os braços e os pés entalhados em madeira e pintados. O restante do corpo, fica oculto por uma vestimenta). Ao afastar as vestes do santo, vez por outra, Cristina constatou que debaixo do manto havia várias fotos e bilhetes com pedidos de graças colocados pelos devotos (DIAS, 2014).

Percebemos que alguns objetos sacros que saíram da igreja e foram para o museu não perderam sua utilidade primária. Então nos questionamos: quais relações e imbricamentos existem entre a Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça e o Museu Diocesano de Arte Sacra Padre Antônio Nóbrega? Como se dão os usos e as apropriações desses espaços pela comunidade católica franciscana, funcionários e visitantes?

Essas apropriações remetem-nos ao autor Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (2009). O autor, em uma conferência, traz em sua fala um cartum francês

onde o autor o descreve haver uma senhora em oração e ao redor turistas orientais com um guia, onde este interpela a anciã a informando que ela está atrapalhando a visitação. Depois da narração, Meneses (2009) convida-nos a refletir sobre as diferenças entre os usos do local pela velhinha, pelos turistas e pelo guia. Essa reflexão encaixa-se com o que buscamos compreender na relação da igreja e do museu com os fiéis, os visitantes e os funcionários. Verificar as relações que os visitantes e fiéis têm com esses espaços, as tensões e formas de apropriação do material e do imaterial e a relação museu e igreja são a chave do problema da pesquisa. Buscou-se investigar esses significados imateriais. Para tanto, os conceitos de usos, apropriações, significados e memória permearam todo o trabalho.

O estudo dessa igreja vem especialmente por ela estar entre as mais antigas do estado de Santa Catarina. Em algumas publicações<sup>2</sup>, é dito que São Francisco é a terceira cidade mais antiga do Brasil. Se é a terceira mais antiga, sua igreja também se faz histórica. Mesmo não sendo consenso entre os historiadores o dado de terceira cidade mais antiga do país, para os moradores da região esse marco é verídico e é importante, assim como o é para o turismo e para a movimentação de toda a cidade. Mas essa construção de cidade só pôde ocorrer com a cooperação das pessoas. Segundo Berger (1985, p. 93), “a sociedade [...] é um produto da atividade humana coletiva, [...] os homens, coletivamente, exteriorizam-se na atividade em comum e assim produzem um mundo humano”. Nessa produção coletiva surgiram as vilas, os municípios, as cidades, as metrópoles. “A sociedade é, portanto, não só o resultado da cultura, mas uma condição necessária dela” (BERGER, 1985, p. 21).

Segundo Wirth (2003, p. 7), “o estudo da religião<sup>3</sup> que prioriza os ritos, os símbolos, as festas, os discursos e doutrinas, etc., tem pouca consideração pelo

---

<sup>2</sup> Materiais divulgadores da cidade como revistas, folhetins e livros, como o de Gluck (2014).

<sup>3</sup> A palavra *religião* vem de *re-ligio*, termo latino que originalmente se referia a qualquer conjunto de regras e interdições. Religião, pois, é uma categoria de análise histórica e social que pode ser definida como um conjunto de crenças, preceitos e valores que compõem artigo de fé de determinado grupo em um contexto histórico e cultural específico, lembrando que a religião sempre é coletiva (SILVA; SILVA, 2009, p. 354). Ou, segundo Geertz (1989, p. 67), uma religião é um sistema de símbolos que atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens por meio da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e vestindo essas concepções com tal aura de factualidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas. Ou ainda, de acordo com o Compêndio de Religiões e Espiritualidades, religião é a fé – presente no pensamento, no sentimento, na vontade e nas ações –, na existência de poderes ultraterrenos, pessoais ou impessoais, dos quais o indivíduo sente depender. A religião, como a história, é um livro que se abre pelo meio. A palavra *religião* tornou-se com o tempo um peso enorme

sujeito religioso como tal. Ele geralmente aparece como dado estatístico ou como tipo exemplar”. Fazer parte dessa estatística não foi o objetivo da pesquisa; o foco não era a história da igreja ou do museu como instituições, mas a história dos sujeitos, das relações deles com a fé, deles com o patrimônio, focando sempre nos sujeitos que carregam esses significados, pois são os sujeitos que fazem o patrimônio. Sem eles, o que seriam esses espaços?

Temos como objetivo compreender as relações entre a Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça e o Museu Diocesano de Arte Sacra Padre Antônio Nóbrega, percebendo os usos e as apropriações desses espaços pela comunidade católica franciscana, os funcionários e os visitantes. Para desenvolver e alcançar esse objetivo, precisamos investigar o cruzamento entre a história da religiosidade católica em São Francisco do Sul e a história da própria cidade. Para tanto, realizamos o levantamento bibliográfico e documental sobre a igreja matriz e o museu, fazendo uma análise sobre os dados encontrados. Identificamos possíveis relações, conflitos e afinidades entre ambos, bem como os usos e as apropriações dos locais por parte dos fiéis, dos funcionários e dos visitantes, apontando a relevância dos patrimônios materiais e imateriais para eles.

Para que se conseguisse alcançar os objetivos, buscou-se trabalhar a correlação de fontes. Iniciou-se com a busca de fontes bibliográficas existentes e de documentações primárias e secundárias que fundamentaram todos os capítulos. Apenas fontes escritas não deram suporte para a pesquisa. Segundo Le Goff (2003, p. 53), “a oralidade e a escrita coexistem em geral nas sociedades, e esta coexistência é muito importante para a história”. Por isso, fomos atrás da oralidade.

A “memória que possuímos enquanto seres dotados de uma mente humana existe somente em interação constante, não apenas com outras memórias humanas, mas também com ‘coisas’, símbolos externos” (ASSMANN, 2016, p. 118). A igreja está repleta de símbolos que podem fazer aflorar a memória que desperta momentos e lembranças na comunidade. Assim, juntamente com as fontes escritas, utilizaram-se as fontes orais. Segundo Alberti (2013, p. 26), a história oral “documenta uma visão do passado”. A autora ainda afirma que, por meio da história oral, o pesquisador “procura compreender a sociedade através do indivíduo que nela

viveu” (ALBERTI, 2013, p. 26), e essa compreensão por intermédio do indivíduo é o que se busca com as entrevistas.

Mediante a metodologia da história oral, foram entrevistadas oito pessoas, acima de 20 anos, que participaram voluntariamente da pesquisa e falaram acerca da sua história de vida. Escolheram-se em primeiro lugar os participantes que trabalham na igreja e no museu. Os indivíduos entrevistados da comunidade foram indicados pelos primeiros. Foram entrevistados o Pároco Mário, responsável pela administração da igreja e do museu; o tesoureiro da igreja, Thyego; a mensalista da igreja, dona Maria do Carmo; o coordenador de patrimônio, conhecido como Kiko; e o museólogo Giovanni, responsável pelo museu. Da comunidade, participaram os senhores Guilherme, Clóvis e Ottinho, que foram ou são ativos na comunidade. Observamos que nessa igreja de maneira especial há uma quantidade maior de homens do que mulheres e eles são mais abertos a conversas. As mulheres da comunidade que abordamos para participar das entrevistas e fazer parte do trabalho se recusaram a integrar a pesquisa, por motivos diversos: umas sem interesse, outras por problemas pessoais, de saúde. Esses acontecimentos levaram a pesquisa a ter grande participação masculina. A seguir, apresentamos os sujeitos que entrevistamos por intermédio da metodologia da história oral.

- Giovanni Francisco da Silva Lemos: o responsável geral do museu, onde a entrevista foi efetuada. Giovanni é natural de São Francisco, saiu da cidade para estudar, mas retornou. É museólogo concursado pela prefeitura da cidade e esteve presente em diversos períodos da constituição do museu;
- Pároco/reitor Mário Wojciechoski: natural de Campo Alegre (SC), é o responsável da igreja apenas há dois anos. Sua entrevista foi realizada na secretaria da igreja matriz;
- Thyego Carvalho de Oliveira: é o financeiro paroquial da igreja há seis anos. Formado em Teologia e natural de São Francisco do Sul, foi entrevistado na secretaria da igreja;
- Maria do Carmo Passos: é zeladora do local e natural de São Francisco do Sul. Trabalha na igreja há nove anos e foi entrevistada na sacristia;

- Carlos José Pereira Lima, mais conhecido na cidade por Kiko: por preferir ser chamado pelo apelido, este é usado na pesquisa. Entrevistado no espaço da igreja, Kiko é aposentado, trabalha atualmente com turismo cultural e religioso. É voluntário na igreja, ajudando em diversas atividades. Ficou conhecido por na sua juventude ter guardado objetos e móveis da igreja que um antigo pároco estava se desfazendo. Esses objetos e mobiliário depois de décadas voltaram à igreja e hoje pertencem ao acervo do museu;
- Clóvis Correa Schwarz: entrevistado no estacionamento da igreja, é natural de São Francisco do Sul, aposentado, participante da igreja e faz diversos trabalhos voluntários no local;
- Otto Rodrigues: tem 94 anos e a lucidez de um jovem. Nascido em Itajuba, Barra Velha (SC), foi para São Francisco do Sul com 14 anos de idade. Seu Ottinho, como é conhecido na comunidade, foi dono de farmácia durante toda a sua vida, mas esteve presente na igreja constantemente também. Por conta da idade avançada, sua entrevista foi em sua residência, sendo a única realizada fora do espaço da igreja;
- Guilherme Augusto Ramos Briel: foi entrevistado na secretaria da Igreja. É advogado e participa voluntariamente de diversas pastorais da igreja.

Com essas entrevistas, pudemos obter um panorama das pessoas que têm em seu cotidiano a igreja e o museu. As entrevistas têm suas vozes ressoadas por todos os capítulos do trabalho, ganhando destaque no capítulo 3.

Para alcançar a visão dos turistas, entrevistas orais seriam inviáveis; muitos não teriam interesse em participar pelo tempo que levaria. Por isso, optou-se por um questionário com perguntas estruturadas. Assim, questionaram-se os visitantes que estavam no local sobre os usos e as percepções desses espaços. Essas pessoas participaram da investigação voluntariamente. O questionário conteve 20 perguntas fechadas e abertas e foi aplicado a 50 visitantes no mês de janeiro de 2018. Suas participações ganham destaque no capítulo 4, no qual apresentamos o questionário, as respostas e a discussão dos resultados.



Para perceber o dia a dia da igreja, foram realizadas observações e registros em caderno de campo, de julho de 2017 a junho de 2018, em diferentes dias da semana e horários, datas comuns e festivas.

Segundo Bastos (2009, p. 105), no Brasil “as igrejas matrizes foram fundamentais para a acomodação e a crescente permanência das povoações, arraiais, lugares e primeiras vilas erguidas a partir de 1711”. Por isso, no capítulo 1 contextualizamos a cidade e a igreja católica no Brasil antes de adentrar na história da igreja propriamente dita. Esse capítulo trata da história de São Francisco do Sul, que está “localizada na ilha homônima na região norte do estado de Santa Catarina, que se originou como consequência da expansão portuguesa no litoral sul” (SANTOS *et al.*, 2004, p. 11). Segundo Santos *et al.* (2004, p. 13), “Nossa Senhora da Graças do Rio São Francisco Xavier do Sul, como em certo momento foi conhecida a vila, se consolidou como uma extensão da Conquista Portuguesa, que tinha como epicentro a cidadela de São Vicente, no litoral de São Paulo”. Nesse capítulo trabalhamos com alguns autores locais, como Walter Piazza (1977; 1982; 1989), Renê Gluck (2014), Ângela Cristina da Silva (2004), Carlos da Costa Pereira (1984), entre outros. Além desses autores, recorreremos ao *Dicionário de conceitos históricos* (SILVA; SILVA, 2009) e ao *Código do Direito Canônico da Igreja Católica* (PAPA JOÃO PAULO II, 1983). Complementando as fontes escritas, trazemos trechos de algumas entrevistas orais. Alguns dos conceitos abordados nesse capítulo são cultura, cidade, religião e igreja.

No segundo capítulo iniciamos a discussão da história da igreja. Realizamos a discussão sobre patrimônio, memória, significados e significantes. Partimos a história da igreja em alguns ramos, como a história e a lenda da santa padroeira, Nossa Senhora da Graça, que é comumente confundida com Nossa Senhora das Graças. Para a comunidade, é importante que as pessoas saibam qual é a padroeira do local; por isso, dedica-se uma parte especial para essa discussão. Também se abordam separadamente a história do Museu Diocesano de Arte Sacra Padre Antônio Nóbrega e como sua história se desmembra da história da igreja. Isso despertou a necessidade de uma discussão sobre o sagrado e o profano com base no espaço do museu. Fechando o capítulo, há a discussão sobre os imbricamentos, as relações entre a igreja e o museu. Para tal, dialogamos com autores como Jacques Le Goff (2003; 2014), Georges Duby e Guy Lardreau (1989), Peter L. Berger (1985), Francis Huxley (1977), Mircea Eliade (1992), Rudolf Otto (2007),

entre outros, juntamente com alguns documentos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), da Biblioteca Municipal de São Francisco do Sul, do Museu Diocesano de Arte Sacra e o levantamento arqueológico da arqueóloga Maria Cristina Alves (2004) e sua equipe. O leitor poderá observar que o capítulo 2 se destaca no tamanho em comparação aos demais, mas optou-se por não desmembrá-lo, pois não condizia com a pesquisa separar a história da igreja da do museu, já que ao longo da investigação se observou que, mesmo com todas as dificuldades que são apresentadas no capítulo, os locais são percebidos como complementares. Por isso, como encontramos em diversas entrevistas orais, “*não separaríamos o museu da igreja*”.

No capítulo 3 falamos dos usos, das apropriações, dos significados e das percepções daqueles que trabalham na igreja e no museu, bem como da comunidade católica que pertence à igreja. Aqui as entrevistas orais são a principal metodologia. Neste capítulo trabalhamos com autores como Hartog (2006), Duby e Lardreau (1989), Nora (1993) e Alberti (2013). Nesse momento tratamos do olhar que esse sujeito que tem em seu cotidiano a igreja possui desse espaço, como se relaciona com o patrimônio e de que maneira o seu trabalho se interliga com a fé.

No capítulo 4, tratamos dos usos e das representações que a igreja e o museu transmitem aos seus visitantes e turistas. Realizamos primeiramente uma discussão sobre turismo e a diferença entre turista, visitante, peregrino e romeiro, em que trazemos autores como Cunha (2010), Dias (2015), Maio (2004) e Jesus (2018), além de dados e conceitos importantes do Ministério do Turismo. A metodologia principal deste capítulo tem caráter mais qualitativo e apresenta os resultados obtidos por meio dos formulários aplicados com turistas, juntamente com as entrevistas das pessoas da comunidade. Aqui apresentamos o olhar e o uso desses sujeitos pelo patrimônio em sua pequena permanência no local.

Cada capítulo se entrecruza com o próximo, e assim construímos uma pequena parte da história da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, focando nela e nas pessoas que a mantêm, mostrando assim a percepção e os usos da comunidade e dos visitantes desse patrimônio.

Convidamos você a adentrar no mar...

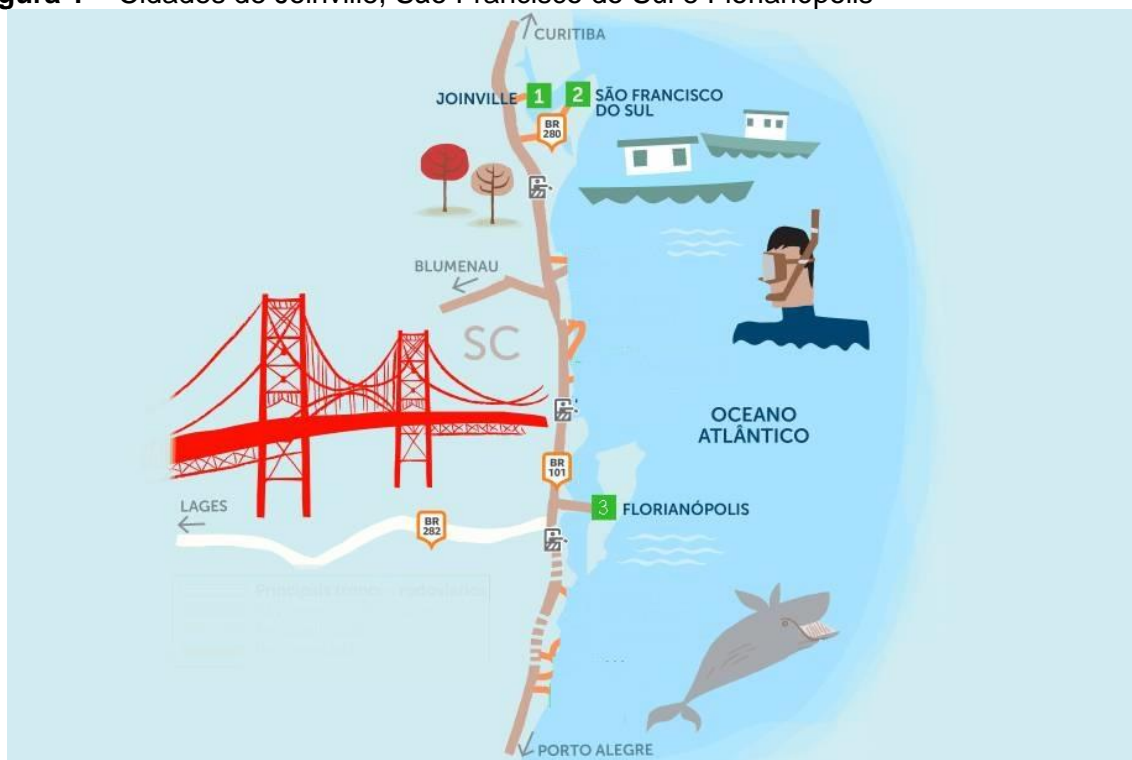
## 1 RITU INICIAL: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DE SÃO FRANCISCO DO SUL E DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL

A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente (BLOCH, 2001, p. 65).

Olhamos para a cidade de São Francisco do Sul hoje e podemos traçar uma linha imaginária entre o passado e o presente, entre o novo e o velho. A possibilidade de tratar somente da história da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça é vã se não a interligarmos com a história do próprio povoamento da cidade, pois uma está intrinsecamente ligada à outra.

São Francisco do Sul está localizada no estado de Santa Catarina, litoral norte, a 188 km de Florianópolis e 45 km de Joinville, como apresenta a figura 1. Podemos observar na figura 2 que a cidade faz limites com os municípios de Itapoá, Garuva, Balneário Barra do Sul, Joinville, Araquari e com o Oceano Atlântico (GLUCK, 2014, p. 51).

**Figura 1** – Cidades de Joinville, São Francisco do Sul e Florianópolis



Fonte: disponível em: <<https://viagemeturismo.abril.com.br/roteiros/conheca-o-melhor-do-litoral-catarinense-em-um-roteiro-por-terra/>>. Acesso em: 16 out. 2018

**Figura 2** – Cidades limítrofes de São Francisco do Sul (SC)



Fonte: disponível em: <[www.25dejulho.org.br](http://www.25dejulho.org.br)>. Acesso em: 22 fev. 2018

Objetiva-se primeiramente traçar um panorama da história de São Francisco do Sul, do início da igreja católica no Brasil e em Santa Catarina. Com essa visão mais abrangente do passado, podemos perceber o trajeto da Igreja Católica no Brasil e como ocorreu sua estruturação em São Francisco do Sul, bem como a importância dessa religião para a cidade.

São Francisco do Sul é um ponto de memória não apenas para os que ali vivem, mas para a constituição de uma região, de um estado. Essa memória, no entanto, só é significativa, pois está no cerne cultural dessa população. Afinal, a memória, a lembrança é vista nas casas, nos comércios, nas ruas. Segundo Assman<sup>1</sup> (2016, p. 122), “lembrar-se é uma realização de pertencimento, até uma obrigação social. Uma pessoa tem que lembrar para pertencer”. O autor afirma que a memória

é baseada em pontos fixos no passado. Até mesmo na memória cultural o passado não é preservado como tal, mas está presente em símbolos que são representados em mitos orais ou em escritos, que são reencenados em festas e que estão continuamente iluminando um presente em mudança (ASSMAN, 2016, p. 121).

<sup>1</sup> “A memória cultural é um tipo de instituição. Ela é exteriorizada, objetivada e armazenada em formas simbólicas que, diferentemente dos sons de palavras ou da visão de gestos, são estáveis e transcendentais à situação: elas podem ser transferidas de uma situação a outra e transmitidas de uma geração a outra. [...] A memória comunicativa não é institucional; não é mantida por nenhuma instituição que vise ensinar, transmitir ou interpretar; não é cultivada por especialistas e não é convocada ou celebrada em ocasiões especiais; não é formalizada ou estabilizada por nenhuma forma de simbolização material; ela vive na interação e na comunicação cotidiana e, por essa única razão, tem uma profundidade de tempo limitada, que normalmente alcança retrospectivamente não mais que 80 anos, o período de três gerações que interagem” (ASSMAN, 2016, p. 118-119).

Esses pontos fixos abordados por Assman (2016) são essas construções, essa materialidade, que mesmo ganhando outros usos ainda referenciam a memória social com base em narrativas e na própria historiografia. Escolheu-se iniciar a discussão nesses pontos, pois eles trazem marcos para a memória cultural, formada pelos símbolos, pelas festas, pelos contos e pelas construções significativas, pois são indícios do tempo, da memória e podem trazer à luz da atualidade lembranças adormecidas. O principal ponto fixo do passado de São Francisco neste trabalho é a Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça. Dele, florescerão memórias sobre personagens, práticas culturais e acontecimentos articulados à formação da cidade.

Ter a compreensão da cidade é importante, já que a igreja está em seu corpo físico e social. A cidade, obra humana por excelência, resulta de práticas culturais cujas formas e maneiras podem ser investigadas não apenas nos vestígios materiais inscritos no espaço urbano, mas nas apropriações de quem pratica e produz a cidade. Para poder compreender as apropriações e os usos que se fazem desse espaço, é preciso observar os que ali frequentam, os que ali caminham. Segundo Certeau (2011), o usuário da cidade sempre consegue criar para si um lugar de aconchego. Esse lugar de aconchego na cidade de São Francisco do Sul poderia ser a igreja matriz? Para Certeau (1994, p. 174), “assim funciona a cidade, lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenções”. Por isso, é preciso perceber as transformações ocorridas na cidade e como essas mudanças podem, ou não, estar ligadas às apropriações da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça.

É possível perceber que muitos fazem uso do entorno da igreja para descanso, passagem, rota do seu dia a dia. Em observações realizadas, verificou-se que algumas pessoas, ao estarem caminhando, indo ao trabalho, tiravam alguns minutos para adentrar na igreja e rezar, agradecer. Depois, levantavam-se e seguiam suas rotinas.

Nesse espaço cidade, formamos um espaço imaginário que chamamos de comunidade. A comunidade é entendida aqui como formas de relacionamentos, intimidade, moral, que perpassa no tempo, que se armazena nos objetos, nos símbolos. Segundo Bartle (2011), a comunidade é “um conjunto de interações, comportamentos humanos com significado e expectativas entre os seus membros. Não se trata apenas de uma ação isolada, mas de um conjunto de ações que têm como base a partilha” – partilha de expectativas, valores, crenças e significados entre os indivíduos, porém que os transcende. Essa comunidade tratada no trabalho

é a comunidade católica francisquense, que tem em seus relacionamentos e na sua partilha a Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça.

Nesse espaço cidade, nessa comunidade, encontramos uma cultura. Por cultura, Geertz (1989) entende uma ciência interpretativa, à procura do significado, um padrão desses significados transmitidos ao longo da história, que incorpora símbolos, que é herdada e que perpetua.

Indo ao encontro do conceito de Geertz (1989), Bosi afirma que cultura é o “conjunto de práticas, de técnicas, de símbolos e de valores que devem ser transmitidos às novas gerações para garantir a convivência social” (BOSI, 1994, p. 86). Cultura consiste naquilo que o povo ensina a seus descendentes para garantir a sobrevivência de tradições, de convívios sociais.

As reflexões que seguem tratam de pontos da história da cultura de São Francisco do Sul e de como ao longo dos anos a cidade esteve próxima da igreja católica. Com isso, começa o primeiro capítulo, cruzando o início da igreja católica no Brasil e em Santa Catarina com a história de São Francisco do Sul. Isso auxiliará ao longo do trabalho a construção das teias de significados<sup>2</sup> feita por meio da pesquisa.

## 1.1 HISTÓRIA DE SÃO FRANCISCO DO SUL: DE VILA À CIDADE

Antes de adentrarmos na história da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, é preciso contextualizar o local em que ela se encontra. São Francisco do Sul, como já mencionado, está situado na Região Sul do Brasil, em Santa Catarina, porção de terra pertencente ao litoral norte do estado.

Focamos na trajetória da cidade após o período dos anos de 1500. Com isso, transportamo-nos à ocupação portuguesa no território brasileiro, e não penetramos na história dos sambaquis nem dos indígenas. Segundo Piazza (1982, p. 31), “o povoamento do território catarinense está intimamente ligado, nos seus primórdios, ao ciclo dos descobrimentos marítimos ibéricos”. Com algumas bibliografias referentes à história de São Francisco do Sul, como, por exemplo, *A colonização de Santa Catarina*, de Walter Piazza, de 1982; *História de São Francisco do Sul*, de

---

<sup>2</sup> Menção ao termo do autor Geertz (1989). O conceito *teias de significado* vem para explicar o meio no qual o homem estabelece as relações com a natureza e com outros homens, formando um conjunto de representações simbólicas que dão significado à vida social.

Carlos da Costa Pereira, do ano de 1984; ou *São Francisco do Sul: muito além da viagem de Gonneville*, organizado por Silvio Coelho dos Santos *et al.*, publicado em 2004, bem como o *site* da prefeitura de São Francisco do Sul<sup>3</sup>, podemos chegar a essa época, em que houve o início da história local e que é propagada como o período “oficial” do povo franciscuense<sup>4</sup>.

Segundo as fontes mencionadas, Binot Paulmier de Gonneville partiu com sua tripulação do porto de Honfleur, França, em 24 de junho de 1503, no navio denominado de L'Espoir, com destino às Índias. Por conta de uma forte tempestade, o navio em certa altura da África perdeu o rumo e ficou à mercê dos ventos e correntezas, que acabaram movendo a embarcação à sudoeste. Segundo Santos *et al.* (2004, p. 25), dias depois a tripulação percebeu pássaros dirigindo-se na direção sul, e deram as costas para a África, onde no dia 06 de janeiro de 1504 aproximaram-se e aportaram de um “rio parecido com o Orne”.

Ali, sua tripulação adentrou no interior da nova terra, habitada por nativos. O veleiro recebeu reparos e no mês de julho, a tripulação resolveu retornar a Honfleur, como agradecimento pela hospitalidade e auxílio levaram consigo um dos filhos do Rei Arosca, o jovem Içá Mirim (conhecido pelos franceses como Essomericq) e o índio Namoa, com a promessa de retornar e de trazer seus convidados de volta ao lar (SANTOS, 2004).

Vinte luas passaram-se e Essomericq e Namoa não retornaram. Segundo Santos *et al.* (2004), próximo das ilhas de Jersey (Canal da Mancha), o veleiro foi atacado por corsários, onde o capitão Gonneville tomou a decisão de encalhar o navio para tentar salvar sua tripulação.

Regressando a Honfleur, o capitão Gonneville e parte de seus companheiros fizeram uma “*déclaration de voyage*”, no dia dezoito de junho de 1505, junto aos oficiais do Almirantado da França, no palácio de Rouen, narrando com relativa minúcia as peripécias da expedição e as perdas sofridas em vidas e mercadorias. A declaração foi conhecida como a “relação autêntica”, que selecionamos os fatos acima narrados, tendo como referência a tradução feita por Tristão de Alencar Araripe e publicada, em 1886, na Revista Trimestral do Instituto Histórico, *Geographico e Ethnographico* do Brasil, tomo XLIX, 2º volume (SANTOS *et al.*, 2004, p. 25-26).

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br/c/historia#.WpAARYPwbZ4>> Acesso em: 25 fev. 2018.

<sup>4</sup> Franciscuense é aquele que nasceu em São Francisco do Sul.

Encontramos esse relato sobre a passagem do capitão Gonneville em todas as referências sobre a cidade de São Francisco do Sul. Em algumas delas, o ocorrido aparece como fato verídico. Já em outras fontes notamos tons de incerteza, com o uso de “possivelmente” e “não é consenso entre”, mas perceber algumas controvérsias quanto sua passagem não é o foco; isso deixamos para os próximos pesquisadores. Aqui objetivamos mostrar como uma passagem que pode ser incerta se tornou um marco importante para uma população, uma vez que faz parte de todos os livros acerca da cidade.

Apresentamos o episódio de Gonneville, pois este é um indicador para a história da cidade, e também em razão de o episódio ser difundido na literatura, nos documentos e na fala dos moradores, bem como ser o acontecimento que daria à cidade a alcunha de terceira mais antiga do Brasil. É perceptível na fala dos moradores como tal passagem está gravada na memória e na história do local. Ao questionar os entrevistados sobre a história da cidade, nenhum deles hesitou ao contar sobre a chegada de Gonneville; alguns com mais ou menos detalhes, mas todos conheciam o roteiro. Temos como exemplo o sr. Clóvis, que após relatar a chegada de Gonneville nos convida a refletir e a

*raciocinar o descobrimento de São Francisco. Um fato concreto. Ah, que há dúvidas quanto a isso, quanto aquilo tal, mas é um fato concreto. Nós não somos a terceira cidade, como se anuncia aqui, não somos. Nós somos a terceira região do Brasil a ser descoberta. Primeiro Bahia, Rio de Janeiro, Região Sul, que foi aqui. E por que se diz que é aqui? Não se tem uma prova material, não se tem o GPS, né, não tem nada. Mas quando você vê a transcrição, e eu tive a oportunidade de ler isso, a transcrição de Gonneville quando voltou... Ele... O barco afundou, e a... Ele fez um relato pras cortes, né. E se você lê esses relatos, algumas características do que eles dizem, é... Do que tá no relato, você identifica como São Francisco [...], então você vai vendo pelas características, pela lógica geográfica mais ou menos, tudo indica que foi aqui (SCHWARZ, 2017).*

Para o entrevistado, nascido e criado em São Francisco do Sul, é fato a vinda de Gonneville. Levando em conta a chegada de Gonneville a terras catarinenses, temos 514 anos desde então, marco que daria a São Francisco do Sul o título de “primeira povoação catarinense e terceira mais antiga do país” (SANTOS *et al.*, 2004, p. 23).

Podemos observar a comemoração e a importância dessa data por meio da festa de 509 anos de São Francisco, celebrada no ano de 2013, que ganhou



destaque nos jornais da região, como mostra a figura 3. Esse marco histórico auxiliou no processo de tombamento de parte da cidade. Por isso, essas informações sobre a vinda de Gonneville e a terceira cidade mais antiga também se encontram no documento utilizado para o processo de tombamento do centro histórico do município, de número 1163-T-85, página 072 (Anexo A).

**Figura 3** – Comemoração dos 509 anos de São Francisco do Sul



Fonte: A NOTÍCIA, 2013

Com isso, vê-se que, mesmo havendo dúvidas, a chegada de Gonneville foi adotada como um indicador histórico para a cidade e a partir daí difundida na sua história, ano após ano, na oralidade, nos livros, nos documentos oficiais, e tornou-se *verdade* para valoração patrimonial. A importância de ser a primeira cidade catarinense, terceira do Brasil, transformou-se em elemento de atrativo para o local, agregando valor para o turismo.

Gonneville foi apenas um dos tantos capitães de expedições que passaram por terras catarinenses. Outra expedição que marcou o local foi a de Juan Diaz de Solís, em 1515. Segundo Pereira (1934, p. 35 *apud* GLUCK, 2014, p. 19), acredita-se que a chegada de Solís teria sido no dia de São Francisco de Assis; daí a denominação das novas terras. Solís teria nomeado as terras homenageando o santo, e a partir de então essas paragens ganhariam espaço nos mapas.

No período das grandes navegações, em que houve a conquista do Brasil por parte dos europeus, a grande religiosidade dos séculos anteriores ainda persistia na

mentalidade dos navegadores do tempo moderno. Logo, era muito comum atribuírem às terras encontradas nomes de santos e mártires da Igreja (SILVA, 2004, p. 34-35). Para Silva (2004, p. 40), a proteção de um santo era tão fundamental para as vilas do Brasil colonial quanto a economia, por isso a importância de dedicar as novas terras a um santo, para que a proteção deste caísse sobre o novo local e que prosperasse e tivesse a proteção da Igreja Católica. Temos exemplos em todo o Brasil, como São Vicente, São Sebastião do Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Santana, Santa Catarina, entre outros.

De acordo com Gluck (2014, p. 19), São Francisco do Sul era a entrada para um caminho novo, local em que muitas expedições abasteciam seus navios. Segundo Bezerra (1976, p. 22), em 1520 atingiu as terras de São Francisco do Sul Álvaro Núñez, conhecido como Cabeza de Vaca, rumo ao Rio da Prata. Já em 1526, passou por essas terras Sebastião Caboto.

Mais tarde em 1547, o espanhol Juan de Sanábria foi nomeado pelo rei Carlos V da Espanha, o substituto de Cabeza de Vaca para governar a província do Rio da Prata, mas veio a falecer antes mesmo de sair da Espanha sendo substituído pelo seu filho Diogo de Sanábria, que se torna responsável por duas missões importantes: Governar o Rio da Prata e povoar a costa sul do Brasil começando por São Francisco, chegaram à Santa Catarina entre 1549 e 1550 (GLUCK, 2014, p. 20).

Essas tentativas de povoamento não obtiveram sucesso. Segundo Pereira (1984, p. 40), um Pedro de Cáceres, em 1619, pediu licença à Câmara de São Vicente para vir povoar o Rio São Francisco e a Ilha de Santa Catarina, obtendo-a com a promessa de não obrigar os índios a trabalhar para si de graça. Igualmente, foi uma expedição malsucedida. Ainda, tem-se relato que, em 1642, António Fernandes conseguiu a concessão de uma sesmaria para vir povoar a vila que se tornaria São Francisco, pois nesse espaço já havia uma capela à Nossa Senhora da Graça.

Conforme Pereira (1984), depois de Portugal libertar-se do jugo espanhol<sup>5</sup>, começou-se a olhar com mais interesse para a costa do sul do Brasil. Deu-se início assim ao povoamento da região com a fundação de Paranaguá e de São Francisco do Sul. Era um movimento fortemente marcado pelos paulistas, com o

---

<sup>5</sup> A União Ibérica ocorreu entre os anos de 1580 e 1640, quando Portugal estava sob domínio da Espanha.

expansionismo bandeirante que se lançou pelo interior do Brasil (PEREIRA, 1984). Segundo o mesmo autor,

Foi no ano de 1641, que Manuel Lourenço de Andrade, veio para efetivar o povoamento das terras de São Francisco. Com ele trouxe sua mulher e filhos, o seu genro, Luiz Rodrigues Cavalinho, grande número de agregados e escravos, gados, instrumentos agrícolas e ferramentas para a exploração das minas (PEREIRA, 1984, p. 41).

Segundo Gluck (2014, p. 22), supõe-se que o povoado tenha sido reconhecido em 1658 e elevado à categoria de vila em 1660, passando a receber a denominação de Vila Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco. De acordo com um documento da prefeitura de São Francisco do Sul disponível na biblioteca municipal referente à “Fundação da Vila de São Francisco”, no qual se confere que o efetivo povoamento da região começou em 1658 com Manuel Lourenço de Andrade, que foi elevada à vila em 1660 e se tornou paróquia em 1665 (Anexo B), Manuel Lourenço partiu rumo a São Francisco em 1641 e realizou melhorias no local, que no ano de 1658 foi elevado a povoado e em 1660 se transformou em vila.

Com a chegada de Lourenço de Andrade, perceberam-se as necessidades de reformar a igrejinha (Capela Nossa Senhora da Graça) ali existente e de construir um pelourinho, uma câmara municipal, casas. Ou seja, efetivar a fundação do novo povoado. Com o crescimento local e algumas obras prontas como o caso da igreja, a vila foi elevada à paróquia no ano de 1665 (PEREIRA, 1984, p. 55).

Para Sarmiento (2007, p. 17), com base no Frei Domingos Vieira em seu *Grande Dicionário Português*, povoação compreende “lugar povoado”, ou seja, “lugar onde existem habitantes, onde há povo”, e vila é uma “povoação de menor graduação que a cidade, e superior a aldeia; tem juiz, câmara, e pelourinho” (SARMENTO, 2007, p. 17). Segundo Silva (2009, p. 51), no *Dicionário de conceitos históricos*, vila era um núcleo fundado pelos donatários, e donatários consistiam nas pessoas que receberam essas doações de terra, como Manuel Lourenço de Andrade, ao receber as terras para povoá-las. Quando o povoado é elevado à vila, está em processo de crescimento. Ao ser a vila elevada à freguesia, o local mostra sua força econômica e religiosa, conforme Sarmiento (2007, p. 85): “O termo freguesia e paróquia são sinônimos, sua diferença vem ao uso dos termos, já que freguesia era comum no período colonial, mas entrou em desuso, enquanto o termo paróquia é usado até hoje”. Ainda segundo a autora, compreende-se, assim, que a

“criação da freguesia traz como consequência direta a edificação de uma nova igreja, que passa a ser denominada de matriz e não mais capela” (SARMENTO, 2007, p. 88). Dessa forma, vemos os primeiros sinais de valor significativo da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça para a cidade, o povoado em desenvolvimento realiza melhorias na sua igreja, a qual torna-se mais desenvolvida e eleva-se a matriz, que eleva a freguesia.

Inicialmente, a Vila São Francisco pertencia à Ouvidoria de São Paulo, passando em 1723 à Jurisdição da Ouvidoria de Paranaguá. Após a criação da Ouvidoria de Santa Catarina<sup>6</sup>, em 1729, iniciou-se um impasse administrativo e territorial que persistiu até 1831, ano em que o governo imperial, por solicitação do vice-presidente da província Nunes Pires, determinou a anexação da Vila de São Francisco à Jurisdição de Santa Catarina (SÃO FRANCISCO DO SUL, 2018).

Com o desenvolvimento da freguesia, houve também o desenvolvimento de outros setores local, pois cresciam o número de habitantes e sua economia, até chegar a ponto de o termo *freguesia* não bastar para definir o local. Assim, criou-se em 5 de maio de 1827 o município de São Francisco do Sul (BEZERRA, 1976, p. 26). Vinte anos depois, em 15 de abril de 1847, foi elevado à condição de cidade pela Lei provincial n.º 239 (IBGE, 2018).

Chama-se a atenção para a diferença entre *município* e *cidade*. O primeiro entende-se como espaço territorial político; segundo o Dicionário Língua Portuguesa (2018), uma “circunscrição administrativa dentro de um Estado, governada por um prefeito e uma câmara de vereadores”. O município é a área administrativa/política como um todo, com sua zona rural, sua zona urbana e seus distritos, enquanto a cidade consiste no espaço urbano do município. Para ser considerada cidade, é preciso ter um número mínimo de habitantes e infraestrutura que atenda minimamente às condições dessa população (PENA, 2018).

A partir da metade do século XIX, a Região Sul do Brasil passou a receber grandes levas de imigrantes vindos da Europa.

Ao realizar essas mudanças administrativas, o local cresceu internamente e em relação aos outros municípios. Percebe-se que essas mudanças ocorreram

---

<sup>6</sup> Santa Catarina era a antiga Capitania de Santo Amaro e Terras de Sant’Ana, vendidas ao Marquês de Cascais. Dele, a Coroa Portuguesa comprou-a em 1714, por 44 mil cruzados. Em 1738, por Provisão Régia, foi criada a Capitania de Santa Catarina (PIAZZA, 1983, p. 97-101). O território compreendia os atuais estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul até a emancipação deste último como Capitania do Rio Grande de São Pedro, em 1760 (PIAZZA, 1989).

paulatinamente, em contrapartida com outros municípios do estado, se levarmos em conta sua fundação, em 1660.

As terras, uma vez denominadas de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco, receberam alteração para São Francisco em 1911, e para São Francisco do Sul em 1938, pela Lei estadual n.º 86, de 31 de março de 1938 (IBGE, 2018), mas a cidade é carinhosamente chamada de São Chico pelos seus moradores e pessoas da região, bem como pelos turistas que ali vão chegando.

### 1.1.1 São Francisco do Sul: um patrimônio

No início dos anos 1980, iniciou-se o processo para o tombamento<sup>7</sup> do atual centro histórico de São Francisco do Sul. O processo, de número 1163-T-85, em 1987 teve sua conclusão. Tratou-se de um processo único que tombou todo o centro histórico, no qual se localiza a Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça. O projeto completo encontra-se no acervo do Iphan, na própria cidade de São Francisco do Sul. Segundo o órgão:

O núcleo original da cidade – com 400 imóveis – foi tombado pelo Iphan, em 1987. Antigos casarios em estilo colonial, sambaquis, antigas igrejas, cerca de 150 casas e monumentos estão sob a proteção federal. No conjunto urbano está o centro cívico e religioso e, no seu entorno, funcionam comércio e prestação de serviços (IPHAN, 1987).

Denomina-se centro histórico uma região que reflete o modo de viver de gerações em sua forma cultural, histórica e social (PAULI, p. 2010, p. 53). Segundo Pauli (2010, p. 60), “hoje [ano 2010] as edificações do centro histórico estão quase

---

<sup>7</sup> É o mais antigo instrumento de proteção em utilização pelo Iphan, tendo sido instituído pelo Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, que proíbe a destruição de bens culturais tombados, colocando-os sob vigilância do instituto. Para ser tombado, um bem passa por um processo administrativo, até ser inscrito em pelo menos um dos quatro livros do tomo estabelecidos pelo decreto: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas-Artes; e Livro do Tombo das Artes Aplicadas (IPHAN, 2018a). A palavra *tombamento* significa fazer um registro do patrimônio de alguém em livros específicos num órgão de Estado que cumpre tal função. Ou seja, usamos a palavra no sentido de registrar algo que é de valor para uma comunidade, protegendo-o por meio de legislação específica. Atualmente, o tombamento é um ato administrativo realizado pelo poder público (Secretaria de Estado da Cultura – SEEC/Coordenação do Patrimônio Cultural – CPC) com o objetivo de preservar, por meio da aplicação da lei, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. Portanto, o tombamento visa preservar referenciais, marcas e marcos da vida de uma sociedade e de cada uma de suas dimensões interativas (PARANÁ, 2018).

que 100% ocupadas e seu valor comercial aumentaram muito, tanto para venda quanto para aluguel”. Nota-se, ao visitar o centro histórico hoje, em 2018, a mudança que ele sofreu em oito anos. Encontramos diversos prédios fechados, em ruínas, poucos habitantes, uma região quase que esquecida pelos moradores. Essa percepção é verificada na fala dos que trabalham e/ou ainda vivem na região. Temos o exemplo do Padre Mário, pároco da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, que mora e trabalha na região e vive as dificuldades de conviver num centro histórico. Diz ele:

*Todas as cidades históricas, elas são cidades velhas, né. Então, se a gente olhar como cidade, temos aí mais de 500 anos. Então, digamos, quando a gente olha aqui pra comunidade matriz, ela é uma comunidade envelhecida, né, e nós temos dificuldades devidas até situações políticas em que se favorece que esse centro histórico cada vez mais ele seja menos, né. Quando o correio sai daqui, nós perdemos fiéis, nós perdemos público, o centro histórico morre. Quando a Caixa Econômica sai aqui do centro histórico, nós perdemos fiéis, nós perdemos público, o nosso centro histórico morre. Quando o [Instituto Nacional do Seguro Social] INSS sai do Centro Histórico e vai pra [Rua] Barão [do Rio Branco], nós acabamos morrendo. É... Se hoje você fizer uma pesquisa “Quem quer morar no centro histórico tombado pelo Iphan?”, ninguém quer morar no centro histórico tombado pelo Iphan. Então, assim, nós temos uma comunidade como igreja, que também sente as mesmas dificuldades, por quê? Não vemos criança aqui ao redor da nossa igreja, nós não temos jovens ao redor da nossa igreja. [...] Então, veja, o contexto histórico, as coisas estão saindo do centro histórico, o banco saiu, o correio saiu, o INSS saiu e foi pra outro local. Isso envelheceu o nosso centro histórico e pra acabar só falta a prefeitura sair, e for lá pra Barão, aí nós acabamos morrendo. Então, se nós não pensarmos de uma forma diferente, esse centro histórico não facilitar uma reforma no prédio que tá caindo, se não facilitar alguém vir e se instalar aqui, cada vez mais a gente vai sofrer com isso, então cada vez mais nós seremos menos (WOJCIECHOSKI, 2017).*

Constatamos em sua fala as dificuldades de viver em um local histórico, o comércio saindo da região, leva consigo as pessoas, e estas ao se mudarem procuram um igreja próxima de sua casa. O centro histórico entra em declínio. Em muitos momentos, se não forem os turistas, os visitantes, o centro histórico da cidade fica num estado de calmaria, sua história ali presente, mas percebida e vivida por poucos. Ou seja, uma cidade fantasma. Tem-se um bem protegido contra alterações humanas, mas à mercê do meio ambiente, e, sem cuidados, fica abandonado à sorte, esvaziado de vida.

São mais de 500 anos de histórias. O tema está longe de ser esgotado. Necessitaríamos de mais pesquisas e estudos para compreender mais a história da cidade, mas não é o nosso foco. Apresentar um pouco da história de São Francisco

do Sul auxilia no entendimento da construção da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, pois esses ocorridos se interligam com o crescimento e a efetivação da religiosidade, da Igreja, da comunidade católica da região, e são eles que nos dão linha para seguir tecendo essa teia cultural.

## 1.2 BREVE PANORAMA DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL

Mas Jesus, aproximou-se, lhes disse: “Toda autoridade me foi dada no céu e na terra. Ide, pois, e ensinai a todas as nações” (Mateus 28:18,19).

O pensamento que permeava o século XVI era fortemente influenciado pela Igreja Católica. Para os navegadores que se lançavam ao mar rumo às novas terras, não era diferente. Seu objetivo, além de explorar as riquezas, era apresentar Deus às almas pagãs dessas terras. Com isso, além das conquistas, Portugal e Espanha tinham o intuito salvacionista católico, com a missão de conversão (SANTOS, 2004).

No período do Brasil colonial, era comum os fundadores de povoados construírem primeiramente uma capela/igreja e somente depois edificarem a casa do conselho e o pelourinho. Assim, possuiriam as principais construções do local, já que teriam onde punir e converter os indígenas e escravos (SANTOS, 2004). Segundo Fausto (2013), as duas instituições básicas que estavam destinadas a organizar a colonização no Brasil eram o Estado e a Igreja Católica. Por isso, é importante ter uma compreensão básica de como se desenvolveu a igreja católica no Brasil, especialmente no estado de Santa Catarina, lembrando que aqui não iremos adentrar nas perseguições e no apagamento cultural que veio junto com a igreja católica, mas lembrando que este existiu e esteve presente em toda a história do Brasil.

Por Igreja Católica, entendemos o “conjunto de cristãos e comunidades cristãs que reconhecem a jurisdição do bispo de Roma, a quem chamam de Papa” (MARQUES; COUTINHO, 2010, p. 73). Diferenciam-se o catolicismo<sup>8</sup> de outras religiões cristãs seus credos e dogmas:

Alguns dos dogmas mais importantes são a Santíssima Trindade, a Eucaristia - o pão e o vinho transformados unidos no corpo e sangue

---

<sup>8</sup> Igreja católica.

de Cristo -, a existência do Purgatório, a Imaculada Conceição ou a Assunção da Virgem. [...] os católicos reconhecem que sete sacramentos [...] também têm dez mandamentos (BENITEZ, 2009, p.9)<sup>9</sup>

O catolicismo veio para o Brasil e firmou-se como a religião oficial do país. Até hoje, pode-se observar sua influência na organização brasileira, como, por exemplo, os feriados em dias santos (Sexta-Feira Santa, Natal, Finados) e a existência de uma santa padroeira do país, Nossa Senhora Aparecida.

O Brasil era colônia de Portugal, e por muitos anos sua jurisdição política e religiosa foi subordinada ao Estado português. A subordinação religiosa do Brasil a Portugal era denominada de padroado<sup>10</sup>. Segundo Fausto (2013, p. 55),

O padroado consistiu em uma ampla concessão da Igreja de Roma ao Estado português, em troca da garantia de que a Coroa promoveria e asseguraria os direitos e a organização da Igreja em todas as terras descobertas. O rei de Portugal ficava com o direito de recolher o tributo devido pelos súditos da Igreja conhecido como dízimo, correspondente a um décimo dos ganhos obtidos em qualquer atividade. Cabia também à Coroa criar dioceses e nomear bispos.

Igreja e Estado nesse período eram indissociáveis, pois o Papa, mesmo tendo o poder da Igreja, precisava do auxílio dos reis para garantir o bom funcionamento da religião. Com isso, incumbia os reis de promover a organização da Igreja nas novas terras. Como afirma Geertz (1989, p. 93), “em todos os povos, as formas de culto são rodeadas por uma aura de seriedade moral, que exige devoção; que reforça um compromisso emocional”. Portanto, a Igreja ajudava a modelar o país, e o rei, a garantir o poder da Igreja em suas terras. Ainda segundo o autor,

A religião é sociologicamente interessante não porque, como o dispositivo vulgar o colocaria, ela descreve a ordem social [...], mas porque ela – a religião – a modela, tal como o fazem o ambiente, o poder, a riqueza, a obrigação jurídica, a afeição pessoal e um sentido de beleza (GEERTZ, 1989, p. 87).

---

<sup>9</sup> Traduzido pela autora

<sup>10</sup> Designação do conjunto de privilégios concedidos pela Santa Sé aos reis de Portugal e Espanha. Eles também foram estendidos aos imperadores do Brasil. Tratava-se de um instrumento jurídico tipicamente medieval que possibilitava um domínio direto da Coroa nos negócios religiosos, especialmente nos aspectos administrativos, jurídicos e financeiros, porém os aspectos religiosos também eram afetados por tal domínio. Padres, religiosos e bispos eram também funcionários da Coroa portuguesa no Brasil colonial. Isso implica, em grande parte, o fato de religião e religiosidade serem também assuntos de Estado (e vice-versa, em muitos casos) (RUCKSTADTER *et al.*, 2018).



Assim, as primeiras grandes ações da Igreja Católica no Brasil foram a catequização, a conversão do povo pagão<sup>11</sup> e a modelagem da futura sociedade que viria a se constituir no país.

As primeiras freguesias (paróquias) do Brasil foram subordinadas à Diocese<sup>12</sup> da Bahia, que quando freguesia era subordinada à Diocese de Funchal<sup>13</sup>, na Ilha da Madeira (LIMA, 2001). Para que o Brasil tivesse sua própria diocese, o rei Dom João III recorreu ao Papa Júlio III, solicitando a elevação da freguesia de Salvador. A vila de Salvador foi elevada à categoria de cidade, desligando-se de Funchal e criando uma nova diocese com a área de 300 quilômetros de costa, mais 120 para o interior, subordinada diretamente a Lisboa (LIMA, 2001). Com a elevação da cidade, criou-se a primeira diocese brasileira em 22 de fevereiro de 1551, pela bula *Super specula militantis ecclesiae*.

A Diocese de Salvador compreendia um grande território, e para o bispo, era impossível visitar toda a jurisdição, já que a população que chegava ao Brasil se espalhava por todo o território. Segundo Corrêa e Rosendahl (2006), a criação das primeiras dioceses foi marcada por lentidão; por três séculos existiam apenas 12 dioceses em todo o país. Para os autores, a difusão de dioceses esteve associado a estratégia territorial que objetivava garantir a apropriação de amplos territórios para a Coroa portuguesa (CORRÊA; ROSENDAHL, 2006). Com isso, apresenta-se a necessidade de dividir a colônia em dois governos eclesiásticos, a sede na Bahia e semelhante a esta no Rio de Janeiro (O papa Gregório XIII com bula “*in supereminente*” de 19 de julho de 1575 erigiu a prelazia do Rio de Janeiro), por conta dessa grande extensão territorial e crescimento populacional além da necessidade de evangelizar os indígenas (LIMA, 2001)<sup>14</sup>.

---

<sup>11</sup> Por pagão entendemos os povos indígenas.

<sup>12</sup> Segundo o Direito Canônico 369, uma diocese é uma porção do povo de Deus confiada ao pastoreio do bispo com a cooperação do presbitério, de modo tal que, unindo-se ela a seu pastor e, pelo evangelho e pela eucaristia, reunida por ele no Espírito Santo, constitua uma Igreja particular, na qual está verdadeiramente presente e operante a Igreja de Cristo una, santa, católica e apostólica (CÓDIGO DO DIREITO CANÔNICO, 1998, p. 30).

<sup>13</sup> Funchal é uma cidade portuguesa na Ilha da Madeira, capital da Região Autônoma da Madeira e a mais populosa fora do território continental português. Além de ser a capital, é o principal centro turístico da Ilha da Madeira (PORTUGAL, 2018).

<sup>14</sup> Recordemos, inicialmente, a noção de jurisdição de *prelazia*: trata-se de um território pastoral separado da diocese (daí o termo *prelazia nullius = praelatura nullius*, isto é, independentemente de qualquer diocese), onde a autoridade maior é o prelado, eclesiasticamente subordinado ao papa, dispondo de todas as faculdades e das honras episcopais, excetuando-se o poder de ordenar diáconos sacerdotes ou bispos (LIMA, 2001, p. 44).

Temos assim no Brasil uma diocese, a de Salvador, e uma prelazia, a do Rio de Janeiro, que mesmo subordinada à Diocese de Salvador tinha autonomia como se fosse oficialmente uma diocese independente. Essa organização existiu sem alterações até fins do século XVIII.

Transformar a prelazia do Rio de Janeiro em diocese foi dificultoso. O primeiro ensaio deu-se em 1639, além de uma segunda tentativa apresentada pelo Marquês das Minas, que tal como a primeira não ocorreu. A terceira investida deu-se em 1675, mas a diocese só foi enfim erigida pela bula do Papa Inocêncio XI, *Romani Pontificis pastoralis sollicitudo*, em 16 de novembro de 1676, onde se definiriam os limites da nova diocese da capitania<sup>15</sup> do Espírito Santo até o Rio da Prata (LIMA, 2001). Com a criação da Diocese do Rio Janeiro, as igrejas que viessem a existir na Região Sul do Brasil pertenceriam a ela. Com isso, a Capela Nossa Senhora da Graça passou a pertencer à nova diocese.

Com o crescimento da extração dos minérios em Minas Gerais e no Mato Grosso, faltavam dioceses nessa região. O governador da Capitania de São Paulo e Minas, preocupado com as caçadas aos índios e com a fome pelo ouro, via a necessidade de uma autoridade espiritual para induzir os bons costumes entre os habitantes (LIMA, 2001). Assim sendo, o rei Dom João V propôs à Santa Sé a criação de novas circunscrições eclesiásticas. A Santa Sé anuiu-se ao propósito e “Bento XIV com a bula ‘*Candor Lucis aeternae*’ de 06 de dezembro de 1745 criava as dioceses de São Paulo e Mariana e as prelazias de Mato Grosso e Goiás” (LIMA, 2001, p. 94).

Lima (2001, p. 125-126) afirma que até 1848 o Brasil contava com a sede primacial e metropolitana de Salvador mais as dioceses do Rio de Janeiro, do Recife, de São Luís do Maranhão, de Belém do Pará, de São Paulo, de Mariana, de Cuiabá e de Goiás, quando foi criada a diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo Papa Pio IX, pela bula *Ad oves dominicas*, de 7 de maio de 1848. Em 8 de junho de 1854, foram criadas sob o pontificado de Pio IX as dioceses de Fortaleza, com a bula *Pro animarum salute*, e de Diamantina, com a bula *Gravissimum*

---

<sup>15</sup> As capitâneas foram doze, embora divididas em maior número de lotes. Começavam todas à beira-mar, e prosseguiram com a mesma largura inicial para o ocidente, até a linha divisória das possessões portuguesas e espanholas acordada em Tordesilhas, linha não demarcada então, nem demarcável com os conhecimentos do tempo. Tãcitamente fixou-se o limite na costa de Santa Catarina ao Sul, e na costa do Maranhão ao Norte. A testada litorânea agora dividida estendia-se assim por 735 léguas. No plano primitivo a demarcação devia ir de Pernambuco ao rio da Prata, meta de que afinal ficou cerca de 12 graus afastada; nele não entrava a costa de Este-Oeste que, entretanto, foi demarcada. (ABREU, 2009, p. 35)

*sollicitunis*. O vasto território e o aumento do número de pessoas nos povoados abriam a necessidade de proteção e colonização espiritual (LIMA, 2001).

Segundo a Arquidiocese do Rio de Janeiro (2018), em 27 de abril de 1892, a hierarquia eclesiástica no Brasil foi reorganizada, pela bula *Ad universas orbis ecclesias*, assinada pelo Papa Leão XIII. Com a reorganização, foram criadas duas províncias eclesiásticas<sup>16</sup>, uma no norte, com sede em São Salvador da Bahia, e a outra no sul, sendo o bispado do Rio de Janeiro elevado à categoria de sé metropolitana/arquidiocese<sup>17</sup> (ARQUIDIOCESE DO RIO DE JANEIRO, 2018). Conforme a Arquidiocese de Curitiba (2018), nessa mesma data foi criada a Diocese de Curitiba, entre outras. Inicialmente, a Diocese de Curitiba era sufragânea<sup>18</sup> da Sé Metropolitana do Rio de Janeiro. Com sua criação, a nova diocese estaria responsável por toda a região dos estados do Paraná e de Santa Catarina. Foi na sua regência, diante de seus esforços, que em 10 de maio de 1926 a Diocese de Curitiba foi elevada à província eclesiástica do Paraná, tornando-se assim arquidiocese, pela bula *Quum in dies*, do Papa Pio XI. “Juntamente nesta bula são criadas as dioceses de Paranaguá, Jacarezinho e a Prelazia de Foz do Iguaçu” (ARQUIDIOCESE DE CURITIBA, 2018).

Em determinados momentos houve crescimento exponencial no número de dioceses. Afiança Lima (2001, p. 155-156):

Entre os anos de 1900 – 1910 criaram-se as seguintes dioceses: Maceió (AL), Natal (RN) e Teresinha (PI). Na província eclesiástica do Rio de Janeiro: Botucatu (SP), Campanha (MG), Florianópolis (SC), Pouso Alegre (MG), São Carlos do Pinhal (SP), São Luís de Cáceres (MT) e Taubaté (SP). As antigas dioceses de Mariana, São Paulo e Belém do Pará foram elevadas a Sés Metropolitanas, assim

<sup>16</sup> Um conjunto de dioceses próximas territorialmente formam as chamadas províncias eclesiásticas, que têm como sede a arquidiocese metropolitana. Possuem objetivos meramente pastorais: promover uma ação comum por parte de dioceses vizinhas e favorecer eficazmente a mútua relação entre os bispos (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2018). São dioceses reunidas não apenas com base em critérios geográficos, mas principalmente pastorais, que sejam mais ou menos comuns. “Ideia é proporcionar uma comunhão entre dioceses próximas no sentido da atuação pastoral” (CANÇÃO NOVA, 2011).

<sup>17</sup> É a província eclesiástica que abrange todas as dioceses de uma região. Quem a governa e a preside é o bispo mais importante: o metropolitano, que, a partir do ano de 1301, passou a se chamar arcebispo (bispo que possui a missão de ser chefe espiritual e de jurisdição da arquidiocese, ou também chamada metrópole). Podemos dizer que a arquidiocese é a diocese do arcebispo. Cada arquidiocese possui uma “catedral”, local onde se encontra a “cátedra” – cadeira – do arcebispo. Na paramentação litúrgica, o arcebispo metropolitano distingue-se pelo uso do pálio (tem a forma de uma faixa circular que carrega sobre os ombros e da qual pendem ante o peito e nas costas duas tiras retangulares, tudo de lã branca, destacando-se dela seis cruces de seda negra ou vermelha) (LABORATÓRIO TEOLÓGICO, 2018).

<sup>18</sup> Subordinada à alguma diocese.

como Olinda-Recife, Cuiabá e Porto Alegre. Na década de 1910 a 1920, foram numerosas as novas dioceses: Aracaju (SE), Barra (BA), Caetité (BA), Cajazeiras (PB), Campos (RJ), Caratinga (MG), Corumbá (MS), Crato (CE), Garanhuns (PE), Guaxupé (MG), Guiratinga (MT), Ilhéus (BA), Luz (MG), Montes Claros (MG), Nazaré (PE), Pelotas (RS), Penedo (SE), Porto Nacional (GO), Ribeirão Preto (SP) e Santa Maria (RS); Diamantina (MG), Paraíba (PB) e Fortaleza (CE) eram elevadas a arquidiocese. Entre 1920 e 1930 surgiram como dioceses Assis (SP), Barra do Piraí (RJ), Belo Horizonte (MG), Bragança Paulista (SP), Jaboticabal (SP), Jacarezinho (SC), Joinville (SC), Juiz de Fora (MG), Lages (SC), Cafelândia (SP), Petrolina (PE), Ponta Grossa (PR), Rio Preto (SP), Santos (SP), Sorocaba (SP), e Valência (RJ). Na mesma época eram promovidas a arquidiocese Curitiba (PR), Florianópolis (SC) e Goiás (GO).

Enfim, chegamos à criação de dioceses em Santa Catarina. O tema é abordado no próximo tópico, pois este trata exclusivamente do desenvolvimento do catolicismo no estado de Santa Catarina. Explanar brevemente a constituição da Igreja no território brasileiro fez-se necessário para que se tivesse compreensão dos caminhos seguidos pela religião e que a levaram até o litoral norte catarinense, bem como das dioceses a que a Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça pertenceu.

Desde a chegada dos primeiros europeus e a concretização dos povoados, “as igrejas matrizes foram fundamentais para a acomodação e a crescente permanência das povoações, arraiais, lugares e primeiras vilas erguidas” (BASTOS, 2009, p. 105). Sabe-se que a Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça passou pelas dioceses da Bahia, do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Curitiba e de Joinville, a qual pertence até hoje. Essas dioceses citadas são as jurisdições religiosas cuja documentação de pertencimento da igreja existe.

### 1.3 RELIGIOSIDADE CATÓLICA EM SANTA CATARINA

Até a criação do bispado de Santa Catarina, o território pertenceu a várias jurisdições eclesiásticas. Segundo Piazza (1977),

hierarquicamente de início, a Igreja de Santa Catarina esteve sob jurisdição da Vargaria Geral do Governo Tomar da Ordem de Cristo, em Portugal. Em 1514 ao Bispado de Funchal, Ilha da Madeira, em 1551 a diocese de São Salvador, Bahia, em 1575 a Prelazia e depois Bispado (1676) do Rio de Janeiro. Em 1747 ao bispado de São Paulo e 1949 novamente ao Bispado do Rio de Janeiro. Em 1882 ao

Bispado de Curitiba e finalmente em 1908 foi criado o bispado de Florianópolis, erigido a Arcebispo em 1927.

Com a criação dos bispados, pôde-se perceber o crescimento da população nos locais. Para Cardoso (2007), o desmembramento do território em dioceses auxiliava na garantia e no predomínio da igreja católica em todo o território brasileiro.

A primeira ação para que Santa Catarina fosse independente das outras dioceses foi sua elevação à arceprelado<sup>19</sup>. Conforme Piazza (1977, p. 94):

O Arciprestado de Santa Catarina foi criado pelo bispo Dom José Caetano Silva Coutinho, a 2 de abril de 1824, após conhecer pessoalmente as dificuldades da administração de sua vasta diocese centralizada no Rio de Janeiro. A Provisão de criação do Arciprestado de Santa Catarina diz que ele abrangerá as “igrejas do Desterro, Lagoa, Santo Antônio, Ribeirão S. José, S. Miguel e Enseada de Brito” e elevará a Comarca Eclesiástica da ilha de Santa Catarina a Arciprestado e ao Vigário da Vara Joaquim de Sant’Ana Campos e aos seus sucessores se dará o título de Arcipreste.

Tornar-se arceprelado foi apenas o primeiro passo, mas ainda não era suficiente. As terras necessitavam de mais acompanhamento espiritual, e após quase 80 anos foi criada a diocese em Santa Catarina.

A primeira diocese de Santa Catarina foi a de Florianópolis, criada em 19 de março de 1908, pela bula *Quum Sanctissimus Dominus Noster*, que desmembrava o estado de Santa Catarina do Bispado de Curitiba. Com a criação da nova diocese, a Matriz de Nossa Senhora do Desterro elevava-se à catedral<sup>20</sup> (ARQUIDIOCESE DE FLORIANÓPOLIS, 2018). De acordo com Cardoso (2007, p. 21):

No que tange à diocese de Santa Catarina, as principais razões que justificaram a sua criação foram a religiosidade do povo catarinense, a existência de patrimônio, clero numeroso formado por 26 padres seculares e 60 regulares, sendo este composto por 40 franciscanos, 10 da Companhia de Jesus e 08 do sagrado Coração de Jesus, grande número de estabelecimentos de ensino dirigido por Ordens e Congregações religiosas estrangeiras e elevado número de

---

<sup>19</sup> A noção de arceprelado segue o Direito Canônico 374, que o entende como agrupação de paróquias mais próximas, para promover o cuidado pastoral, mediante ação comum (SALVADOR; EMBIL, 1989).

<sup>20</sup> É o templo principal onde um bispo católico, com seu cabido, tem sua cátedra ou sede (daí a palavra sé). Usualmente, mas não necessariamente, é o maior e mais imponente templo de uma diocese. O título de catedral é superior aos demais dentro da igreja particular diocesana, pois a catedral é a igreja mãe, por isso chamada de sé catedral, a primeira de todas as igrejas, da qual o bispo preside, de sua cátedra, toda a sua diocese. O termo *catedral* deriva do latim *ecclesia cathedralis* e é utilizado para designar a igreja que contém a cátedra do bispo (ARQUIDIOCESE DO RIO DE JANEIRO, 2018).

associações religiosas (BOLETIM ECCLESIAÍSTICO DA DIOCESE DE CORITIBA, 1906 *apud* SERPA, 1997, p. 99).

Em razão desse crescimento religioso no estado catarinense, viu-se a necessidade de criar novas dioceses. Com isso, pela

Constituição Apostólica “*Inter Praecipuas*”, do Papa Pio XI datada de 17 de janeiro de 1927 quando se eleva o Bispado de Florianópolis a Arcebispado e se criam duas Dioceses sufragâneas: Joinville e Lages. Ao criar-se a Diocese de Joinville ela compreendia então os extensos municípios de Joinville, São Francisco, Parati (hoje Araquari), Campo Alegre, São Bento, Itaiópolis, Mafra e Blumenau (Estes abrangendo, então o médio e o alto vale do Itajaí) (PIAZZA, 1977, p. 200).

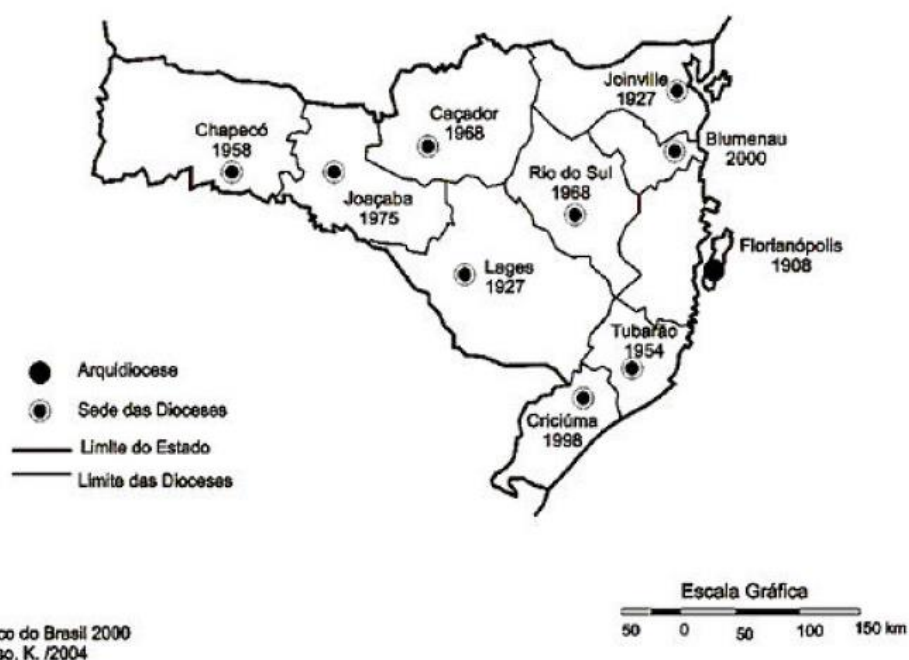
A Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça passou a pertencer então a Diocese de Joinville. Apresentar o crescimento da organização religiosa em Santa Catarina faz com que compreendamos as mudanças estruturais dessa igreja.

Segundo a Arquidiocese de Florianópolis (2018), a diocese em 1908 era uma igreja diocesana e “agora são 10 (ano 2000): Florianópolis (1908), Joinville (1927), Lages (1927), Tubarão (1954), Chapecó (1958), Caçador (1968), Rio do Sul (1968), Joaçaba (1975), Criciúma (1998) e Blumenau (2000)” (ARQUIDIOCESE DE FLORIANÓPOLIS, 2018). Como podemos observar na Figura 4, a distribuição das dioceses até a criação da Diocese de Blumenau, no ano 2000, e a territorialidade que elas abrangem mostram a expansão da Igreja no estado.

Verifica-se se ainda na Figura 4 que a cidade de São Francisco do Sul e suas respectivas igrejas pertencem à Diocese de Joinville. Segundo a Diocese de Joinville (2018), sua criação ocorreu

no dia 17 de janeiro de 1927, pelo Papa Pio XI, pela Bula “*Inter Praecipuas*”. Hoje, a diocese abrange 18 municípios da região norte de Santa Catarina. Possui 65 paróquias e quase 500 capelas divididas em seis comarcas, mais de quatro mil Grupos Bíblicos de Reflexão, mais de 140 padres entre diocesanos e religiosos, 60 diáconos permanentes e 60 funcionários na Mitra Diocesana.

**Figura 4** – Dioceses em Santa Catarina



Fonte: CARDOSO, 2007, p. 22

Chamamos a atenção para um detalhe, a Igreja Matriz nunca passou pela Diocese de Florianópolis, mesmo essa tendo sido a primeira de Santa Catarina, ela foi da Diocese de Curitiba diretamente para a Diocese de Joinville.

O crescimento religioso no estado de Santa Catarina deu-se gradativamente, conforme a necessidade espacial, mas não podemos esquecer que já havia capelas em nosso território, mesmo que elas tivessem pouco apoio das dioceses às quais pertenciam, por consequência da distância. Para Cardoso (2007), tampouco devemos olvidar que a criação e (re)criação dos territórios religiosos vieram por conta da demanda da população e como uma estratégia da Igreja Católica de fortalecer os sentidos evangelizadores.

## 2 LITURGIA DIÁRIA: TENSÕES E RELAÇÕES ENTRE IGREJA E MUSEU

O patrimônio de São Francisco do Sul engloba cerca de 400 imóveis, entre eles antigos casarios, sambaquis e igrejas. Neste trabalho já foi comentado sobre patrimônio, mas o que é patrimônio? O conceito de patrimônio é amplo, e não há consenso definitivo sobre seu significado. Para simplificar, patrimônio pode ser compreendido como pertença e herança. Segundo o art. 216 da Constituição Brasileira (BRASIL, 1988):

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Em resumo, patrimônio pode ser natural, como a Baía da Babitonga; cultural, como a arquitetura de casarios do século XVIII; e imaterial, como os modos de fazer, os saberes populares, a crença, a fé. Zanirato e Ribeiro (2006) afirmam que se consideram patrimônio “os bens materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis [...] as manifestações ou testemunho significativo da cultura humana, reputados como imprescindíveis para a confirmação da identidade cultural de um povo”.

Nesta pesquisa, o principal eixo é o do patrimônio cultural, que se divide entre material e imaterial. Segundo o Iphan (2018b),

o patrimônio material é formado por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis – núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais – e móveis – coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.



O patrimônio material de São Francisco do Sul é encontrado em diversos pontos da cidade, mas principalmente no centro histórico, com suas construções arquitetônicas do século XVIII, museus, documentos e objetos antigos. Segundo Lima (2011, p. 21), a cultura material desempenha um papel dinâmico, onde é usado para afirmar identidade quanto para dissimulá-las, onde promove a mudança social, mas também marca diferenças sociais, reafirma resistências, posições, fronteiras.

Essa materialidade presente no centro histórico, nos casarios, nas igrejas marca a presença do catolicismo desde a fundação da vila, reforça a antiguidade da cidade, fortalece a história e a memória que o local se orgulha de ter: ser a primeira vila de Santa Catarina. No caso da Igreja Matriz Nossa da Graça, sua construção é um dos patrimônios da cidade, traz em sua estrutura anos de história e pertencimento, além de conter objetos sacros tão antigos quanto suas paredes. Tilley (2008, p. 61 *apud* LIMA, 2011, p. 20) afirma:

Nós tocamos as coisas e, ao mesmo tempo, as coisas nos tocam. Não restam dúvidas de que a cultura material é uma construção social, mas fundada nas propriedades físicas dos materiais, a partir da complexa trama de possibilidades que essas propriedades oferecem à criatividade humana, que delas se apropria para a atribuição de toda sorte de significados, que vão mudando ao longo da história de vida dos objetos, posto que não são estáticos.

O ser humano apropria-se da matéria, inventa-a, reinventa-a, utiliza-a e reutiliza-a. Cria e recria significados e estes só são possíveis pela sua ação. O patrimônio imaterial da igreja matriz parte dessas apropriações do espaço, da fé que se construiu com base na imagem de Nossa Senhora da Graça. Para Zanirato e Ribeiro (2006):

Se constatou nesse tempo um outro entendimento de história que centra seu interesse antropológico no homem e em sua existência, e assim busca contemplar todos os atores sociais e todos os campos nos quais se expressa a atividade humana. Tal compreensão implicou a valorização dos aspectos nos quais se plasma a cultura de um povo: as línguas, os instrumentos de comunicação, as relações sociais, os ritos, as cerimônias, os comportamentos coletivos, os sistemas de valores e crenças que passaram a ser vistos como referências culturais dos grupos humanos, signos que definem as culturas e que necessitavam salvaguarda.

Essas ações humanas são o centro do patrimônio imaterial. Segundo o Iphan (2018b):

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2018), patrimônio imaterial são

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

Em São Francisco do Sul, esses saberes estão presentes na pesca, na construção de barcos, na apropriação do mercado municipal, nas lendas, na fé. Na igreja matriz e no museu de arte sacra, essas práticas, modos de fazer, as celebrações, as tradições, os objetos recebem significados da comunidade católica. Essas ações só se tornaram patrimônio, pois a população atribuiu significados e importância a esses locais e objetos. Segundo Reynaut (2011, p. 93 *apud* WESTPHAL, 2012, p. 64-65),

O imaterial é um conjunto de processos que partem de sistemas de pensamento. Ideias geram novas representações do mundo. As representações mentais, por sua vez, formam relações sociais. As dinâmicas sociais suscitam novas representações mentais do mundo.

O patrimônio é para o que a comunidade atribui valor, significado, simbolismo, o que é apropriado pelas pessoas e se faz presente na história, na memória e na comunidade. De acordo com Lima (2011, p. 13):

Para o histórico-culturalismo, as coisas materiais mudam porque as pessoas mudam. Nessa linha de pensamento, a cultura material foi entendida como um reflexo passivo da cultura, sendo esta conceituada como um conjunto de normas, valores, ideias, prescrições e regras formais partilhado por um determinado grupo.

Inertes, os artefatos portariam significados que lhes seriam inerentes, cabendo ao investigador tão somente a tarefa de retirar deles a poeira do tempo para que esses significados aparecessem e o passado pudesse ser “reconstruído”.

A materialidade altera seu significado, porque aqueles que a usam alteram seu modo de uso. Cabe neste trabalho perceber esses usos e significados adquiridos nesse patrimônio ao longo dos anos. O autor ainda afirma que a cultura material é produzida não por um sistema, mas por indivíduos com escolhas ideologicamente determinadas (LIMA, 2011, p. 19). O patrimônio é sempre produzido pelas preferências de um grupo.

Trata-se de preferências que sobrevivem ao longo dos anos, das décadas. Como diz Le Goff (2003, p. 110), “nenhum documento é inocente. Deve ser analisado”. Por isso, escutamos os documentos, as pessoas e usufruímos esse patrimônio digno de armazenamento de memória para realizar uma análise dos usos e apropriações desse patrimônio material, bem como dos significados e ressignificados que adquiriu.

Para Hartog (2006, p. 269), o patrimônio é constituído de testemunhos, grandes ou pequenos. Nossa relação com esses testemunhos é reconhecer sua autenticidade, pois nossa responsabilidade está com as relações futuras. As memórias moldam esses testemunhos. Mas o que é a memória? Segundo Boncompagno da Signa (1235 *apud* LE GOFF, 2003, p. 447), “a memória é um glorioso e admirável dom da natureza, através do qual reevocamos as coisas passadas, abraçamos as presentes e contemplamos as futuras, graças à sua semelhança com as passadas”.

Le Goff (2003) ainda afirma:

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (LE GOFF, 2003, p. 419).

A memória consiste em lembranças, recordações ou representações do passado que temos primeiramente como indivíduo. Para Nora (1993, p. 9),

a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulneráveis a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e repentinas revitalizações. [...] A memória instala a lembrança no sagrado. [...] A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. [...] A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto.

A memória é fluida, está aberta a mudanças e esquecimentos, com ou sem intenções. A memória é individual, coletiva, social e sagrada. Le Goff (2003) afirma que a memória procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Por sua vez, Assmann (2016) assegura que a memória só existe por conta da nossa interação constante não apenas com a memória de outros sujeitos, mas também de objetos, símbolos, coisas. Nossa memória capacita-nos a ter uma consciência de identidade tanto pessoal quanto coletiva. Segundo Candau (2014, p. 16), “a memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada”.

A memória está sempre em mutação e é sempre carregada pelos indivíduos e por suas interações humanas e com objetos, nas suas construções de representações e significados. Segundo Candau (2014, p.34), “quando vários informantes afirmam recordar como eles acreditam que os outros recordam, a única coisa atestada é a metamemória coletiva, ou seja, eles acreditam se recordar da mesma maneira que os outros se recordam”.

A memória coletiva não quer dizer que uma memória foi feita em conjunto, mas que uma memória foi escolhida como a oficial de um grupo. Para Candau (2014, p. 49):

A memória coletiva funciona como uma instância de regulação da lembrança individual. [...] Nisso toda a memória é social, mas não necessariamente coletiva – e em alguns casos e apenas sob certas condições se produzem “interferências coletivas” que permitem à abertura recíproca, a inter-relação, a interpretação e a concordância mais ou menos profunda de memórias individuais. Quando os caminhos tomados por estas se cruzam e se confundem, esse encontro confere alguma pertinência à noção de memória coletiva que, nesse momento, da conta de uma relativa permeabilidade de consciências, em certos casos excepcionais e provisórias, de sua fusão e da convergência perfeita entre as representações do passado elaboradas por cada indivíduo.

A memória coletiva está aberta à intervenção, interpretação e relação do coletivo, e as memórias individuais entram em “concordância”.

A memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aqueles que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (LE GOFF, 2003, p. 470).

Uma forma de ver esse poder são as lendas, as histórias que são contadas de geração em geração, que passam a ser escritas e se tornam oficiais, como o caso de São Francisco do Sul e as lendas de Nossa Senhora da Graça, tema abordado neste capítulo. Candau (2014) afirma que, mesmo que um grupo tenha marcos memoriais iguais, isso não significa que compartilha da mesma representação do passado. Giddens (2002 *apud* BARROZO, 2015, p. 2) diz: “A memória é sempre um processo ativo de movimento de reconstrução em parte individual, mas principalmente social e coletiva tomando como base o presente que se preserva pela repetição”.

Para Candau (2014, p. 31), “é frequente definir a memória social como o ‘conjunto de lembranças reconhecidas por um determinado grupo’ ou a memória coletiva como um ‘conjunto de lembranças comuns a um grupo’”. A memória social, de acordo com Assmann (2016, p. 117):

é uma matéria de comunicação e interação social. A maior conquista do sociólogo francês Maurice Halbwachs foi mostrar que nossa memória depende, como a consciência em geral, de socialização e comunicação, e que a memória pode ser analisada como uma função de nossa vida social (Halbwachs, 1994, 1997). A memória nos capacita a viver em grupos e comunidades e viver em grupos e comunidades nos capacita a construir uma memória.

Para Le Goff (2003, p. 422), “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento”. Nossa memória é fluida e está sempre no movimento de contrair e de se expandir, como um pulmão, que enche de ar e se esvazia, tanto individualmente como coletiva e socialmente. Nossa memória está no cotidiano, na vida social, cultural, sempre presente. Assmann (2016, p.118) afirma:

A memória cultural é um tipo de instituição. Ela é exteriorizada, objetivada e armazenada em formas simbólicas que, diferentemente dos sons de palavras ou da visão de gestos, são estáveis e transcendentem à situação: elas podem ser transferidas de uma situação a outra e transmitidas de uma geração a outra.

Essa memória cultural está nas tradições, do que é passado de pai para filho:

A memória cultural é baseada em pontos fixos no passado. Até mesmo na memória cultural o passado não é preservado como tal, mas está presente em símbolos que são representados em mitos orais ou em escritos, que são reencenados em festas e que estão continuamente iluminando um presente em mudança (ASSMANN, 2016, p. 121).

Nosso ponto fixo do passado leva-nos à Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, com sua construção entrelaçada na história da cidade, em seus objetos do século XVIII e na memória daqueles que participam dessa memória e a fazem se perpetuar de geração em geração. Para Barrozo (2015, p. 2), “toda religião é regida por um ‘imperativo de continuidade’, que é a transmissão necessária às novas gerações desta memória”, da memória primária, dos fundadores para as novas gerações. Wirth (2003, p. 176) afirma que “puxar os fios desta memória implica em estudar ritos, símbolos, festas, discursos, doutrinas, etc. É uma memória predominantemente cerimonial e/ou doutrinária”. Essa memória religiosa viria ao encontro do rito, da festa, da doutrina com o sujeito que participa, que faz acontecer e que dá significado a essas ações. Wirth (2003, p. 178) explica:

A memória do sagrado define, estrutura e recria, não a vida dos deuses, mas a trajetória existencial dos portadores desta memória. É, portanto muito mais uma memória circunscrita ao tempo biográfico, ao cotidiano vivido pelo sujeito, da experiência religiosa, que uma memória externa, ligada a acontecimentos primordiais e arquetípicos.

Essa memória do sujeito que faz a história do local é estruturante para a pesquisa.

Le Goff (2003, p. 440) afirma que, no cotidiano de um cristão, este é chamado a viver a palavra de Jesus, por isso é necessário lembrar. O autor ainda trata da memória apresentada na Bíblia no Antigo e no Novo Testamento. Segundo ele, “no

Antigo Testamento é, sobretudo, o Deuteronômio que apela para o dever da recordação e da memória constituinte” (LE GOFF, 2003, p. 438). No Novo Testamento a memória está presente na santa-ceia, na perspectiva escatológica, no paracleto, na ação de Jesus de pegar o pão e o vinho, dar graças e partir dizendo “tomai/comei, este é o meu corpo/sangue, fazei isto em memória de mim” (LE GOFF, 2003, p. 439).

Em sua doutrina, no cotidiano, a Igreja Católica leva-nos a relembrar os sacrifícios de Jesus em relação a seu povo. Em sua liturgia, temos as memórias dos apóstolos, que foram passadas de geração em geração até serem escritas e transformadas no Novo Testamento. O cristianismo é a religião da memória, pois seu principal ritual relembra sempre o sacrifício de Jesus: “Fazei isso em memória de mim”.

Bergson (2006, p. 179) esclarece que “é do presente que parte o apelo ao qual a lembrança responde”. Hoje voltamos ao passado para tentar relembrar a trajetória de um patrimônio da cidade de São Francisco do Sul que esteve presente desde a constituição do espaço como vila e viu o local se tornar cidade.

Neste capítulo a memória nos trará à luz do presente um patrimônio material. Falamos do trajeto da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, da chegada da sua santa até a sua elevação à matriz e da história da santa padroeira, Nossa Senhora da Graça, que é tão comumente confundida com Nossa Senhora das Graças. Além disso, podemos conhecer o curso que levou a igreja a ter um museu de arte sacra em seu espaço, bem como se ele por ter se tornado museológico é sagrado ou profano. Por fim, fazemos uma análise da relação da igreja com o museu, de algumas tensões e de relações perceptíveis.

## 2.1 DE CAPELA A SANTUÁRIO: A IGREJA NOSSA SENHORA DA GRAÇA

Percorremos no capítulo anterior um pouco da história da cidade de São Francisco do Sul, acerca do início da religiosidade católica no Brasil e em Santa Catarina. Agora, abordamos a história da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça. Segundo Silva (2004), os europeus trouxeram consigo ao Brasil uma visão voltada para a religião e baseada nela e introduziram o cristianismo e seu modo de vida no novo país. Para Berger (1985, p. 147),

durante a maior parte da história humana, os estabelecimentos religiosos existiram como monopólios na sociedade, monopólios de legitimação última da vida individual e coletivas. As instituições religiosas eram, de fato, instituições propriamente ditas, isto é, agências reguladoras do pensamento e da ação.

A religião para muitos é uma âncora, um porto seguro em meio às instabilidades de uma vida. Malinowki (*apud* GEERTZ, 1989, p. 47) afirma que a religião ancora as pessoas, “ou seja, que a religião ajuda as pessoas a suportarem ‘situações de pressão emocional’ abrindo fugas a tais situações e tais impasses que nenhum outro caminho empírico abriria, exceto através do ritual e da crença no domínio do sobrenatural”.

Podemos imaginar a chegada de alguns sujeitos em terras brasileiras: por naufrágio, ou em busca de condições para sobreviver, de uma terra fértil, de esperança, entre outros motivos<sup>1</sup>. Sair da Europa, mesmo com todas as intempéries e crises por que passavam, e chegar a terras desconhecidas e sem a infraestrutura mínima, deveria ser um choque para algumas pessoas. O emocional nessas situações poderia ser afetado. Assim, temos uma brecha para a igreja intervir; a religião fazia o papel motivacional, regulador e de suporte para alguns sujeitos. Rabuske (1978, p. 9) diz que a vida religiosa de uma cidade gira em torno de seu templo ou igreja, bem como muitas vezes o crescimento da cidade, do centro urbano deu-se a partir da primeira capela.

Em São Francisco do Sul não foi diferente. Sua primeira construção oficial foi a Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, esta que, mesmo passando por reformas, sempre esteve presente na vida da sociedade franciscana. Berger (1985) afirma que toda sociedade encara o problema de repassar para as novas gerações seus “sentidos objetivados”, isso porque o meio sofre com os processos de socialização das instituições sociais. O autor ainda explica que, “para o indivíduo, existir num determinado mundo religioso significa existir no contexto social, [...] onde os modos da vida individual é mais ou menos coextensivo aquele mundo religioso” (BERGER, 1985, p. 63).

Segundo Duby e Lardreau (1989, p. 1555), “a igreja está imbricada no corpo social”. Portanto, escrever a história da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça equivale a contar a história da comunidade católica de São Francisco do Sul. Para

---

<sup>1</sup> Chamo a atenção, para não esquecermos que nem tudo na religião é positivo. Lembremo-nos das guerras, das perseguições, do aniquilamento cultural de outras crenças, uma fé por vezes imposta.



iniciar essa história, voltamos à compreensão do que é a construção que chamamos de igreja.

Primeiramente, entendemos o que é uma capela. De acordo com o *Direito Canônico da Igreja Católica*, no capítulo 2, “sob a denominação de capela particular, entende-se o lugar destinado, com a licença do Ordinário local, ao culto divino em favor de uma ou mais pessoas físicas” (PAPA JOÃO PAULO II, 1983, p. 82). Mas a melhor compreensão sobre o que é uma capela vem de Bastos (2009, p. 209): “Atualmente, se entende por ‘capela’ uma igreja de dimensões reduzidas. No século XVIII, ‘capela’ é a designação usada para templos erguidos por irmandades leigas<sup>2</sup>”.

Uma igreja, segundo Bastos (2009, p. 209), no século XVIII era “um termo que se aplicava sobretudo a Matriz, templos, paróquias que sediavam várias irmandades”. Já conforme o *Direito Canônico da Igreja Católica*, capítulo 1, “sob a denominação de igreja, entende-se um edifício sagrado destinado ao culto divino, ao qual os fiéis têm o direito de ir para praticar o culto divino, especialmente público” (PAPA JOÃO PAULO II, 1983, p. 82). Para Le Goff (2014, p. 264-265), a igreja possui dois sentidos:

Ela é uma realidade material, um edifício de um tipo particular, porque sagrado e consagrado. Mas é também um edifício espiritual que agrupa todo o clero e todos os fiéis, os quais nele rezam, nele ouvem os pregadores, nele recebem os sacramentos.

Por sua vez, Padre Robson Ricardo (2009) esclarece:

O edifício eclesial é a casa da Igreja, no sentido bíblico. É a casa do povo, que é o Templo do Deus vivo, habitação do Espírito, casa espiritual construída sobre pedras vivas. O edifício da Igreja não tem sentido à parte da comunidade de que dele se serve. É, acima de tudo, um edifício em que o povo de Deus se reúne para certas funções, isto é, para a realização de várias atividades comunitárias conhecidas coletivamente como liturgia ou serviço público. É para isso que a igreja existe. É o edifício para a adoração comunitária. É, acima de tudo, um espaço para a assembleia eucarística. Reduzida a simples essência, a igreja é uma casa para acolher uma congregação reunida em torno de um altar.

Segundo o autor, a função da igreja é a adoração coletiva, não apenas individual. É local de adoração, uma construção de Deus.

---

<sup>2</sup> Associação de devotos que não pertenciam ao clero.

A capela, a igreja são então essa construção material em que em sua estrutura as pessoas reafirmam sua fé, a imaterialidade sobressalta. Trata-se de um local sagrado e consagrado a Deus, um espaço para adoração individual, mas principalmente em comunidade. A comunidade no século XVIII, e mesmo no século XXI, estava sempre presente na igreja e a estruturava. Segundo Le Goff (2014, p. 264), “a construção antiga e futura de qualquer igreja é uma ancoragem do tempo sagrado na vida da humanidade”.

A história da Igreja Nossa Senhora da Graça está voltada aos anos de 1553,

quando uma pequena embarcação de bandeira espanhola, denominada La Concepción que navegava em direção à região da Prata acabou aportando na ilha devido a uma grande tempestade. Conta a lenda que na embarcação existia uma imagem de Nossa Senhora da Graça e que os ocupantes da embarcação pediram auxílio à Santa para saírem da situação de perigo na qual se encontravam prometendo então que ao estarem em terra firme ergueriam uma capela em sua homenagem (GLUCK, 2014, p. 149).

Assim, ter-se-ia construído a primeira capela católica em terras catarinenses, por espanhóis, como forma de agradecimento. Não se tem nenhum documento oficial que reforce essa narrativa, mas em todos os livros essa é a história difundida e carregada pela comunidade. Sobre a chegada da santa e a sua importância para a comunidade, dedica-se o subcapítulo 2.2.

Pensando nisso, podemos perceber que, antes da chegada oficial do fundador da vila, Manuel Lourenço de Andrade, já existia uma capela sob proteção da santa, lembrando que antes da vinda deste já havia ocorrido tentativas de se fundar uma vila, sem sucesso, mas que teria deixado remanescentes nessas terras. Segundo Seibel (2004, p. 129): não se tem registros do local exato onde ter-se-ia construído a igreja e nem se foi realmente realizada pelos espanhóis. Mas com a chegada de Manuel Lourenço de Andrade que fundou definitivamente o local, o povo decidiu construir um templo que teria como padroeira Nossa Senhora da Graça, a qual ficou pronta em 1665, e elevada a condição de paróquia, tendo como primeiro vigário o Padre Manoel dos Santos. Todavia, diz Bezerra (1976, p. 39-40):

Presume-se que a primeira capela foi construída para atender os habitantes, no lugar Itacolomy (próximo ao morro Paranaguá-mirim), depois do que foi construída outra capela no local onde hoje se encontra o jardim “Álvaro Gentil”, sendo então, por necessidade

construída a atual matriz no local onde ficou definitivamente, salvo posteriores modificações.

Não se tem certeza, porém, sobre essas informações. Segundo pessoas da comunidade, pelo que elas sabem e conhecem, a igreja sempre foi naquele terreno, desde sua primeira construção. Conforme Pereira (1984, p. 113), “ignora-se a época e o local em que se teria sido construída” a primeira capela.

De qualquer forma, foi com a vinda de Manuel Lourenço de Andrade que a necessidade de uma igreja maior e mais resistente nasceu. Essa construção ficou pronta em 1665, mesmo ano em que foi elevada à paróquia, e teve como primeiro vigário o Padre Manoel dos Santos (PEREIRA, 1984, p. 113). Buscaram-se na Mitra Diocesana de Joinville, diocese à qual a igreja pertence, documentos que comprovassem o terreno, a elevação da igreja como paróquia (e até como santuário, como falamos mais adiante), mas o órgão não possui nenhum documento referente a tal, tampouco a secretaria da própria igreja, fazendo com que as informações dos livros se tornem documentos comprobatórios do ano em que a igreja se transformou em paróquia e do local em que se encontra. Sabe-se que o terreno está regularizado, no entanto não se tem nenhuma informação se ele foi doado, comprado ou como se deu sua escolha.

A construção de uma igreja a partir dos anos de 1630 deveria seguir algumas condições. Segundo Bastos (2009), as arquiteturas das igrejas precisavam estar em conformidade com o Tratado de Arquitetura de Matheus do Couto. De acordo com esse tratado,

numa sentença que pode ser considerada uma máxima do decoro externo do gênero –, era recomendável que as Igrejas manifestassem em sua aparência o ornato, a dignidade e o caráter capazes de fazer com que toda pessoa, ao adentrar nelas exclamasse: “Isto parece Casa de Deos” (COUTO, Matheus do, *Tractado de Architectura*, 1631 *apud* BASTOS, 2009, p. 407).

O tratado ainda dava recomendações sobre o local da construção:

Em especial, aparecem no tratado as seguintes recomendações: 1) a escolha de sítios “alegres” e “vistosos”, ou seja, que proporcionem literalmente uma melhor “vista”; 2) a orientação do edifício deve localizar o frontispício diante de largos e praças; 3) a figura dos templos deve ser valorizada pela perspectiva de quem entra pelo mar ou terra, costa ou vias importantes; 4) a “abundância de área” em

torno dela, a fim de valorizar o seu aspecto majestoso (COUTO, Matheus do, *Tractado de Architectura*, 1631 *apud* BASTOS, 2009, p. 321-322).

Além desse tratado, em 1690, havia as recomendações do Direito Canônico sobre o terreno e como se deveria proceder para se construir uma igreja. Segundo esse documento,

as Igrejas se devem fundar, e edificar em lugares decentes, e acomodados, pelo que mandamos, que havendo-se de edificar de novo alguma Igreja Parochial em Nosso Arcebispado, se edifique em sitio alto, e lugar decente, livre da humidade, e desviado, quanto dor possível, de lugares immundos, e sórdidos, e de casa particulares, e de outras paredes, em distância que possam andar as Procissões ao redor dellas, e que se faça em tal proporção, que não somente seja capaz dos freguezes todos, mas ainda de mais gente de fora, quando concorrer às festas, e se edifique em lugar povoado, onde estiver o maior número de fregueses. E quando se houver de fazer, será com licença nossa: e feita vistoria, iremos primeiro, ou outra pessoa de nosso mando, levantar Cruz no lugar, aonde houver de estar a Capella mayor, e demarcará o âmbito da Igreja, e adro della (DIREITO CANÔNICO, 1690, p. 251-252 *apud* BASTOS, 2009, p. 83).

Podemos analisar então que muitos desses requisitos foram respeitados na construção da Igreja Nossa Senhora da Graça: o terreno “decente” e “alegre”, que proporciona vista para a edificação, é perceptível; estando num lugar elevado, a igreja é vista de longe vindo pelo mar e até mesmo por terra; temos uma praça grande ao redor, com coreto, bancos e árvores; sua entrada está direcionada para os que chegam pelo mar, mas ainda assim os que chegam por terra têm preferência nas ruas (algumas ruas da cidade são sentido único, mas as principais interligam-se e conduzem à igreja); a área em seu entorno é espaçosa, mesmo havendo ali perto casas particulares – se colocarmos na soma o local em que hoje temos a casa paroquial, o salão de festas e o antigo correio, temos uma enorme área de entorno – ; e, o principal, a igreja para aquele que nela adentra é sentida como “a casa de Deus”. Na Figura 5, é possível ter a percepção da visão de quem chega à igreja pelo mar, como o tratado previa.

**Figura 5** – Vista da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, em São Francisco do Sul (SC)



Fonte: S. THIAGO, 2014, p. 49

Segundo Brito (2017, p. 51), “a Igreja estava visivelmente presente em todas as comunidades: suas torres eram o primeiro objeto que o viajante divisava no horizonte e sua cruz era o último símbolo levantado diante dos olhos do agonizante”. Em São Francisco do Sul não seria diferente, como foi possível observar na Figura 5, além de ser um local de marco territorial.

O terreno no qual a igreja está localizada fica na Praça Getúlio Vargas, número 130. Ao lado esquerdo, está o antigo prédio dos correios (hoje abandonado), em frente temos a prefeitura, na lateral direita o coreto e atrás ficam a casa paroquial e o salão paroquial, juntamente com um estacionamento, como mostra a Figura 6.

**Figura 6** – Localização da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, em São Francisco do Sul (SC)



Fonte: adaptada de Google Maps

Conforme Pereira (1984), o estilo da construção era veneziano, ignorando-se o estilo que ficou após as várias reformas e transformações por que a construção passou. Em seu livro *História de São Francisco do Sul*, Pereira (1984) aborda em detalhes (que não se encontram em nenhum outro livro ou documento) algumas das reformas sofridas pela igreja, nomes dos responsáveis e valores gastos. Podemos observar na Figura 7 as transformações sofridas pela edificação ao longo dos anos. O autor ainda afirma, em seu livro, que no ano de 1735 a igreja já apresentava estado de ruína<sup>3</sup>, e a Câmara de Vereadores lançou tributos em cima de alguns

<sup>3</sup> Segundo Bastos (2009, p. 294), “inúmeros documentos relativos às condições das igrejas trazem o argumento, em nome de reforma ou nova construção, de que edifícios ou apresentavam ou ameaçavam ‘ruína’. Tem-se entendido com isso a situação de que os edifícios estavam em estado de destruição, a ponto de cair, o que pode ser resultado de uma compreensão muito literal ou empírica do contexto retórico dos setecentos. [...] Admitindo que o termo ruína significasse, naquele tempo, além do possível estado de insegurança do edifício ou parte dele, a ponto talvez mesmo de cair, mas também uma condição de precariedade ou defeito de obra que compromettesse não tanto a sua segurança, quanto apenas a sua perfeição, decoro ou aparência, como se o termo ruína fosse aplicado também para designar aquilo que se apresentava em mau estado, sem bondade eficaz para os efeitos e finalidades devidos à obra, necessitando por isso alguma emenda ou remédio.

alimentos e serviços para angariar o fundo necessário para as obras da igreja. Mas, no ano de 1737, a igreja novamente precisava de reparos, bem como em 1754.

Como a vila houvesse prosperado e merecesse uma igreja maior reuniu-se na câmara em 1768, com a presença do vigário Padre Miguel Gomes Torres e dos “homens bons” da vila ficou resolvido continuar a cobrar o imposto dos vinténs somente sobre a farinha exportada a fim de com o seu produto construir-se nova igreja de maiores dimensões (PEREIRA, 1984, p. 114-115).

Podemos entender que eles haviam construído uma nova igreja, maior, mas segundo algumas pessoas da comunidade a igreja nunca foi desmanchada, sempre ampliada. As rochas para a obra da igreja vinham da Pedreira Nossa Senhora da Graça. Sua conclusão demorou muitos anos. Em 1821, a Câmara, pretendendo concluir a obra, fez os contratos do forro e da pintura, que ainda ocorriam em 1822. A cobrança da taxa que se deu em 1735 perdurou por vários anos. Segundo Seibel (2004, p. 129),

O povo voluntariamente se impôs um tributo, o chamado imposto do vintém sobre diversos gêneros, tais com farinha, peixe, Imbé, aguardente, numa verdadeira demonstração de participação comunitária. Conta-se que havia boa vontade no pagamento por parte dos contribuintes e, em pouco tempo, os consertos da igreja estavam concluídos.

Se a comunidade francisquense foi realmente voluntária nessa época, não se sabe, apenas conhecemos o que alguns autores relatam, que o imposto era cobrado e que a comunidade pagava para poder ajudar sua igreja e com a intenção de alcançar o céu.

**Figura 7** – Transformação da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, em São Francisco do Sul (SC)





Fonte: acervo do Museu Diocesano de Arte Sacra Padre Antônio Nobrega

Para Santos *et al.* (2004, p. 83),

a trajetória da Igreja Matriz de São Francisco do Sul deu-se por força de uma religiosidade cujos símbolos desencadearam ações comunitárias importantes. Um tributo pago com satisfação não é comum mas foi o que ocorreu seguindo de trabalho voluntários na construção da qual participou boa parcela da população entre as quais a pintura do forro a fabricação dos sinos a importação de órgão e a construção de uma nova torre, as imagens sacras, tudo ali tem a mão de uma comunidade envolvida com sua crença, sua fé e devoção.

A comunidade católica franciscanesa esteve sempre presente em todas as construções e reformas pelas quais a igreja passou. Bastos afirma que os “leigos participavam ativamente das fábricas [construção] de igrejas paroquiais e capelas, comovidos pela devoção e persuadidos da promessa de uma salvação misericordiosa” (BASTOS, 2009, p. 36). Desde sua primeira construção, a obra tinha



participação da comunidade, dos milicianos e de escravos. Segundo Seibel (2004, p. 129),

havia grande espírito participativo entre os diferentes segmentos da comunidade. As instituições militares cediam companhias de milicianos, com revezamento semanal, para a extração das pedras necessárias à construção da obra, fazendeiros cediam escravos e populares em geral ajudaram na edificação da igreja. [...] A população religiosa orgulhava-se da sua imponente Igreja, originalmente construída em estilo veneziano, com uma só torre.

Em entrevista concedida à autora, o senhor Ottinho demonstra-nos sua participação na construção da igreja:

*Eu acompanhei a construção da segunda torre aí, [incompreensível] não me lembro exatamente a data, mas foi... Eu acompanhei a restauração do chão, né, troca de pisos, era madeira. Daí colocaram pisos. Eu acompanhei. Não participei, participei indiretamente né, não com o trabalho, né, ajudava financeiramente. Então, foi minha participação [RODRIGUES, 2017].*

Senhor Ottinho era dono de farmácia e morava na parte de cima dela. Por isso, conta que trabalhava dia e noite e não podia ajudar com mão de obra, mas como participava da igreja ajudava como podia, então realizava doações.

Seibel (2004, p. 131) afirma que “os materiais convencionais da época como: pedras e uma argamassa feita de areia, conchas”, além do óleo de baleia como subproduto que auxiliava a conseguir dinheiro para a obra, eram utilizados na construção da igreja. Diz Pereira (1984, p. 121):

As dimensões, excluída a espessura das paredes, são as seguintes; largura do corpo da matriz, 120m.80; largura da capela-mor, 8m.75; comprimento até o arco-cruzeiro, 28m; comprimento do arco-cruzeiro até o altar-mor, 11m.52; altura das paredes laterais, 11m.30; altura da torre, excluída a cúpula 30m.

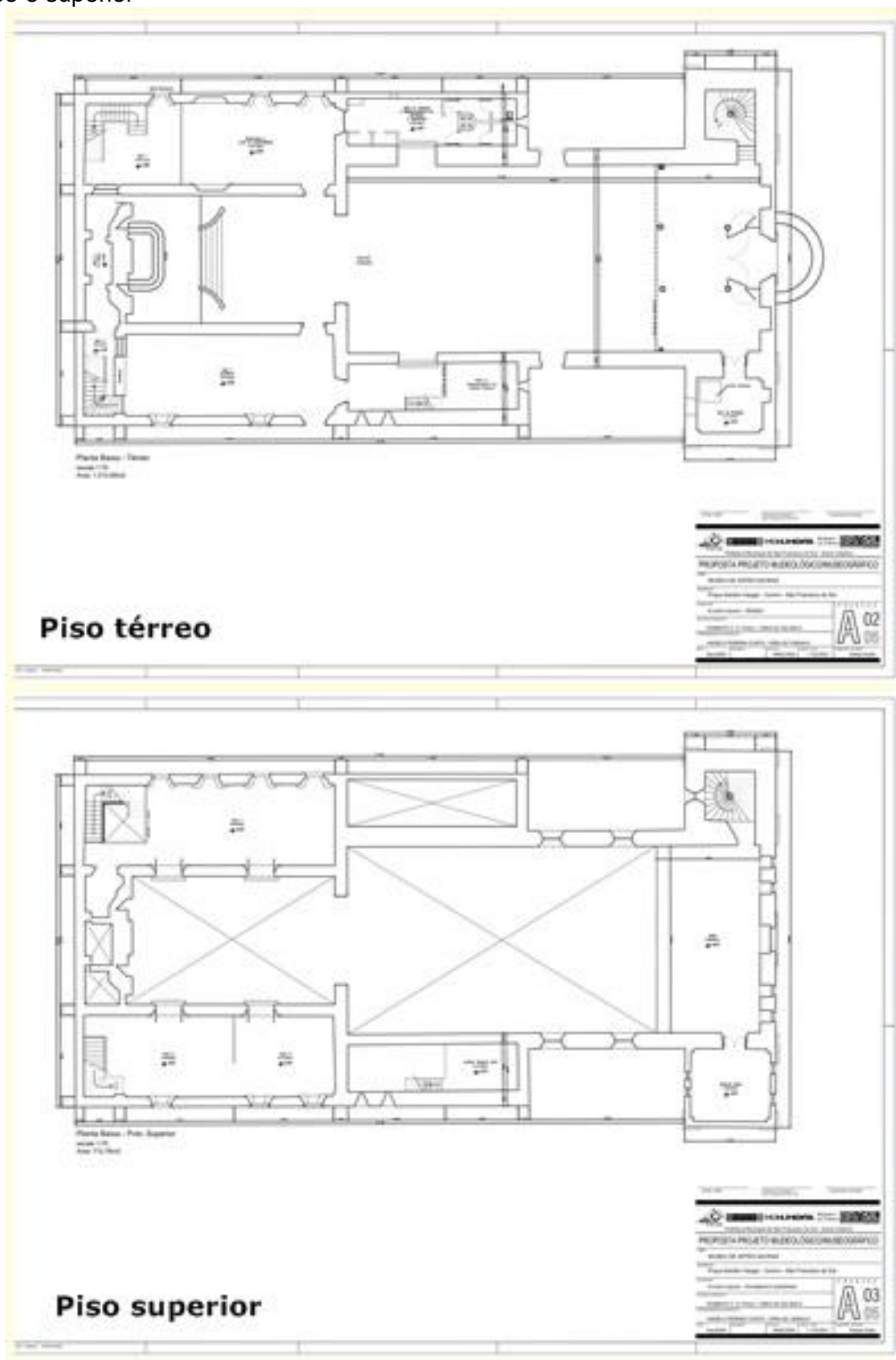
Segundo o senhor Kiko (2017), em entrevista, a grossura das paredes da igreja mede 1,5 m. A Figura 8 exibe um exemplo da grossura em que eram feitas as paredes. No Anexo D dispomos de duas plantas da igreja, do acervo do Iphan, ambas sem data, mas que mostram algumas das mudanças sofridas internamente na igreja. Na Figura 9 podemos observar a planta atual da igreja.

**Figura 8** – Espessura da parede da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, em São Francisco do Sul (SC)



Fonte: primária, acervo pessoal da autora

**Figura 9** – Planta da construção atual da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, pisos térreo e superior



Segundo Bezerra (1976, p. 39):

A igreja Matriz, como eu a conheci quando ainda era um menino, tinha uma só torre; um grosso muro feito de pedras a circundava totalmente formando o adro e este pátio distava das paredes da Igreja, mais ou menos 5 metros. Na frente da porta principal fora construído um pedestal com cinco degraus sobre o qual estava assentado um cruzeiro de aproximadamente 6 metros de altura. Acima dos ângulos do cruzeiro, via-se uma placa de bronze onde se podia ler as iniciais INRJ a que se refere a bíblia. No mesmo cruzeiro, em baixo, na altura de 1,50 m a contar do solo, havia um cofre de metal destinado à coleta de óbulos para aquisição de vela para as almas. Ao lado direito dessa cruz, também na frente da Igreja, achava-se fincado no solo um bloco de pedra de formato cilíndrico sendo que na parte superior onde a área era maior e perfeitamente plana, no centro cravada na pedra, havia uma lâmina de metal de forma triangular a qual, de acordo com a posição do sol, projetava sombra sobre um dos números aí gravados determinando assim a hora exata do dia.

Muitas coisas relatadas por Bezerra não se encontram mais na igreja. Temos hoje a segunda torre, mas não temos mais o muro que circundava a igreja em nenhuma parte, não temos mais um cruzeiro na frente, nem o cofre de metal. Ainda temos uma cruz, porém não mais o relógio de sol. Como já dito anteriormente, a igreja passou por várias reformas, e nessas mudanças muitas coisas deixaram de existir. Segundo Gluck (2014), no início do século XX teve a construção da segunda torre, a qual foi concluída na década de 1940, e a troca dos pisos deu-se nos anos 1950. O Iphan possui um vasto arquivo sobre a igreja. Em um desses documentos encontramos outras alterações por que a igreja passou:

O forro anteriormente em tabuado de madeira com barras de pinturas artísticas, foi trocado por outro tipo paulista. O piso era de chão batido, onde eram sepultados os religiosos, autoridades e pessoas do povo, com a implantação do cemitério construiu-se um assoalho de madeira. Em 1946, o piso foi novamente modificado, as ossadas foram retiradas e executado o piso de ladrilhos que é o que existe atualmente. Em 1967 foram retirados o púlpito, a mesa da comunhão e os altares laterais em madeira entalhada (IPHAN, s.d.).

Na Figura 10 vemos a igreja atualmente, sem muitas das coisas que Bezerra (1976) e o documento do Iphan (s.d.) apontam.

**Figura 10** – Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça em 2018



Fonte: acervo pessoal da autora

Como podemos observar no trecho do documento retirado do Iphan (s.d.), a igreja possuía até 1967 os altares laterais e de canto, tendo cinco altares no total, como vemos na Figura 11. Ainda segundo o documento do Iphan (s.d.), “o altar-mor, primitivamente em madeira entalhada, foi substituído em 1914 por outro também em madeira, e em 1950 foi levantado o atual em alvenaria”. Segundo Giovanni, o atual altar foi inaugurado em 1.º de maio de 1949 e é de alvenaria e gesso, influenciado artisticamente pelos estilos barroco, rococó e neoclássico (LEMOS, 2017).

**Figura 11** – Altares da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça até os anos 1960



Fonte: acervo do Museu Diocesano de Arte Sacra Padre Antônio Nobrega

Durante as observações realizadas na igreja, conversando com alguns moradores mais antigos, eles relatam que cada altar tinha um santo de devoção e uma irmandade responsável por limpar e enfeitar esse santo e rezar por ele. O altar que continha a imagem de São Francisco tinha como responsável o Apostolado Sagrado Coração de Jesus<sup>4</sup>; o altar com a imagem do Nosso Senhor dos Passos tinha como responsáveis a Ordem Terceira e o Sacratíssimo Sacramento<sup>5</sup>; o que tinha a imagem de São Vicente, os Vicentinos<sup>6</sup>; o altar com a imagem de Nossa Senhora de Lurdes, as Filhas de Maria<sup>7</sup>; e o altar-mor pertencia à Nossa Senhora da

<sup>4</sup> O Apostolado Sagrado Coração de Jesus, mais conhecido como Apostolado da Oração, é um movimento religioso composto de leigos católicos. As finalidades são a santificação pessoal e a evangelização das famílias com especial devoção ao Sagrado Coração de Jesus. O sentido do apostolado é a doação a Deus, pelo conhecimento da palavra, pela oração, pelo oferecimento diário e pela fidelidade à igreja. Para mais informações, visite o site disponível em: <<http://www.arquifln.org.br/sites/apostoladodaoracao/quem-somos/>>. Acesso em: 24 out. 2018.

<sup>5</sup> A Ordem do Sacratíssimo Sacramento é dedicada à adoração do Santíssimo Sacramento e tem a missão de educar crianças e jovens a serem solidárias com os doentes e pobres. Mais informações em: <<http://arquiocesalvador.org.br/congregacao-do-santissimo-sacramento-completa-tres-seculos-de-fundacao/>>. Acesso em: 24 out. 2018.

<sup>6</sup> A Sociedade de São Vicente é uma organização de leigos, homens e mulheres dedicada ao trabalho cristão de caridade. Foi criada com os objetivos de aliviar o sofrimento das pessoas vulneráveis e fortalecer a fé de seus membros. Para mais informações, acesse: <<http://www.ssvpbrasil.org.br/a-ssvp/>>. Acesso em: 24 out. 2018.

<sup>7</sup> A Ordem Filhas de Maria nasceu do coração de São João Bosco e da fidelidade criativa de Santa Maria Domingas Mazzarello como uma instituição em favor das jovens em estado de abandono e pobreza. Para mais informações, visite os sites: <<http://www.salesianos.com.br/filhas-de-maria->



Graça, da qual todos eram devotos. Além dessas irmandades, por muitos anos a igreja tinha a presença dos frades franciscanos<sup>8</sup>.

Hoje, a igreja possui apenas o altar-mor, que pertence à Nossa Senhora da Graça, como vemos na Figura 12, e nenhuma ordem religiosa propriamente dita, apenas alguns devotos. Segundo documento do Museu Histórico de São Francisco do Sul, que hoje está no acervo da Biblioteca Municipal, Octavio Silveira em julho de 1980 escreveu que em 1915 chegou à paróquia o Frei Libório Grewe, um frade franciscano que ficou responsável pela igreja, a qual a partir de então passaria a ser dirigida por tal ordem (SILVEIRA, 1980a)<sup>9</sup>.

**Figura 12** – Altar-mor da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça



Fonte: adaptado de: <<https://patrimonioespiritual.org/2017/01/19/matriz-de-nossa-senhora-da-graca-sao-francisco-do-sul-sc/>>. Acesso em: 30 maio 2018

---

auxiliadora/>. Acesso em: 24 out. 2018; e <<https://www.cgfmanet.org/1.aspx?lingua=5&sez=1&sotsez=4>>. Acesso em: 24 out. 2018.

<sup>8</sup> A Ordem dos Franciscanos divide-se em três. A primeira ordem é a dos Frades Menores, uma ordem masculina, de frades sacerdotes e de não sacerdotes, que assume a missão de viver e pregar o evangelho. A segunda ordem é a Ordem de Santa Clara; as Irmãs Clarissas vivem um estilo de vida contemplativo, enclausuradas. Quer dizer que não têm, normalmente, uma atividade pública no meio do povo, dedicando-se mais à oração, à meditação e aos trabalhos internos dos mosteiros. A terceira ordem é a Ordem Franciscana Secular. Todo franciscano secular baseia sua vida no seguimento da vida de nosso senhor Jesus Cristo, conforme os ensinamentos que nos foram revelados por meio do santo evangelho. Por isso, “a regra e a vida dos franciscanos seculares é esta: observar o Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, segundo o exemplo de São Francisco de Assis, que fez do Cristo o inspirador e o centro de sua vida com Deus e com os homens (Rg 4; 1 Cel, 18, 115)” (FRANCISCANOS, 2018).

<sup>9</sup> Não há documentos sobre as ordens religiosas atuantes além da Ordem dos Franciscanos, por terem passado por ali vários freis e por terem realizado obras.

Encontramos no livro de Pereira (1984) uma lista com o nome e a época em que determinado padre servia a igreja da Graça. Essa lista inicia-se em 1665 e termina em 1917. Se correlacionarmos a lista do autor com a informação de Octavio Silveira (1980a), podemos observar que não foi apenas em 1915 que tivemos a presença de um frei na direção da igreja. Segundo a lista de Pereira (1984, p. 121-122), de 1721 a 1728, tivemos à frente da igreja o Frade Agostinho da Trindade, passada em 1729 para um padre secular. Em 1754 temos na lista a presença do Frade Ascenso de Jesus Maria e em 1915, concordando com a informação de Silveira (1980a), temos a presença do Frei Libório Grewe. Segundo Pereira (1984, p. 122), a partir dessa data de 1915 a paróquia passou a ter a presença da Ordem dos Frades Menores (franciscanos) e em algumas vezes em conjunto com padre seculares<sup>10</sup>. Segundo Seibel (2004, p. 136),

A Paróquia Nossa Senhora da Graça até 1966, era administrada pelos frades Franciscano que residiam na casa Paroquial, mas viviam em clausura, atendendo o público através de uma portinhola. Por isso o casarão era conhecido como “Convento dos Frades”. A partir daquele ano os padres diocesanos passaram a administrar a paróquia, com o Padre Mario Danesi, o primeiro vigário da congregação secular.

A casa paroquial que vemos hoje foi construída pelos frades franciscanos. É possível observar algumas características dos franciscanos na construção, como mostra a Figura 13: o símbolo da Ordem dos Franciscanos em cima, com a cruz e o braço de São Francisco e de Jesus cruzados. Afirma Seibel (2004, p. 136):

A partir de 1921, a mitra Diocesana adquiriu vários terrenos limítrofes aquele em que fora construída a Casa paroquial. Um deles foi adquirido em 1941, no qual havia uma casa que, embora em mau estado de conservação, foi aproveitada para a instalação do Salão Paroquial [...]. A casa foi construída em terreno de propriedade da mitra Diocesana de Florianópolis, a qual pertencia até o ano de 1926. Em janeiro de 1927 foi criada a diocese de Joinville, quando a Paróquia Nossa Senhora da Graça passou aos domínios da mitra diocesana de Joinville.

---

<sup>10</sup> Padres seculares são padres que não pertencem a uma ordem, nem a uma irmandade religiosa. Freis, frades e padres que participam de ordens religiosas, como o caso dos franciscanos, pertencem e seguem determinada vocação, segundo a ordem religiosa que escolhem, e isso transparece na sua ação, no seu modo de vida, nas suas vestes.



Podemos observar um desencontro de informações. No capítulo 1, apresentamos as dioceses a que a igreja pertenceu. Em nenhum momento, temos a informação de que a igreja pertenceu à Diocese de Florianópolis. Segundo se tem conhecimento, a Igreja Matriz de São Francisco da Diocese de Curitiba veio a pertencer diretamente à Diocese de Joinville. Não temos como confirmar tal informação; nem a Diocese de Joinville nem a igreja possuem documentos que relatem as dioceses; apenas o que está nos livros. Até então nenhum outro texto afirmava que a igreja havia passado por Florianópolis.

**Figura 13** – Casa paroquial construída pelos franciscanos



Fonte: Seibel, 2004, p. 137

A igreja é uma paróquia, temos isso em livros. Que a igreja é uma matriz, temos o conhecimento, pois ela coordena mais de 20 outras igrejas da redondeza, mas ela é também considerada um santuário. Segundo o livro *Pequena história de São Francisco do Sul, fragmentos históricos de São Francisco do Sul*, do autor José de Moura Bezerra, publicado em 1976, o autor ao falar sobre a igreja assume que esta foi “atualmente elevada à categoria de Santuário de Nossa Senhora da Graça” (BEZERRA, 1976, p. 40). No livro *São Francisco do Sul: ex-ilha terra de sonhos e tradição*, o autor Alexandre ao falar sobre a igreja traz como título do capítulo “Santuário de Nossa Senhora da Graça” (ALEXANDRE, 1972, p. 31), e o jornal *A Notícia*, de Joinville, edição de 24 de janeiro de 1968, também trata a igreja como

santuário. A igreja não possui nenhum documento referente a essa elevação a santuário, tampouco a Mitra Diocesana de Joinville. Segundo Castro (2015), “um santuário era um local, um lugar onde Deus se manifesta”. Então, poderíamos considerar uma igreja comum um santuário. O autor ainda afirma:

Atualmente um santuário precisa ser criado, designado, aprovado pelo bispo. Ele precisa ser um local de grande afluxo de pessoas, de fiéis, ser um local, um espaço de sacramento, principalmente da confissão, da penitência. Precisa ser aprovado pelo bispo e ter um estatuto próprio. Existe santuário local, nacional e internacional. O santuário local precisa ter aprovação do bispo da diocese, o santuário nacional precisa da aprovação da conferência dos bispos do país e o santuário internacional tem a aprovação da Santa Sé, regulamentado pelo Cânon 1230 a 1234 do Código do Direito Canônico (CASTRO, 2015).

Podemos considerar que a Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça tem um grande fluxo de pessoas, principalmente no verão, em comparação a outras igrejas. É um espaço que tem em apenas alguns dias da semana a missa e o atendimento à população. Seguindo os itens ditos por Castro (2015), se a Igreja de Nossa Senhora da Graça for considerada santuário, encaixa-se na categoria de santuário local. Mas, pelas observações e conversas feitas ao longo da pesquisa, sabe-se que nem a igreja nem a diocese possuem um documento que comprove a elevação da igreja a santuário, o que nos faz questionar se ela oficialmente é um santuário. Todos os entrevistados que participaram deste trabalho informaram saber que a igreja é um santuário, porém não sabem quando isso ocorreu. Alguns arriscam e falam, com incerteza, que foi na década de 1980, data que não bate com a dos livros citados anteriormente, como o de Bezerra, que é de 1976 e que já falava da igreja como santuário. Não se tem um documento comprobatório. Poderia haver algo escrito nos livros de registro da igreja, (aos quais não tivemos acesso), no entanto tampouco é possível afirmar que o padre da época tenha feito alguma anotação. Em todo caso, a igreja é considerada um santuário pela comunidade e possui desde o fim dos anos 1960 essa denominação, mesmo não tendo toda a rotina de um santuário.

A igreja faz parte do centro histórico da cidade de São Francisco do Sul, cujo tombamento se deu em 16 de outubro de 1987 pela Lei federal n.º 25, de 1937, juntamente com outros 400 itens, entre eles casas em estilo colonial, sambaquis, igrejas antigas. No Iphan de São Francisco do Sul, temos o processo completo do tombamento. Na pesquisa a parte sobre a igreja está sob o número 1163-T-85

(Anexo A). Nesse documento, encontramos plantas, solicitações feitas pela igreja ao Iphan para construção, reformas, pintura, limpeza, entre outros serviços. Segundo Seibel (2004, p. 131),

o atual vigário da paróquia é o Pe. Everton James Klapouch, que desde o ano 2000 coordena as melhorias que vêm sendo realizadas na igreja. Porém está prevista a total restauração, com reconstituição do seu projeto arquitetônico original. Haverá acréscimo de elementos como acesso aos mirantes das torres e um museu de arte Sacra, para guardar valiosas peças dos séculos XVI e XVII, com lugar de honra para a imagem de nossa senhora da Graça, deixada pelos espanhóis em 1553.

Com a necessidade de melhorias, no ano de 2004 a igreja recebeu o Projeto Monumenta<sup>11</sup>, o qual revitalizou a sua pintura e ajudou na concepção do Museu Diocesano de Arte Sacra Padre Antônio Nobrega, mas não realizou o acesso aos mirantes das torres. Afirma Souza Jr. (2013):

O investimento para a criação do Museu Diocesano de Arte Sacra foi de R\$ 657 mil. Os recursos foram disponibilizados pela Prefeitura de São Francisco do Sul e Governo Federal. Para revitalizar o espaço foi necessário trocar o piso, investir na iluminação, recuperar a cobertura com a colocação de manta térmica, implantar sistema de aquecimento e de desumidificação. Além disso, para fazer a segurança, foram colocadas nove câmeras, instalados alarmes, sensores e cadeados nos vidros que armazenam as peças expostas. O museu é a penúltima obra de revitalização realizada na cidade pelo Programa Monumenta, do Ministério da Cultura, que é responsável por recuperar e preservar o patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social.

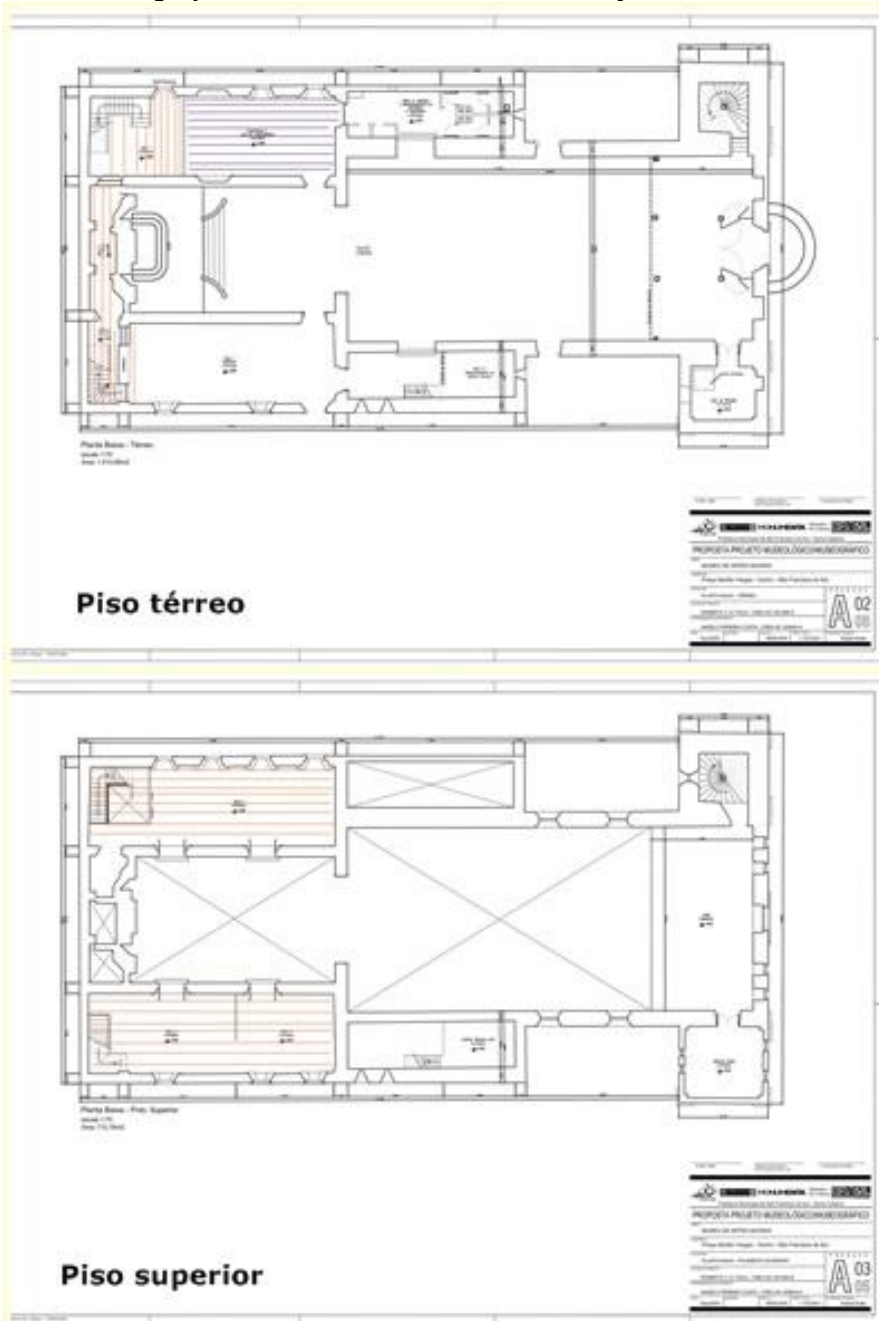
Segundo Gluck (2014, p. 185), o museu “foi inaugurado no dia 10 de maio de 2013 e está localizado na parte anexa da igreja matriz”, laterais e fundos do altar-mor. Para acesso ao museu, tem-se uma porta lateral, após a secretaria da igreja. O espaço ganhou iluminação e temperaturas controladas e conta com duas exposições permanentes, mais de 70 peças expostas e 800 guardadas. A Figura 14

---

<sup>11</sup> O Programa Monumenta foi desenvolvido pelo governo federal e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com o objetivo de preservar o patrimônio histórico de cidades brasileiras mediante práticas de gestão sustentáveis. Essas práticas previam que as áreas dos municípios selecionados pelo programa contariam com um dinamismo econômico e social compatível com a vocação cultural, garantindo assim a conservação permanente do patrimônio. As ações desenvolvidas no município de São Francisco do Sul se concentraram na revitalização de monumentos públicos, imóveis privados e logradouros públicos (DIOGO, 2009).

traz em laranja a parte da igreja que passou a pertencer ao museu<sup>12</sup> e em roxo onde foi alocada a secretaria da igreja, também pertencente ao espaço arquitetônico da igreja.

**Figura 14** – Planta da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, com museu e secretaria



Fonte: adaptado do acervo do Museu Diocesano de Arte Sacra Padre Antônio Nobrega

<sup>12</sup> A história do museu é abordada mais profundamente no subcapítulo 2.3 deste trabalho.

Juntamente com o Programa Monumenta, tivemos o Projeto Salvamento e Monitoramento Arqueológico em Área do Entorno da Igreja Matriz de São Francisco do Sul – SC, vinculado ao Projeto Recuperação e Restauração da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, sob execução da empresa Vinele Serviços e Terraplenagem, sob coordenação da arqueóloga Maria Cristina Alves, no ano de 2004. Segundo Alves (2004, p. 3), “o projeto compreende intervenção de monitoramento de abertura de valas e poços para postes, bem como a escavação de uma área de 11 m<sup>2</sup> na lateral oeste da Igreja”. Foram escavados alguns pontos, como a lateral oeste da igreja, defronte à igreja, a lateral leste, defronte à torre oeste da igreja e defronte à torre leste.

Desde sua fundação até 1832, a igreja enterrava pessoas importantes da cidade dentro da igreja e as demais ao redor, o que torna o espaço importante para a arqueologia. Segundo Alves (2004),

os vestígios arqueológicos coletados foram curados em laboratório, envolvendo trabalhos de limpeza, identificação, marcação, reconstituição e classificação. Amostras de sedimentos da área do cemitério foram coletadas para análises futuras. Na área do adro da igreja, o material pode ser caracterizado como refugo secundário utilizado para aterro. No cemitério, entretanto, parte do material pode ser refugo primário depositado em momentos de reformas do prédio (material construtivo, argamassa) enquanto que outra, associada às covas, pode ter sido depositada secundariamente.

A pesquisa coordenada por Alves coletou diversos vestígios: “O conjunto de artefatos, inteiros e fragmentados, é composto por 1.330 vestígios, seguido de 214 ocorrências da categoria ecofatos e 265 fragmentos ósseos humanos, desarticulados, totalizando 1.809 itens analisados” (ALVES, 2004, p. 34). Ainda no relatório da escavação, Alves (2004) afirma que, na escavação defronte à igreja, ao chegar a 65 e 90 cm de fundura, foram encontradas algumas coisas que chamaram a atenção da autora:

Predomina sedimento argilo-arenoso, marrom escuro, exceto na extremidade N, onde continua o sedimento argiloso, marrom alaranjado. Os blocos de pedra compõem uma estrutura arquitetônica, provável alicerce. Presença de seixos, fragmentos de material construtivo, carvão. No cemitério, entretanto, parte do material pode ser refugo primário depositado em momentos de reformas do prédio (material construtivo, argamassa) (ALVES, 2004, p. 58).

A equipe da arqueóloga Maria Cristina Alves contava com vários especialistas, e conseguimos contato com o historiador Geraldo Hostin, que participou como voluntário na pesquisa. Segundo Hostin (2018) em conversa por uma rede social, o último altar foi refeito por um carpinteiro português chamado Francisco Soares Lopes, conhecido como Chico Português, e as pinturas originais do século anterior estão por baixo da pintura branca. Ainda segundo Hostin (2018), há várias ossadas ainda enterradas embaixo do piso da igreja, bem como ao redor. O historiador afirma que durante as escavações foram encontradas fundações que iriam do lado oeste ao leste, o que poderia indicar uma construção anterior à atual, mas não se tem certeza disso.

Para Pereira (1984, p. 130):

Retirou-se do adro da igreja um relógio de sol, lembrança de Jerônimo Coelho, e deu-se-lhe fim ignorando; remodelou-se a fachada da matriz, substituiu-se o seu altar mor, pintaram-se suas portadas, os seus arcos e as suas pias de cantaria; mudaram a sua lâmpada, procurou-se, enfim, apagar todo o vestígio de outras eras, na ânsia incontida de tudo modernizar.

A igreja encontrou uma forma de manter suas raízes, de trazer seu passado ao presente e de garantir que as novas gerações conheçam sua história. A falta de reconhecimento e valorização do período colonial do Brasil na história regional se reflete nas reformas, no valorizar o moderno apagando o antigo. A igreja passou por vários momentos e reformas, mas sua história está marcada nas paredes, nos objetos e na memória da comunidade. No ano de 2015 houve uma grande comemoração pelo aniversário de 350 anos da igreja como paróquia. Na ocasião, foi feita uma cápsula do tempo com 350 mensagens de pessoas da comunidade, das pastorais, representantes de empresas e órgãos públicos da cidade. A cápsula será aberta quando a igreja completar 400 anos; isso ocorrerá em 2065. Essa cápsula fica guardada no Museu Diocesano de Arte Sacra Padre Antônio Nobrega e pode ser vista ao visitar o museu. O jornal *A Notícia* teve uma série de reportagens em homenagem ao aniversário da igreja.

Ao longo do restante do capítulo abordamos algumas ramificações que partem da igreja, como a história de Nossa Senhora da Graça e suas lendas, a constituição do museu de arte sacra e a relação entre a igreja e o museu.

## 2.2 NOSSA SENHORA DA GRAÇA, NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS: HISTÓRIAS E HISTÓRIAS

A majestade de Maria implica lista poderosa de títulos. Mãe de Deus, virgem sempre virgem, rainha de anjos, de patriarcas e de apóstolos, torre de Davi, resgatadora de almas do purgatório, preceptora de bons partos, compadecida dos humanos. Como toda mãe, ela é uma e múltipla (KARNAL; FERNANDES, 2017, p. 86-87).

Maria é uma das santas a que as pessoas mais recorrem na hora de interceder junto a Deus. Sua denominação decorre muitas vezes do local de seu aparecimento ou de algum pedido especial que fazem a ela, como Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora do Rosário, como afirma Boff (1979, p. 196):

Sabemos que um dos traços mais característicos e belos da piedade latino-americana provém exatamente de seu cunho mariano. Maria está associada à paixão e à alegria de nosso povo; muitos lugares e um sem-número de Igrejas levam o nome de Maria ou de alguma de suas festas. Nesta piedade predomina a dimensão de veneração e de culto.

Neste trabalho, “partimos do pressuposto de que milhões de seres humanos acreditam em santos, em particular no Brasil. Esta crença existe e conforta muita gente” (KARNAL; FERNANDES, 2017, p. 13), por isso se dedica uma seção para falar de santos, especialmente de Nossa Senhora.

Desde os indígenas até a chegada dos europeus ao Brasil, a proteção de uma divindade/de um deus era um elemento importante da cultura. Segundo Silva (2004, p. 40),

a proteção de um santo era tão fundamental para as vilas do Brasil Colonial quanto à economia. A fé cristã deveria se expandir também nas novas terras, por isso era comum, quando da fundação de um povoado, a preocupação com a construção da igreja. Ela deveria ser sempre o centro da nova povoação.

A denominação do estado e da cidade que estudamos já segue essa linha, pois o primeiro está sob proteção de Santa Catarina e a segunda sob a de São Francisco. Além disso, no centro do povoado, tem-se a proteção de Maria, esta sob denominação de Nossa Senhora da Graça, e a população por muitas vezes recorria

à intercessão desta para proteção pessoal ou do povoado. Segundo Karnal e Fernandes (2017), para os católicos, a invocação de um santo para auxiliar nas dificuldades e incertezas é um meio poderoso de pedir ajuda; não se interessam as discussões teológicas. A fé em um santo não muda por conta de teologias. Ela é, ela existe e para aquele que crê isso basta; a fé simplesmente acontece.

A fé é um pilar importante da religião: “A fé é o fundamento da esperança, é uma certeza a respeito do que não se vê” (Hebreus, 11). Não vemos Deus, não vemos São Jorge ou Nossa Senhora, mas tem-se esperança de que eles estão presentes, ouvindo e intercedendo. Para quem é religioso, fé é crer sem ver, é confiar numa força superior que guia um indivíduo, que protege e auxilia nos obstáculos.

A fé em santos acontece por vários motivos, pela sua história de vida, pelos milagres, por escolhas. Outro motivo seria pelo mito que se construiu com base na história do santo, como o exemplo de São Jorge, um guerreiro que matou o dragão. Para Le Goff (2014, p. 54):

A principal característica do santo na terra é ter sido escolhido por Deus para se manifestar sobre a terra em seu lugar, como um instrumento ou um intermediário, seja através de milagres; seja por virtudes ou um comportamento excepcionalmente religioso em sua existência terrestre. Esse escolhe assume a forma de uma vocação que se manifesta em um momento da existência da pessoa eleita, nela se encarna até a morte a conduz à santidade.

Le Goff (2014) ainda afirma que o santo se torna santo pelo modo como se comporta na vida terrestre e pelo fato de fazer milagres depois da morte. Para Karnal e Fernandes (2017), santos não são apenas intermediários; eles fazem parte da vida das pessoas, emprestam seu nome a muitas delas. Há milhares de brasileiros com nomes de Antônio, João, Maria, Ana, Teresinha. A santidade também batiza cidades, como São Francisco, Bom Jesus, São Paulo, São José, Santa Terezinha, Santa Rosa, entre tantas outras. Segundo Agência Estado (2011), com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2011, uma em cada nove cidades possuíam nome de santos.

A fé em santos molda culturas. A região pode ser mais devota a um santo por ter sua igreja matriz sob a sua proteção, como Nossa Senhora da Graça, ou por o santo pertencer àquela terra, como é o caso de Santa Paulina, que viveu em Nova



Trento (SC). De qualquer forma, normalmente uma comunidade católica de determinada região tem práticas culturais e devoções ao santo padroeiro da igreja local de que participa. Para Karnal e Fernandes (2017, p. 14), “a santidade, as imagens, as novenas, as procissões são para os fiéis devotos, como todo objeto e prática sagrada”, algo do cotidiano da vida religiosa. Cada religião possui sua prática, um costume. Na Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, um costume é realizar a novena antes do dia 8 de setembro, dia da festa da padroeira. Nesse dia também ocorre a procissão no centro histórico da cidade.

Para Silva (2004), o mito, o rito e a religião asseguram às pessoas um compromisso com afetos, fantasias e abrem caminhos para o imaginário, podendo solucionar o que a razão às vezes não pode. As lendas, os mitos, as histórias contadas são manifestações culturais que trazem a solução para problemas que se apresentam à consciência.

As lendas são histórias possuidoras de uma significação até mitológica para expressar uma verdade que talvez não pudesse ser dita em determinado momento e cuja narrativa servia para expressar as manifestações do grupo e/ou pessoas que, por temor a algo ou alguém, por medo de sofrerem repressão e perseguição, ou até como forma de contestar o status, davam-lhe um final misterioso (SILVA, 2004, p. 13).

As lendas e as histórias são os escapes de muitos contos populares; são lugares de memória de uma região. Silva (2004, p. 11) afirma que consistem ainda em “representações populares que, por intermédio de uma linguagem mítica, carregada de simbologias, trazem uma verdade submetida”. Mitos e lendas são em sua maioria representações de uma comunidade, de uma região que em determinado período instituiu uma história que passou a ser disseminada oralmente.

Para a comunidade católica de São Francisco do Sul, muitas dessas narrativas religiosas e protetoras partem do auxílio de Nossa Senhora da Graça, à qual tanto se recorria nas provações. É importante ressaltar que a igreja homenageia a santa Nossa Senhora da Graça, mas que muitos que a visitam, que não pertencem à comunidade, acabam trocando e chamando a santa de Nossa Senhora das Graças. É comum participantes e fiéis da igreja corrigirem visitantes quando são questionados sobre a santa, já que para eles é importante que todos saibam quem é a padroeira.

Para que não haja confusão nem troca de santas e por ser tão importante para a população, apresentamos a história de Nossa Senhora das Graças e a de Nossa Senhora da Graça, destacando suas diferenças, mas principalmente a relação da Nossa Senhora da Graça com o povo de São Francisco do Sul.

### **2.2.1 Histórias e histórias: Nossa Senhora das Graças**

Segundo Manzotti (2011, p. 81-82), em novembro de 1830, em São Vicente de Paulo, na França, na capela das Irmãs Filha da Caridade, a noviça Irmã Catarina Lauboré, teve uma visão com Nossa Senhora. A Virgem estava em pé, em cima do globo, segurando com as mãos uma esfera menor, sobre a qual aparecia uma pequena cruz de ouro. De repente, seus dedos encheram-se de anéis com pedras preciosas e de suas mãos saíram raios luminosos, símbolo das graças que a Virgem derrama sobre quem as suplica. Em relato, Santa Catarina Lauboré, afirma que a Mãe de Deus baixou os olhos e disse: 'Este globo que vês representa o mundo inteiro [...] e cada pessoa em particular'. Ainda segundo a biografia da santa, Nossa Senhora deu a Catarina uma visão reveladora:

“...uma Senhora de mediana estatura, de rosto muito belo e formoso... Estava de pé, com um vestido de seda, cor de branco-aurora. Cobria-lhe a cabeça um véu azul, que descia até os pés... As mãos estenderam-se para a terra, enchendo-se de anéis cobertos de pedras preciosas. A Santíssima Virgem disse-me: 'Eis o símbolo das Graças que derramo sobre todas as pessoas que mas pedem...'. Formou-se então, em volta de Nossa Senhora, um quadro oval, em que se liam, em letras de ouro, estas palavras: 'Ó Maria concebida sem pecado, rogai por nós, que recorremos a Vós'. Depois disso o quadro que eu via virou-se, e eu vi no seu reverso: a letra M, tendo uma cruz na parte de cima, com um traço na base. Por baixo: os Sagrados Corações de Jesus e de Maria. O de Jesus, cercado por uma coroa de espinhos e a arder em chamas, e o de Maria também em chamas e atravessado por uma espada, cercado de doze estrelas. Ao mesmo tempo, ouvi distintamente a voz da Senhora, a dizer-me: 'Manda, manda cunhar uma medalha por este modelo'. As pessoas que a trouxeram, com devoção, hão de receber muitas graças” (SANTOS E ÍCONES CATÓLICOS, 2017).

A Figura 15 mostra uma das representações de Nossa Senhora das Graças com base no testemunho de Santa Catarina de Lauboré.

**Figura 15** – Nossa Senhora das Graças



Fonte: disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/343610646544635071/>>. Acesso em: 26 mar. 2018

Manzotti (2011, p.81/82) afirma que o arcebispo de Paris, Dom Quelen, autorizou a cunhagem da medalha descrita por Catarina Lauboré e instaurou inquérito oficial sobre a origem e efeitos do artefato, que o povo denominou 'Medalha Milagrosa' ou 'Medalha de Nossa Senhora das Graças'. Concluiu-se no inquérito que houve rápida propagação da medalha e admiráveis benefícios e graças obtidas. A Figura 16 exibe um exemplo da medalha milagrosa de Nossa Senhora das Graças. Quem a carrega com fé recebe as graças da Mãe.

**Figura 16** – Medalha milagrosa de Nossa Senhora das Graças



Fonte: disponível em: <<https://frontcatolico.blogspot.com.br/2017/12/cuidado-saiba-distinguir-entre-real.html>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

Nossa Senhora das Graças traz as graças ao mundo, não apenas uma, mas quantas forem necessárias; basta que o devoto peça com fé. Sua medalha traz conforto e proteção a seus filhos que nela confiam, e, por conta da medalha, Nossa Senhora das Graças pode ser chamada também de Nossa Senhora da Medalha Milagrosa; a diferença está apenas na denominação da santa. É importante ressaltar que essa santa traz ao mundo infinitas graças, pois esse é o ponto-chave da diferença entre ela e a Nossa Senhora da Graça.

### **2.2.2 Histórias e histórias: Nossa Senhora da Graça**

Se Nossa Senhora das Graças presenteia os fiéis com infinitas graças, Nossa Senhora da Graça presenteia a humanidade com uma graça, singela, mas a maior de todas, o menino Jesus. Sua história nos remete ao evangelho de São Lucas, capítulo 1, versículos de 26 a 38:

No sexto mês, o anjo Gabriel foi enviado por Deus a uma cidade da Galileia, chamada Nazaré, a uma virgem desposada com um homem que se chamava José, da casa de Davi e o nome da virgem era Maria. Entrando, o anjo disse-lhe: Ave, cheia de graça, o Senhor é contigo. Perturbou-se ela com estas palavras e pôs-se a pensar no que significaria semelhante saudação. O anjo disse-lhe: Não temas, Maria, pois encontraste graça diante de Deus. Eis que conceberás e darás à luz um filho, e lhe porás o nome de Jesus (Lucas, 1, 26).

Por isso, nomeia-se Nossa Senhora da Graça, pois teve a honra de dar a vida a Jesus e dele ser mãe; essa foi a maior graça que poderia dar à humanidade. Sua primeira aparição, segundo o Guia Cultural e Turístico de São Francisco do Sul, planejado pela Embratur (2000/2001) ocorreu em Portugal:

Esta graça encontrada em sua virtuosa serva, teria levado o credor tão sublime escolha louvada em cânticos por toda a corte celestial. Teria sido também, a origem de mais um título de louvação que ostenta a Virgem Maria – Nossa Senhora da Graça – honra que dignifica e encanta, pela sublimidade que encerra. Contam a respeito desta santa, que no ano de 1862, na vila de Cascaes, em Portugal, pescadores ao recolherem do mar a sua rede, um dia, encontraram uma imagem com o menino Jesus nos braços, a qual começaram a venerar sob a invocação de Senhora da Graça, começo que foi desta gloriosa devoção (EMBRATUR, 2000/2001, p. 32-33).

A chegada da santa a terras catarinenses deu-se em outros tempos. Segundo a história contada na região e difundida até hoje em diversos documentos (como no encontrado no acervo da Biblioteca Municipal de São Francisco do Sul, por exemplo), narra-se o ocorrido conforme segue:

O Bergantin espanhol chamado “La Concepción” viajava rumo às regiões do Paraguai. Ventos favoráveis e mar tranquilo, até então, contribuíam para que a viagem transcorresse normalmente. Uma tarde, porém, nuvens negras e ameaçadoras amontoaram-se ao longe, na linha do horizonte, anunciando a aproximação de tempestades. Com o cair da noite, o vento aumentou assustadoramente de violência. O mar encapelou-se e a frágil embarcação foi logo duramente açoitada por violenta procela. Desgovernada, assoviando a ventania nas enxárcias e as velas reduzidas a tiras, que ao vento eram acenos desesperados clamando socorro, vagou horas sem fim a pequenina nave, na escuridão apavorante da noite tempestuosa. No seu bojo, quase uma centena de pessoas, entre as quais mulheres e crianças angustiadas, aguardando a todo instante serem tragadas para as profundezas do oceano (SILVA, 2004, p. 38).

No meio dessa tempestade, angustiada, a tripulação voltou-se para a proa, em que num nicho havia a imagem de Nossa Senhora, e prostrou-se aos pés da santa implorando intercessão para acalmar o temporal e fazer com que chegassem em terra firme. Em troca do salvamento, ergueriam na primeira terra em que pisassem uma capela e deixariam a santa no local para ser venerada. Como por encanto, a tempestade começou a ceder. No dia seguinte o bergantim vagava próximo a diversas ilhas.

A imagem da santa que chegou a terras catarinenses nessa época continua exposta até hoje no altar da igreja. A Figura 17 mostra a santa padroeira da matriz na procissão do dia 8 de setembro de 2017.

**Figura 17** – Nossa Senhora da Graça



Fonte: primária, acervo pessoal da autora

Esse acontecimento é marcante para a população francisquense, pois está arraigado na cultura. “A cultura fala pelos santos de um local, sua memória e seu culto são testemunhos vivos da sociedade” (KARNAL; FERNANDES, 2017, p. 15). Por isso, é comum encontrarmos relatos sobre a chegada da santa nas conversas com qualquer morador da região. Podemos observar, por exemplo, a fala do senhor Kiko, em sua entrevista, quando foi questionado sobre como a imagem de Nossa Senhora da Graça chegou a São Francisco do Sul onde nos narra igualmente como mostrado no texto de Silva, mas acrescenta que

*[...] aqui viviam os índios carijós. Então, conta a história que num determinado dia construíram uma capelinha de taipa coberta com palha. Os índios, que eram índios de boa índole, fizeram uma procissão onde tiraram a imagem da embarcação e colocaram acompanhados por todos os índios que habitavam, colocaram nessa capelinha de palha, onde depois posteriormente foi feita uma outra capela e em 1665 foi inaugurada a igreja atual, né... E a nossa ilha se chamava Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco Xavier do Sul, pequena, né? [risos]. (LIMA, 2017).*

Ainda segundo Kiko, a imagem da santa é de madeira maciça e muito, muito pesada (LIMA, 2017). Os detalhes encontrados no documento da biblioteca e o relato feito por Kiko apresentam muitos detalhes em comum. Por isso, observa-se que para a comunidade católica daquela região é motivo de orgulho saber a história da sua igreja, da sua santa e que ambas são marcos para a historicidade da região. Por não se ter um documento comprobatório, há dúvidas quanto à data precisa da chegada da santa a terras francisquenses, mas por não haver outra hipótese que fosse comprovada, a história que se conta da chegada do bergantim espanhol e do pagamento da promessa por terem encontrado terra firme é a que se conhece e que se propaga até hoje.

A comunidade realiza a festa da padroeira no dia 8 de setembro, no entanto a data não é baseada na chegada do bergantim, ou na fundação da vila; o dia foi instituído por ser o nascimento de Maria Santíssima e foi estabelecido no século VII pelo Papa Sérgio I, em bula (EMBRATUR, 2000/2001, p. 32-33). Assim, todo ano no dia 8 de setembro, é feriado em São Francisco do Sul, com festas e comemorações em honra de Nossa Senhora da Graça.

Outras histórias dão suporte à importância da santa para a cidade. Uma delas é escrita pelo pesquisador Otavio Silveira (*apud* SILVA, 2004, p. 39-40), onde narra que na época das grandes navegações, os europeus chegavam até os mares tranquilos do sul, onde um magnífico galeão com destino ao Pacífico, trazia a madona das madonas, a Imagem de Nossa Senhora. A embarcação por motivos divinos veio aportar aqui e assim construiu-se uma singela construção com um nicho para abrigar a imagem da Santa. Mas não era ali que a Mãe de Deus queria ficar. Segundo moradores do local, todos os dias pela manhã, ao rumarem para a pequena capela encontravam a Santa de costas para o local onde a visitavam e de frente para o centro da pequena vila. Passado um tempo, uma das moradoras recebeu um sonho, onde a Santa lhe pediu que em cortejo, transportassem sua imagem para a colina onde poderia ver todos os seus filhos e abençoá-los. E assim ocorreu. Num domingo, todos se reuniram sob cânticos e preces e levaram em cortejo Nossa Senhora para o local desejado.

Reforçando o valor da santa para a proteção da comunidade, ainda no período colonial, a santa vem em auxílio dos moradores numa época em que a população vivia desassossego e pavor nas indefesas terras litorâneas, por conta das ameaças piratas. São Francisco, desprovida de fortificações, abandona por Portugal

e distante de outras vilas, estava a mercê de corsários, homens sem fé e sem piedade que atavam e pilhavam suas terras.

Dizia em certidão passada no ano de 1751, o vigário da paróquia, padre João Batista de Azevedo: nossas igrejas, tanto a matriz como a capela do morro do hospício, estavam em extrema pobreza, quase sem paramentos para os ofícios divinos, por terem sido saqueados pelos corsários. No ano de 1717, no mês de outubro, tiveram as autoridades informações seguras de que temível pirata andava atacando os portos vizinhos. Esta notícia, como era de se esperar, encheu de pânico a pequena população local e tamanho foi o terror infundido, como se as pessoas mais influentes, como o capitão-mor procuravam o vigário Frei Agostinho da Trindade rogando encarecidamente sua interferência como ministro de Deus para que auxiliasse a salvar a vila. [...] (SILVEIRA, 1980b).

O então Frei, aventurando-se para salvar a imagem da santa, atravessa a entrada da barra, rumo a Ilha da Paz, onde permaneceu por semanas. Nesse tempo, confirmou-se a presença do capitão francês *Charles de la Chine du Bolorot*, que trazia inquietude para a população. Ao defrontar a embarcação rumo ao então rio São Francisco, a vontade de Deus se fez presente.

Densa cerração começou a manifestar-se trazia por impertinente e fresco vento sul. Dentro em pouco, toda esta parte da costa estava envoltada por expeço véu, cinzento e impenetrável, impossibilitando totalmente a navegação. Finalmente quando o tempo clareou, *Bolorot* furioso tenta nova investida. Desencadeia-se, tão logo, violenta procela. Lufadas de incrível força, encrespam o mar de gigantescas vagas e atiram o acusado pirata e mais sua bélica embarcação, para o oceano largo, onde ficou a matroca, afastando-o definitivamente destas plagas. Onde naufragou para as bandas de Paranaguá. Octavio da Silveira Acervo do Museu Histórico de São Francisco. Localizado agora na biblioteca municipal da cidade. Mais um milagre da nossa senhora da graça (SILVEIRA, 1980b).

Essas histórias contadas de pai para filho, de geração em geração, estão no cerne da cultura francisquense. Pois segundo Geertz (1989), os significados só são armazenados através de símbolos e tais símbolos religiosos, representados em rituais e narrados em mitos, resumem a forma de conhecer o mundo, de suportar emocionalmente este e de como se portar nele. Os símbolos sagrados possuem um poder peculiar, pois advém da suposta possibilidade de identificar um valor fundamental, de dar sentido aquilo que, de outra forma, seria apenas real.



Na cidade de São Francisco do Sul, esse símbolo é a imagem da Nossa Senhora da Graça, que carrega consigo a fé, a perseverança e a esperança daqueles que um dia passaram por essas terras e as deixaram como forma de agradecimento e por aqueles que se estabeleceram nela e criaram ali raízes. Para Silva (2004), o sentimento que a sociedade tinha com a igreja católica e o misticismo presente na história da santa são os motivos para se construir a igreja matriz. A autora ainda afirma que, “como justificativa para a grandiosa obra, diziam que a construção só tinha sido possível porque a própria santa escolhera São Francisco do Sul para morar” (SILVA, 2004, p. 38).

Compreendendo a diferença entre as santas, podemos distinguir as imagens, mas nunca esquecer que para a igreja católica, Nossa Senhora é uma só. Nossa Senhora das Graças e Nossa Senhora da Graça trazem consigo a graça dada por Deus, ser a mãe de Jesus. Suas graças são para o mundo todo. A fé na mãe é a mesma, sua diferença está na denominação, no local de seu primeiro aparecimento e na forma como a santa é representada. Ao visitar uma igreja, não importa a cidade, é sempre importante saber o santo padroeiro; não seria agradável comprar briga com um santo por uma confusão de nomenclatura. Sempre é bom manter a proteção em dia.

### 2.3 MUSEU DIOCESANO DE ARTE SACRA PADRE ANTÔNIO NÓBREGA

Para Karnal e Fernandes (2017, p. 15), “todas as fés criam locais sagrados, objetos não comuns que devem ser respeitados e práticas em torno de objetos materiais”. O Museu Diocesano de Arte Sacra Padre Antônio Nóbrega foi um espaço criado para salvaguardar a memória da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça que estava dispersa e perdendo-se no tempo. Segundo Padre Mário, pároco da Igreja Matriz,

*o museu foi uma forma de a gente disponibilizar esses objetos para que o nosso povo ele tivesse acesso, né. A gente sabe que a cada pouco muda o padre, muda a coordenação da igreja, muda as lideranças e em 352 anos de história já foram muitos padres, já foram muitas lideranças que passaram por aqui, e às vezes nós encontramos pessoas que não gostam daquele objeto que já é histórico, ele acha que tem que comprar um novo no lugar etc., etc., etc., e às vezes vai se desencantando aquilo que entre aspas é velho mas que é histórico etc. E então o museu ele ajudou a recuperar a história, os objetos históricos, e por graça de Deus alguém guardou isso, alguém cuidou disso por muitos e*

*muitos anos. Estavam encaixados, estavam escondidos, até porque senão o padre mandava pro ferro-velho [risos], e aí então o museu diferentemente de tirar esses objetos do acesso ao povo, justamente ele fez ao contrário, ele fez com que eles tivessem acessíveis ao povo e o povo pudessem revê-los, pudesse recordá-los e, enfim, até conhecê-los a quem não os conhecia como objeto que fez parte da nossa história, que é do santuário. Então, antes daquela ideia de o museu retirar da comunidade, justamente ele colocou à disposição (WOJCIECHOSKI, 2017).*

O motivo de se ter um museu de arte sacra na comunidade era claro: era preciso trazer à tona a história da igreja e salvaguardar os objetos que restaram e que havia tempo estavam guardados. Mas por que guardar esses objetos? Conforme Kiko, coordenador de patrimônio da igreja,

nos anos [19]60 a Igreja Católica passou por um momento de modernização que muitas vezes não foi bem entendido. Na época, a Matriz Nossa Senhora da Graça ainda tinha quatro altares laterais barrocos situados antes da nave principal e uma mesa de comunhão de madeira, que há mais de três séculos estavam no local. Mas com o movimento de modernização, as peças foram removidas do local pelo padre da época. “O sentido era modernizar a Igreja e não o prédio em si” (*apud* DIAS, 02015).

A preocupação com a memória da igreja, ou com a falta dela na comunidade católica, fez com que Kiko tomasse uma atitude ainda jovem. Essa ação trouxe consequências positivas ao futuro da igreja. A iniciativa de salvaguardar protegeu dezenas de objetos com valores sacros e históricos. Ao questionarmos Kiko sobre a história do museu, ele relata:

*Antes de eu ter essa dedicação muito grande na igreja, eu procurava guardar tudo. Então, eu tinha muita coisa guardada em baús antigos que eu..., as peças de prata, de ouro, eu procurava esconder com medo que doassem e desaparecesse, enfim, esse acervo. Então durante muito tempo eu guardei, 30... Quarenta anos, mais de 40 anos. Quarenta, 50 anos, procurei guardar esse acervo e, quando veio a ideia de se construir esse museu, aí eu fui trazendo pro pessoal: “Olha, tem bastante coisa guardada, tem esse acervo”. Aí eles procuravam: “Kiko, tem mais coisa guardada?”. “Tem, pera aí que vou buscar”. Aí eu fui trazendo, eles foram tratando daquele acervo, colocando em ordem né, e assim tá hoje construído lá o museu. [...] Eu procurava esconder pra não desaparecer e agora com o museu nós temos a segurança né, aonde tudo pode ser exposto com a devida segurança. Os próprios padres faziam presente pra outra paróquia, desses objetos... iam desaparecendo com o tempo, e eu preocupado com tudo isso, com as nossas tradições, com os nossos costumes, porque eu achava que aquilo tinha parte da nossa história. Faz parte da nossa história. Então, eu tinha medo que aquilo desaparecesse, aonde eu trazia tudo escondido, e com esse advento do museu e com a segurança que eles me garantiram que ia ter eu trouxe tudo à vista (LIMA, 2017).*

O medo da perda, do esquecimento trouxe a necessidade da resistência, de guardar esses objetos e proteger essas memórias. Como afirma Pollak (1989, p. 3), “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil [...] que cuidadosamente transmite as lembranças [...] esperando a hora da verdade”. Kiko foi contra a ação do padre da época, guardou esses objetos e esperou a hora da “verdade” trazendo tudo à tona e de volta à igreja.

Como diz a reportagem realizada pelo jornal *Notícias do Dia Online* de 8 de setembro de 2015, a ideia do museu foi uma soma de trabalho de preservação de Kiko e do levantamento e do trabalho museológico do senhor Giovanni F. Lemos, juntamente com o incentivo do Padre Edson Viana, pároco da matriz da época (DIAS, 2015). Com essa força-tarefa, foi possível colocar em prática a ideia do museu, mas o desejo de ter um museu na comunidade nasceu alguns anos antes.

Segundo Giovanni, responsável pelo museu, a preocupação com o tratamento dos objetos deu-se já no ano de 2004:

*Eu tinha recém entrado na faculdade de museologia, foi na época do Padre Álvaro de Oliveira Joaquim, foi o padre que me chamou pra fazer todo o inventário do acervo na época. Ele tinha, ele estava recém-chegado aqui na cidade e aí eu vim e fiz um levantamento básico, assim nada muito técnico, né, pra ele. Daí eu comecei a tratar todo esse acervo e acondicionar na casa paroquial, pra que o acervo não se perdesse mais, não, não fosse... se estragando com o tempo (LEMOS, 2017).*

O desejo já estava presente, e a necessidade de preservar pulsante, mas quais eram esses objetos que necessitavam ser salvaguardados e que estariam presentes no museu? Afirma Souza Jr. (2013) que entre os diversos objetos sagrados que fazem parte do acervo, os mais significativos são a coroa de Nossa Senhora da Graça, o solidéu do Papa Pio XII, doado à igreja pelo próprio pontífice, mas o acervo ainda conta com vestimentas litúrgicas, imagens sacras, mobiliários, livros, quadros, fotografias, entre outras tantas peças. Atualmente conta também com estandartes e a cápsula do tempo montada no ano de 2015, quando a igreja completou 350 anos de paróquia. A Figura 18 mostra alguns dos objetos presentes no museu.

**Figura 18** – Objetos do Museu de Arte Sacra Padre Antônio Nóbrega, em São Francisco do Sul (SC)



Fonte: primária, acervo pessoal da autora

Ao questionarmos o museólogo quanto à procedência desses artefatos presentes no acervo, ele afirma-nos que nem todos os objetos têm algum documento que diz como chegaram à Igreja Matriz, apenas estão lá há muitos anos, pois desde que fez o levantamento de cada peça nunca encontrou nota, documento de compra, de doação, apenas que “ah, isso o fulano trouxe não sei da onde”, “beltrano, outro padre trouxe não sei da onde”, outras peças possuem uma anotação no livro Tombo da igreja, onde relata que certos objetos foram doados por famílias, e outras peças que só se descobriu a origem por conter a marca do fabricante, e ao entrar em contato, mas como chegou na igreja não se sabe.

Nota-se que essas peças contam uma história, remetem memórias, significados, mas sobre sua própria história, fabricante, carpinteiro, quem comprou, doou, como chegou até a igreja não se têm informações; isso escapa no tempo por falta de registro e de preocupação de inventariar os bens que a igreja tinha ao longo dos anos. Imaginemos quantos objetos pertenceram à igreja, mas que se perderam.

A primeira exposição realizada com alguns dos objetos da igreja ocorreu ainda na década de 1980, mas não se tem registro dela. Segundo Giovanni, antes da constituição oficial do museu, a igreja promoveu duas exposições temporárias.

*Nós montamos em 2011 uma segunda exposição. Porque com o Padre Álvaro nós tínhamos montado uma exposição também, “Arte Sacra: um símbolo de devoção”. Depois, com o Padre Edson também, em 2011, dia 3 de setembro de 2011, nós montamos uma exposição também, “Arte Sacra: a Beleza que Evangeliza”. E essa exposição ficou até final de 2012. Final de 2012, quando aí nós desmontamos a exposição e começou a ser executado o projeto do museu (LEMOS, 2017).*

Essa atitude mostra a iniciativa da igreja de apresentar aos poucos os objetos que estavam em acervo e que foram resgatados do esquecimento e trazidos à luz da comunidade. Essas exposições foram ensaios para o que estaria por vir, o Museu Diocesano de Arte Sacra Padre Antônio Nobrega.

É possível compreender até agora como esses objetos chegaram à igreja, como se deu sua preservação em tempos de modernização e como a iniciativa de um membro da comunidade fez todo o movimento de preservação e difusão da história da Igreja Católica em São Francisco do Sul. Mas surge a pergunta: como uma igreja histórica, com poucos recursos e tombada pelo Iphan obteve verba para revitalizar e criar num espaço inativo da igreja um museu?

Souza Jr. (2013) afirma, que o investimento de R\$657 mil veio da parceria entre a Prefeitura da cidade e do Governo Federal, com o Programa Monumenta, onde puderam realizar melhorias no espaço para abrigar o futuro museu.

Com isso, percebe-se que o dinheiro para tal obra não saiu totalmente do caixa da igreja. Grande parte de sua obra foi realizada pelo Programa Monumenta, e logo na entrada do museu há uma placa informativa sobre a ajuda do programa. O museu tem sua administração compartilhada entre a prefeitura e a igreja, e é responsabilidade de ambos preservar e zelar pela infraestrutura e pelo acervo do local. Ainda segundo Souza Jr. (2013):

O museu será administrado por uma gestão compartilhada, por meio de uma parceria entre Fundação Cultural e Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, detentora do patrimônio. Para a manutenção do acervo será utilizada verba do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de São Francisco do Sul.

Ter essa administração compartilhada poderia ser um bom sinal para o museu, pois ele teria dois órgãos responsáveis pela sua preservação. Mas, segundo entrevistas, ao questionarmos sobre se o museu está bem instalado percebemos que sim, mas que poderia receber mais atenção da parte pública quanto a

preservação e conservação do local, já que ele também faz parte do turismo da cidade e auxilia na divulgação da mesma. Podemos perceber certo distanciamento entre a administração pública e a administração privada (igreja), no entanto ambas devem cuidar do museu, pois ele é tanto de interesse do município quanto privado, já que conta uma história que pertence aos dois órgãos. Essa é a razão de os dois se preocuparem com sua infraestrutura, sua segurança, sua funcionalidade, pois representa os ambos, cidade e igreja.

O museu foi enfim inaugurado no ano de 2013 e reunia mais de 800 peças (contando as expostas e a reserva técnica), que foram utilizadas na igreja ao longo dos últimos três séculos em rituais litúrgicos (DIAS, 2015). Segundo Souza Jr. (2013, grifos da autora),

a exposição que abre o museu é dividida em dois temas que fazem parte dos rituais litúrgicos da Igreja Católica: missa e procissão. São mais de 70 peças expostas, escolhidas com base em pesquisa realizada em todo o acervo. *Algumas dessas peças continuam sendo utilizadas pela igreja em seus rituais.* Por isso, em determinados momentos, *elas serão retiradas do museu e depois devolvidas.* Como as exposições não são permanentes, haverá um rodízio e diversas peças serão expostas ao longo do tempo.

Pensem nesse trecho da matéria, especialmente no destaque: “Algumas dessas peças continuam sendo utilizadas pela igreja em seus rituais” (SOUZA JR., 2013). Comumente, temos a percepção de que as peças de determinados museus são expostas apenas para contemplação, ou algum objeto foi pensado para determinada interação com o público, mas no museu de arte sacra se poderia pensar que tais objetos estão ali para a sua preservação, bem como para a apreciação da história que contam, perdendo frequentemente a utilização primária, para a qual foram criados. Todavia, no Museu Diocesano de Arte Sacra Padre Antônio Nóbrega, observa-se que isso não ocorre, pois há objetos que em datas festivas são retirados do museu e usados nos ritos das missas, nas procissões. Vê-se que o uso de alguns objetos sacros que saíram do cotidiano da igreja e foram para o museu não fez com que perdessem sua utilidade primária; eles continuam com seu valor de uso, sua importância simbólica. Mas por que isso acontece? Porque os estandartes ali expostos ficam para preservação durante o ano, mas na festa da padroeira, em 8 de setembro, eles são retirados e levados à procissão, assim como as imagens de santos, ou os cálices, que podem ser usados nas missas

e nas celebrações<sup>13</sup>. Segundo o jornal *Notícias do Dia*, do dia 12 de maio de 2013, “algumas dessas peças continuam sendo utilizadas pela igreja em seus rituais. Por isso, em determinados momentos, elas serão retiradas do museu e depois devolvidas” (SOUZA JR., 2013).

Em muitos museus sacros, essa ação de utilizar as peças que já estão no acervo do museu não é comum, mas no museu deste estudo isso ainda ocorre. É possível observar um cálice antigo sendo usado na missa, ou um santo ser usado na procissão, por exemplo.

A denominação do museu homenageia um padre que foi presente no corpo social de São Francisco do Sul. Antônio Nóbrega nasceu em São Francisco do Sul em 30 de janeiro de 1839 e na mesma cidade exerceu o ministério eclesiástico por 48 anos, demonstrando sempre nas funções de pároco o desejo de guardar a igreja sob sua proteção, como também a difusão espiritual dos paroquianos. Ele estudou no seminário de São José, no Rio de Janeiro, e foi ordenado padre em 1862. Era inteligente e culto e por todos respeitado e ouvido. Faleceu em 5 de fevereiro de 1923, com 84 anos, e seu sepultamento foi feito na própria igreja, que ele tanto amou (BEZERRA, 1976). Na Figura 19, vemos a lápide que pertence ao Padre Antônio Nobrega, encontrada embaixo do assoalho da igreja na parte em que hoje está o museu.

**Figura 19** – Lápide exposta no museu pertencente a Padre Antônio Nóbrega



<sup>13</sup> Sobre a relação entre igreja e museu, ler o subcapítulo 2.4.

Fonte: primária, acervo pessoal da autora

Hoje o espaço é visitado por moradores e turistas e um local turístico juntamente com a igreja. Segundo Giovanni, “*o museu ele está aí pra comunicar né. Toda essa história foi vivida, né, e que continua sendo vivenciada e todo esse patrimônio que se acumulou durante esse período, né*” (LEMOS, 2017). Ao encontro com esse pensamento, temos o relato de Kiko (Lima, 2017), ao afirmar que o museu ajuda a divulgar a igreja, e a divulgar a cidade, que mesmo sendo um museu sacro ele não deixa de ser uma espaço cultural, o museu não é uma coisa morta, ele é vivo, é uma história viva que mostra as tradições da igreja e da cidade.

Na época da inauguração do museu, o pensamento turístico já existia. O jornal *Notícias do Dia* de 12 de maio de 2013 traz a fala do diretor da Fundação Cultural de São Francisco do Sul, Daia Carvalho, que deixa claro o objetivo deles para com o museu era transformar esse espaço em um produto e fortalecer o turismo cultural, que vai movimentar a cidade (SOUZA JR., 2013).

O Museu Diocesano de Arte Sacra Padre Antônio Nóbrega vem para fortalecer a igreja, a história. Durante a pesquisa, foram entrevistadas pessoas que contribuíram para a igreja e para o museu de diversas formas, e mesmo tendo opiniões distintas todos os entrevistados afirmam que o museu sem a igreja não existiria, pois sua força e suas peças vêm da história vivenciada pela igreja e pela comunidade católica que faz a igreja. Todos eles ainda concordam que o museu está bem instalado no espaço em que está. Algumas ressalvas foram feitas, como melhorias que devem ser realizadas, mas ainda assim o museu está bem instalado mas que poderia ser melhorado, pois problema de manutenção e conservação da estrutura sempre aparecem, e por ser um prédio tombado há dificuldades de realizar essas manutenções.

O problema não estaria no museu em si, mas no prédio, que é tombado. Logo, para qualquer reforma, obra, mudança estrutural, é necessária a aprovação do Iphan, o que complica algumas manutenções no museu e certas atitudes que o museu poderia tomar, como, por exemplo, a acessibilidade. Outras melhorias apontadas são: a divulgação do museu e a sua identificação na igreja e nos pontos turísticos, para que os visitantes saibam que ele existe e possam conhecê-lo, já que essas informações são esparsas na cidade. A Figura 20 mostra a lateral da igreja onde se encontra a entrada do museu diocesano.



**Figura 20** – Entrada do Museu Diocesano de Arte Sacra Padre Antônio Nóbrega, em São Francisco do Sul (SC)



Fonte: primária, acervo pessoal da autora

Conhecemos, afinal, a trajetória do museu e sua importância para a comunidade católica. Mas ainda não foi possível compreender o que é um museu de arte sacra. O que é um objeto sacro? É o museu um espaço sagrado? Respondemos a essas perguntas a seguir.

### **2.3.1 Museu de arte sacra: sagrado ou profano?**

Antes de discutir se o museu é um espaço sagrado e/ou profano, precisamos saber o que é um museu. Segundo o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM, 2018),

de acordo com a Lei n.º 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus, consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Montar um museu abrange todas essas questões de preservação, pesquisa, educação e turismo, mas objetiva-se mais, vai-se além dessas ações; ele conta uma história. Para Roque (2011, p. 14),

o museu, mesmo que tenha um objetivo histórico, memorial, não é apenas uma apresentação do passado, mas também um reflexo do presente. [...] Programar um museu e definir a sua política de atuação permite controlar a representação da comunidade a que se refere e definir a imagem que esta desenvolve acerca de si própria.

Por trás de toda a ideia de construção de um museu, vem a necessidade de narrar uma história, apresentar um passado, que será mantido como a representação oficial. É um passado escolhido, guardado, preservado por um grupo, por um indivíduo; uma escolha feita que trará o contorno de uma narrativa. No caso da igreja matriz, que posteriormente gerou o museu de arte sacra, a escolha foi realizada por Kiko, ao optar guardar e esconder os objetos que estavam caindo em desuso, indo para o lixo, que acabariam por se perder. O que ele guardou se transformou no acervo, no relato do museu.

Godinho *et al.* (1987) afirma que o papel educativo do museu é, além de ser o guardião dos objetos e seus significantes, remontar a valorização do caráter e o despertar de uma identidade cultural. Em alguns museus há espaços moldados pensando na educação das crianças e dos jovens em transpor aquele objeto da exposição para oficinas, palestras, para trocas de conhecimentos e compartilhamentos de memórias, no Museu de Arte Sacra, temos o despertar da identidade local.

Quando pensamos no Museu Diocesano de Arte Sacra Padre Antônio Nóbrega, queremos entender como as pessoas de fora da igreja compreendiam a sua construção, se havia o despertar de um caráter cultural, de uma identidade. Segundo reportagem do jornal *Notícias do Dia* realizada pelo jornalista Souza Jr. (2012),

o diretor da Fundação Cultural de São Francisco do Sul, Daia Carvalho, explica que o museu é importante para a cidade porque reforça o turismo, atraindo diferentes públicos e ainda afirma: “Vamos transformar esse espaço em um produto e fortalecer o turismo cultural, que vai movimentar a cidade”, adianta. Ele ainda ressalta que essas peças fazem parte da identidade da cidade, preservam a memória e estimulam a reflexão. “Muitas pessoas que vierem aqui

poderão lembrar de detalhes do passado. Outros poderão olhar apenas como obra de arte”, acredita Carvalho.

Observa-se que, mesmo sendo um museu com peças religiosas, ele ainda é visto como uma parte da identidade cultural, reforçando a importância da igreja católica no início da vila de São Francisco e de toda a sua história.

Para poder compreender o Museu Diocesano de Arte Sacra Padre Antônio Nóbrega, é preciso entender o que é o sacro, o sagrado, e o que é configurado como museu diocesano, eclesiástico, de arte sacra ou religiosa para a igreja. Em primeiro lugar, o que é o sagrado?

Para Berger (1985, p. 38), “por sagrado entende-se uma qualidade de poder misterioso e temeroso, distinto do homem e todavia relacionado com ele, que se acredita residir em certos objetos da experiência”. Ainda segundo o autor, “o sagrado é apreendido como algo que ‘salta para fora’ das rotinas normais do dia a dia” (BERGER, 1985, p. 39). Otto entende que “o sagrado no sentido pleno da palavra, é para nós, portanto, uma categoria composta. Ela apresenta componentes racionais e irracionais” (OTTO, 2007, p. 150). Huxley (1977) afirma que o sagrado é tanto uma bênção como uma maldição, ele é um aviso do destino tanto no bem quanto no mal.

Entendemos a bênção como algo bom, algo que nos auxilia positivamente na vida, no cotidiano. Assegura Otto (2007, p. 149): “O sagrado torna-se bom, e bem por isso o bom fica sendo santo, sacrossanto, até que resulte uma fusão indissolúvel dos dois aspectos, surgindo então o sentido complexo de sagrado, no qual é bom e sacrossanto ao mesmo tempo”.

Então, o que é bom e o que é sagrado? E o que é mau? O mau seria o pecado, a profanação do que é bom, do que é sagrado? Segundo Falcão (2004 *apud* ROQUE 2011, p. 144),

vista globalmente no contexto do fenómeno religioso, a profanação (do latim profanāre, tornar profano) significa o desrespeito ou violação do que é sagrado. O Sacrilégio é a profanação ou tratamento indigno dos sacramentos e outras realidades litúrgicas, bem como das pessoas, coisas e lugares consagrados a Deus. Execração é a perda do carácter sagrado (adquirido por dedicação ou bênção) de uma igreja, altar, ou outro lugar sagrado, que tenha sido em grande parte destruído ou que tenha passado definitivamente a usos profanos, por decreto do ordinário.

O profano é aquilo fora desse mistério, do divino. Ele tira o transcendental do local, do objeto. Podemos entender como exemplo a afirmação de Eliade (1992, p.19) sobre uma igreja:

Para um crente, essa igreja faz parte de um espaço diferente da rua onde ela se encontra. A porta que se abre para o interior da igreja significa, de fato, uma solução de continuidade. O limiar que separa os dois espaços indica ao mesmo tempo a distância entre os dois modos de ser, profano e religioso. O limiar é ao mesmo tempo o limite, a baliza, a fronteira que distinguem e opõem dois mundos – e o lugar paradoxal onde esses dois mundos se comunicam, onde se pode efetuar a passagem do mundo profano para o mundo sagrado.

Entendemos que nas religiões há sempre a antítese entre bem e mal, sagrado e profano. Mas, se o sagrado é o que é bom e o profano o que viola esse bom, o museu de arte sacra não seria um espaço sagrado por ele ser bom, por ele salvaguardar o sagrado? Assim, é preciso compreender o que é o sagrado para a comunidade católica franciscana. Em entrevista com o museólogo Giovanni sobre o que ele entende por sagrado, ele diz que “é todo aquele local aonde ele foi edificado EM NOME DE DEUS, (LEMOS, 2017). Padre Mário, ao nos responder à mesma pergunta, afirma:

*Um espaço sagrado é um espaço aonde Deus se manifesta de alguma forma. Na verdade, nós temos muitas igrejas que, dependendo, a gente entra ela não nos fala de Deus. E tem lugares, tem ambiente que nós entramos e que naturalmente te leva a oração, te leva a silenciar, te leva a espiritualidade, ou seja, ali é um espaço sagrado porque ele te fala de Deus. Não precisa alguém te falar. Ele por si mesmo, ao você entrar nele, ele te... Mexe contigo, mexe com o teu sentimento, mexe com o teu pensamento e te leva ao divino (WOJCIECHOSKI, 2017).*

O sagrado consiste, portanto, no santo, no misterioso, no irracional. Ele manifesta-se na experiência, na crença no divino, em algo superior a humano, transcendental. Para os que estão diariamente no espaço da igreja, é o edificado em honra de Deus, onde encontramos com Deus.

Quando olhamos a fachada da igreja matriz, observamos que ela está voltada para uma praça, onde temos crianças brincando, pessoas passeando, tirando fotos, entre outras ações cotidianas. Trata-se do lugar praticado dito por Certeau (2011). Ao passar pela porta da igreja, entramos em outro ambiente, o do sagrado, onde se

opta pelo silêncio, pela oração, pelo sagrado. É na porta que encontramos a divisão do sagrado e do profano, do espaço comum e do espaço sagrado.

Se a igreja é um lugar sagrado, o Museu Diocesano Padre Antônio Nóbrega também é sagrado por estar no espaço da igreja? Para muitos dos entrevistados sim, esse espaço também é sagrado pois é um anexo da igreja, uma sequência da mesma, circunda a nave central e a capela-mor, por isso é uma continuidade da igreja, pois possui objetos de devoção. Mas também obtivemos respostas que ele pode ser considerado um museu religioso, mas não um lugar sagrado. Observa-se com isso, que depende da cultura, da religiosidade e do olhar de quem entra no museu este é quem definirá se será sagrado ou profano.

O museu pode não ser um espaço sagrado para alguns, mas para outros sim, e com isso, pode levar outros a rezarem. Em entrevista com Giovanni, este explica que há pessoas que rezam no museu, que é uma ação comum no local (LE MOS, 2017). Coelho (2015), em uma palestra sobre a igreja, refere-se a uma matéria de jornal de abril de 2014 que foi realizada por Cristina com o museólogo Giovanni, em que este diz:

Em outras ocasiões, alguns vão ao museu, não para admirar o acervo, mas para rezar para seus santos de devoção. É o caso da imagem de São Francisco das Chagas, um santo “de roca” do início do século 19 (que só tem a cabeça, os braços e os pés entalhados em madeira e pintados. O restante do corpo, fica oculto por uma vestimenta). Ao afastar as vestes, Cristina constatou que debaixo do manto havia várias fotos e bilhetes com pedidos de graças colocados pelos devotos. O museólogo disse-lhe: “Alguns chegam e dizem: ‘Eu queria falar com o santo’. A gente respeita” (*apud* COELHO, 2015).

Com isso, podemos considerar que para muitos da comunidade o museu é um espaço sagrado, pois guarda peças santificadas, sagradas, a imagem dos santos de devoção. Mesmo não sendo consenso entre a comunidade, esta fez do museu um local sagrado.

O museu torna-se sagrado pela ação da comunidade, que emprega esse significado ao local, mas o faz por reconhecer que o espaço abriga o sagrado. Por essa razão, perguntamo-nos: o que é o objeto sacro? A arte é sacra quando ela é voltada à glória de Deus, ao numinoso, ao *mysterium*, ao transcendental. Segundo a Bíblia (Êxodo 30:26-29),

o Senhor disse a Moisés: “Ungirás com o óleo a tenda de reunião e a arca da aliança, a mesa e seus acessórios, o candelabro e seus acessórios, o altar dos perfumes, o altar dos holocaustos e todos os seus utensílios, e a bacia com seu pedestal. Depois que os tiveres consagrado, eles tornar-se-ão objetos santíssimos, e tudo o que os tocar será consagrado” (ÊXODO, 30, 26).

Objetos sagrados são os utensílios consagrados a Deus pelo óleo santo (aquele usado no sacramento do batismo, da crisma, da unção dos enfermos). Afiança Godinho (1987, p. 9):

Sacra é a arte voltada ao serviço da ação litúrgica, expressão comunitária e pública do culto de latria (do grego latréia, adoração), devido a Deus; do de hiperdulia, devido à Virgem Mãe; e do de dulia, aos Anjos e aos Santos (do grego duléia, servidão). Essa forma de arte obedece a determinadas normas e cânones, que não interferem na criatividade e na inspiração do artista, mas concernem à destinação específica da obra. A arte religiosa pode até ser a expressão de um profundo senso místico, sem possuir, entretanto, as condições e requisitos indispensáveis ao seu ingresso nos templos, a serviço da liturgia sagrada e da prece comunitária.

Sobre essa arte sacra, Prette (2008, p. 15) afirma: “As imagens sacras foram codificadas pela Igreja: nenhuma figura insólita devia ser posta nos lugares de culto, e a arte devia ser instrumento de divulgação e de ensinamento para o povo”.

Mas nem toda arte, nem todo objeto é sacro por estar relacionado à religião. Segundo Godinho (1987, p. 9),

um rosário feito de contas de lágrimas, de pobres caroços de azeitona vindos de Getsemani, ou de esplêndidas contas de coral recobertas de filigranas de ouro, não são obras de arte sacra, mas expressão de um atávico e teimoso sentimento de religião e de fé. No entanto, a casula, o pluvial, ou capa de asperges, o véu humeral, de rico brocado ou de tela simples e pobre, a mitra e o báculo episcopal, a Tiara papal, a Cruz processional, o cálice, a âmbula, o ostensório são vestes e objetos sacros. Em suma, toda arte sacra é religiosa, mas nem toda arte religiosa é sacra.

Pensando no que encontramos no acervo do museu de arte sacra de São Francisco do Sul, podemos refletir que a cápsula do tempo não é sacra, mas os cálices, os ostensórios e os relicários são. De acordo com Roque (2011, p. 131):

A liturgia católica, ao celebrar o mistério eucarístico, revive o milagre da transubstanciação, no qual o altar é a mesa do sacrifício e os

recipientes que recolhem o pão e vinho se tornam a custódia do corpo e sangue de Cristo. Por esse motivo, o cálice e a patena são objeto de consagração com o óleo do crisma e, tal como o altar, devem ser considerados sagrados e interditos. As restantes alfaías e os paramentos relacionados com a Eucaristia ou com os sacramentos são benzidos. Quer a sagração, quer a bênção colocam-nos na esfera do sagrado.

Seu espaço fala por si, conta a sua história por meio desses objetos, da sua estrutura, e é possível compreender ao visitar o local que muitas peças são sacras, outras apenas religiosas.

Vimos construindo uma linha de pensamento sobre esse museu desde o significado de museu, o que são o sagrado e o profano, se o Museu Diocesano de Arte Sacra Padre Antônio Nóbrega é sagrado ou profano. Conseguimos esclarecer alguns pontos, mas faz-se preciso chamar a atenção para mais um, pois o museu tem essa peculiaridade na sua denominação: ele não é chamado de museu religioso, ou museu da matriz, mas sim museu diocesano de arte sacra, e para isso precisamos saber o que é esse tipo de museu. Conforme Roque (2011, p. 134):

Os objectos religiosos apenas atravessam os limites do espaço sagrado a partir dos finais do século XVIII, coincidindo com o aparecimento do museu como entidade orientada para a constituição, conservação, estudo e divulgação de coleções patrimoniais.

Nessa época, segundo a autora,

os objetos expostos estavam inevitavelmente desvinculados das suas funções e significados originais. Nesta primeira fase da história da museologia, prevalecia o valor artístico, patrimonial e histórico como critério expositivo, o que determinava uma profunda descontextualização do objeto religioso e a prevalência do valor material em detrimento da sua capacidade simbólica (ROQUE, 2011, p. 135).

Pode-se perceber que o objeto sagrado, ao deixar de ser usado na igreja e ir para o museu, perdia seu significado, seu valor religioso; tornava-se apenas um objeto de arte, algo a ser contemplado. Em resumo, ele tornava-se dessacralizado.

Por muitos anos, os objetos encaminhados para o museu perdiam seu significado, seu uso. Roque afirma:

A transferência do objeto para qualquer instituição museológica faz-se à custa da sua descontextualização e de um processo de perdas e ganhos, em que a cognição se altera pela valorização de uns aspectos em detrimento de outros que, no passado, tenham sido determinantes. O ambiente que o museu lhe recria é artificial, cria uma nova perspectiva que pode mutilar, mas também estruturar e complementar o conhecimento, desvendar significados e símbolos que, no decurso da liturgia, apenas seriam intuídos pelos iniciados (ROQUE, 2011, p. 13).

Por isso, ter um espaço que pense no objeto como ele é e em seu uso é essencial para um museu religioso, para que não se tenha uma exposição sem sentido, sem significado, pois seria o mesmo que perder esses objetos, já que estão ali expostos, mas não contam sua história.

O Concílio do Vaticano II trouxe mudanças para as igrejas não apenas de atos litúrgicos, porém procedimentais, como, por exemplo, tratar os objetos litúrgicos em um museu e o destino apropriado deles, para manter a memória do objeto sem desvinculá-lo do seu sentido. Para ter onde basear-se, foi criada a Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja. Nesse espaço, encontram-se documentos referentes a arquivos e bibliotecas eclesiais sobre institutos religiosos e de vida consagrada, além da função pastoral dos museus<sup>14</sup>.

Segundo a Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja (2018),

a Igreja, portanto, deve evitar o perigo do abandono, da dispersão e da devolução das peças a outros museus (estatais, civis e privados) instituindo, quando for necessário, “depósitos dos museus” que possam garantir a sua conservação e fruição no âmbito eclesial.

Foi isso que levou a igreja matriz a se preocupar a ter um espaço para salvaguardar seus objetos. Um lugar onde os objetos não corressem mais o perigo do abandono, da dispersão. Um lugar que pudesse garantir a conservação e a difusão da memória. O documento da pontifícia comissão sobre museus ainda afirma que um museu eclesial se radica em um território, está diretamente ligado à ação da Igreja, é o resumo visível da sua memória histórica e deve contar com uma sede própria, de preferência um lugar eclesial que pode por si só representar o museu religioso. O museu de arte sacra de São Francisco do Sul está

---

<sup>14</sup> Para mais informações, visite o *site* do Vaticano disponível em: <[http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_commissions/pcchc/documents/rc\\_com\\_pcchc\\_index-documents\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_commissions/pcchc/documents/rc_com_pcchc_index-documents_po.html)>. Acesso em: 10 abr. 2018.



num prédio eclesial, dentro de uma igreja, e seu espaço representa tanto a história da região quanto da igreja, narrando a história da cidade e a da religião.

Segundo o documento sobre a função pastoral dos museus da pontifícia comissão, um museu eclesiástico tem várias funções. Entre elas:

- a conservação das peças, porque reúne todas aquelas obras que, por dificuldade de custódia, procedência desconhecida, alienação ou destruição das estruturas a que pertenciam, degradação das estruturas de proveniência, ou perigos diversos, não podem permanecer no seu lugar de origem;
- a investigação sobre a história da comunidade cristã, já que na ordenação do museu, na escolha das “peças” e na sua estruturação, tem que reconstruir e descobrir a evolução temporal e territorial da comunidade cristã;
- evidenciar a comunidade histórica, dado que o museu histórico deve representar, juntamente com outros vestígios do passado, a “memória estável” da comunidade cristã e, ao mesmo tempo, a sua “presença ativa e atual”;
- o encontro com as expressões culturais do território, já que a conservação dos bens culturais deve abarcar uma dimensão “católica”, isto é, ter em consideração todas as presenças e manifestações de um certo território, na renovação do seu contexto (PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA, 2018).

Essas funções postas, um museu religioso/eclesiástico assemelha-se muito a um museu histórico. No segundo caso, somos convidados a compreender o sagrado por meio da arte, da beleza, pois ambos também são meios de evangelização.

E o museu diocesano? Voltamos ao documento sobre museus da Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja (2018):

O museu diocesano, em particular, cumpre uma peculiar tarefa, já que põe em evidência a unidade e a organização dos bens culturais da Igreja particular. Nele deveria haver um inventário de todo o património histórico-artístico da diocese. [...] E em analogia com os “museus diocesanos”, hoje amplamente difundidos, surgiram os “museus paroquiais”, os “museus monásticos”, os “museus conventuais”, “os museus de institutos religiosos” (por exemplo, os “museus missionários”), os “museus das confrarias” e de outras instituições eclesiásticas.

O museu diocesano evidencia a história do local em que está juntamente com a história da diocese. O museu diocesano de arte sacra de São Francisco do Sul está relacionado à história da Diocese de Joinville (à qual a igreja matriz pertence),

mas em seu acervo se destaca a história de São Francisco do Sul e da sua comunidade católica. Talvez sua denominação poderia ser museu paroquial em vez de diocesano, ou apenas de arte sacra.

Por muitos anos, os objetos religiosos que saíam de uso sumiram ou pararam no lixo. Com os museus, eles passaram a pertencer a esses espaços como objetos de coleção e contemplação. Com o Concílio do Vaticano II, pensou-se na proteção adequada a esses objetos e em como preservar seus valores e significados. Ocorre no Museu Padre Antônio Nóbrega algo que não se vê em todos os museus eclesiásticos: existe troca entre igreja e museu, e essa ação é singular e inquietante – assunto abordado a seguir, tópico no qual podemos explorar melhor as relações, os imbricamentos e as tensões entre os espaços da igreja matriz e do museu.

#### 2.4 TENSÕES E RELAÇÕES ENTRE A IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA GRAÇA E O MUSEU DIOCESANO DE ARTE SACRA PADRE ANTÔNIO NÓBREGA

Tanto igreja quanto museu são patrimônios materiais e imateriais da cidade de São Francisco do Sul não apenas por serem tombados, mas pelo significado atribuído a essa construção pela comunidade, a importância dela ao catolicismo local, à história e a todas as lembranças e crenças que desperta.

Por igreja e museu estarem num mesmo prédio arquitetônico, supõe-se que sua relação seja boa, uma parceria que auxilia ambos os lugares e que há troca de conhecimento sobre a história da igreja e dos objetos que a contam no museu.

Antes de apresentarmos essa relação, é preciso entender um pouco o que é uma relação social. Weber (*apud* COHN, 1979) classifica as relações sociais como comunitárias e associativas. A primeira dá-se quando a atitude na ação social repousa no sentimento subjetivo de pertencimento ao grupo por parte dos participantes. Por sua vez, a segunda ocorre quando a atitude na ação social se baseia em uma união de interesses racionalmente motivados. Para o autor, trata-se de uma rede de ações sociais. Kergoat (2010) afirma que as relações sociais são consubstanciais e coextensivas, onde a consubstancialidade está implicando na forma de ler a realidade social, o entrecruzamento das relações sociais, de maneira recíproca, onde uma relação envolve a outra, realizam trocas e formam o campo social.

Kergoat (2010) entende que “uma relação social é uma relação antagônica entre dois grupos sociais, instaurada em torno de uma disputa de campos”. Trata-se sempre de uma relação conflituosa que opõe grupos sociais em torno de disputas. Faz-se preciso analisar o entrecruzamento dessas relações. Para Andrade (1996, p. 297), as relações sociais são relações de poder que produzem espaços e corpos de acordo com as práticas e os saberes dominantes. A autora ainda afirma que “não é possível visualizar um processo social de apropriação e transformação se não se considerar, para além do objeto, os modos de uso” (ANDRADE, 1996, p. 296). Uriarte (2014) defende que os espaços estão sempre sendo feitos, pois são um conjunto de relações sociais que se formam numa materialidade, o espaço não seria uma coisa mas sim um conjunto de relações entre as coisas.

Nosso entrecruzamento social baseia-se em duas instituições, a igreja matriz e o museu de arte sacra. A igreja consiste em uma relação comunitária, e o museu, associativa, se analisarmos conforme Weber (*apud* COHN, 1979). Se formos pelo pensamento de Kergoat (2010), essa relação seria consubstancial, um entrecruzamento das relações em que igreja marcava o museu e se ajustava a ele, bem como o museu era marcado pela igreja e ajustado a ela; teríamos reciprocidade entre os locais. Como afirma Kergoat (2010), é preciso considerar os modos de usos, as apropriações sociais para além do local, do objeto. Essas interações de usos e apropriações advindas das relações geram significados aos espaços e às peças.

Os significados que são atribuídos a esses espaços vêm da convivência das pessoas com os objetos. Segundo Eco (2013 *apud* BRITO, 2017, p. 41),

o “sinal” torna-se um “significante” que irá adquirir um determinado “significado”, conforme as interpretações do destinatário humano, as quais, por sua vez, dependem do código estabelecido. Justamente por dizer respeito às interpretações do ser humano, o símbolo pode apresentar mudanças e deformações nas suas relações com seus significados. É a esse processo de constância do símbolo (significante) e mutabilidade do significado seria extremamente arbitrária se não fosse inserido um determinado código, o qual estabelece que determinado significante diz respeito a determinado significado.

O sinal é o objeto que se torna o significante para a população, e esta lhe atribui significado conforme o interpreta com base no código da igreja, do museu.

O significado vem apenas pelo uso e pela interpretação das pessoas e, por depender dessas interpretações, pode sofrer mudanças. Tomemos como exemplo a igreja matriz e o museu de arte sacra. Alguns dos objetos antes utilizados pela igreja e que estavam em desuso e guardados passaram a pertencer ao acervo do museu. Enquanto esses objetos estavam aos cuidados dos responsáveis da igreja, eles tinham uma função e recebiam um significado por conta de um código religioso, até que pararam de ser usados e foram guardados em baús, armários, passando a lá ter um segundo uso. A partir do momento em que essas peças passaram a pertencer aos cuidados do museu, elas teoricamente receberam outros significados e a pertencer ao código do museu, tornando-se acervo. Para os funcionários do museu, esses objetos não perderam seu valor sacro, mas passaram a ser parte do acervo, parte do museu, estar sob sua guarda. Para alguns sujeitos da igreja, mesmo estando no museu, os objetos ainda pertencem à igreja (mesmo que durante muitos anos tenham ficado abandonados). Mesmo objeto, diversos significados, maneiras diferentes de usos e apropriações.

O significado muda, o significante não; são interpretações baseadas na utilidade, no cotidiano. Segundo Lima (2011, p. 19),

na transmissão e reprodução do significado cultural, os símbolos são agentes ativos. São eles que ordenam a vida social, recriando-a continuamente, de tal forma que esta é uma dimensão da cultura material que não pode ser ignorada.

Esses significados não derivam simplesmente da sua produção, mas também do seu uso e da sua percepção pelos outros (*apud* Hodder, 1995, p. 83-84); são fluidos, variam de acordo com contextos históricos particulares, sendo continuamente transformados. A cultura material é produzida não por um sistema, mas por indivíduos com escolhas ideologicamente determinadas.

Os significados não são recebidos apenas na sua produção, mas sim no uso, na percepção, no contexto em que é utilizado, na cultura, pois o objeto material é significativo pois ele recebeu significados de sujeitos.

A materialidade de um objeto pode não mudar ao longo dos anos, porém sua imaterialidade pode ser reformulada constantemente. A imaterialidade é volátil, pois depende das pessoas, desde seu criador, que a cria com um propósito, e o seu usuário primário, que lhe institui um valor, até seu destino final, fazendo com que distintas pessoas lhe empreguem outros significados. A interpretação e os significados são escolhas de uma pessoa, de um grupo. Brito (2017, p. 448-449) afirma:

A escolha dos símbolos pelas instituições, entretanto, nunca é uma decisão neutra. Ela está ligada aos imaginários que a instituição suscita, considerando-se que a mesma faz através da relação entre componentes funcionais e componentes imaginários. E, como já dito antes, o imaginário necessita do simbólico para existir.

Entre igreja e museu, foi escolha da igreja guardar os objetos para no futuro montar um museu? Não. Foi escolha de uma pessoa da comunidade que optou por guardar tais objetos para que não se perdessem, pois para ela esses objetos tinham significados, seus símbolos eram importantes e na sua visão retornariam à igreja, receberiam novamente seu valor. Westphal (2012) afirma que só existe acesso ao patrimônio material ao se conhecer as teias das construções simbólicas. Kiko, ainda jovem, conheceu essas teias e símbolos, pois pelos significados que ele atribuiu é que guardou os objetos e mobiliários por décadas.

Então, se não fosse a iniciativa de Kiko, não teríamos museu? Teríamos esses objetos históricos e religiosos? A igreja iria continuar se desfazendo deles ou foi apenas ação de um padre? Não sabemos. Segundo Westphal (2012, p. 40),

o aspecto religioso, como é dito na linguagem da antropologia cultural, é o valor simbólico mais poderoso na construção da teia de significados da existência humana. A partir dessa teia de significados e de sentido, que é o religioso, as sociedades organizam a sua vida. O ser humano precisa de sistemas de orientações que ordenam o seu comportamento.

Se o aspecto religioso é importante para a cultura, não pode ser esquecida. Mudar o significado é comum, mas perder o significante não. Por isso, é de suma importância que igreja e museu trabalhem em harmonia, em conjunto, como parceiras, para não perder significantes, nem significados ou história, para manter o patrimônio e fortalecer os espaços.

Mas essa relação não é tão harmoniosa como se espera. Quem convive com a igreja e com o museu percebe que há algo entre os espaços; é possível sentir uma tensão quase palpável, algo que não se esperaria dos locais, pois aparentemente ambos deveriam ter uma boa relação, uma parceria. Em vez disso, há tensão, uma inquietude em ambos os espaços.

Na proposta deste trabalho, um dos objetivos visava verificar como se dava a relação da igreja com o museu, quais eram os imbricamentos. Para tal, foram

utilizadas a pesquisa de campo e as entrevistas orais com funcionários dos dois espaços. A pergunta era simples e foi a mesma para todos os envolvidos: como você percebe a relação entre a igreja matriz e o museu diocesano de arte sacra? Por meio dessa questão, queríamos notar as relações sociais. Havia a hipótese de que as respostas seriam parecidas; algo como “a relação é boa”, “há parceria, trocas”. Mas o que se obteve foi além. Das respostas, destacamos algumas.

Primeiramente, apresenta-se a resposta de um dos entrevistados, no qual afirma que a relação entre os espaços é boa, pois o sujeito que visita a igreja, visita muitas vezes o museu e isso aproxima a igreja e o museu, tornando a relação entre eles íntima e próxima.

Segundo o ponto de vista de outro entrevistado, essa relação possui dificuldades e que é preciso conscientização por parte de algumas pessoas para entender a dinâmica de um museu, para perceberem que o espaço de um museu não é uma loja, onde há objetos expostos e que pode ser retirados a qualquer momento.

Analisemos inicialmente essas duas respostas. Um aponta uma boa relação, onde não apresenta as tensões que se tem. Não fala bem, nem mal; apenas que a relação é *próxima*. Concordo que o museu e a igreja são próximos, mas próximos fisicamente, por conta do espaço em que estão, não em suas ações nem em suas relações. Pela segunda resposta, vê-se que essa relação é complicada, já que há dificuldades de se entender a dinâmica de um museu.

Entendemos que se determinado objeto está no museu e tem um responsável, não teria problema solicitar o empréstimo de uma peça, com um formulário formalizado, como ocorre em acervos, bibliotecas e até mesmo em museus. Com uma ação assim, haveria controle por parte dos funcionários do museu, sabendo onde e para quem estariam emprestando algum acervo, bem como a pessoa que realizasse esse requerimento se responsabilizaria pelo cuidado e zelo do mesmo. Essa atitude auxiliaria os espaços a melhorarem seu relacionamento.

Observa-se que há uma preocupação por parte do museólogo pela perda de controle dos seus objetos, de eles sumirem enquanto estão sob sua guarda, algo compreensível por parte do responsável de um museu e pelo histórico do local. A prática de solicitação dos objetos com formulários foi iniciada, mas ainda não se tornou comum e é realizada com certa estranheza, mas já se deu um primeiro passo para aproximar igreja e museu.

Podemos constatar nas falas dos entrevistados que o local de fala e sua formação refletem na sua visão e no seu modo de pensar. Para o museólogo, que estudou sobre museus e que possui conhecimento sobre esses espaços e principalmente acerca desse museu que estudamos, o lugar é sagrado simplesmente por ser um museu (além de todo o simbolismo que carrega). O pároco, que estudou teologia, aprendeu sobre o sagrado e secularização, entende pelo mesmo motivo o fato de o museu não ser sagrado e de a igreja ainda poder usar os objetos – estes foram ungidos e são santificados; por isso, são de uso da igreja. Bem como, a visão teológica de Thyego, visão jurídica de Guilherme. É importante destacar isso, pois a visão de cada entrevistado parte do seu local de formação, do local de fala de cada um, e cada um entende a partir de sua perspectiva. São as disputas de poder nas relações sociais.

Essa dificultosa relação é perceptível também no olhar de outros da comunidade. Seguindo essa percepção das relações igreja e museu, percebe-se que há quem entenda que é positivo ter o museu, pois ele é quem preserva a história, mas há quem o veja como um órgão de preservação rígido que dificulta o empréstimo do acervo, e por isso, há uma dificuldade em tornar essa relação mais próxima.

Para alguns o problema é o museu, para outros, o problema é a igreja. Observa-se que isto é um dos pontos que mais refletem nessa relação e distanciam os espaços: a falta de percepção de que o museu não é um depósito, mas sim um local importante de salvaguarda, preservação e que é um local aberto.

Se não há impedimento no uso das peças, qual é o problema entre os espaços? Seria o fato de ter que solicitar o empréstimo a alguém? Ou seria porque estão usando esses objetos que deveriam estar em exposição? Percebemos que não há problema por parte do museu em emprestar os objetos para uso na igreja bem como a atual administração gosta de trazer o antigo nas celebrações, se isso não é problema mas um ponto em comum, por que ainda existem essas tensões? Ambos são locais de preservação e contam uma história. O que se observa é que ambos os locais necessitam de alguns cuidados e regras para que não se percam esses objetos.

O que nos chama a atenção, no entanto, é a fala de uma pessoa da comunidade, onde afirma que essa relação está bem abalada e que falta um pouco a igreja entender o valor do museu, que este não é apenas um local de despesas,

mas sim um lugar de guarda compartilhada onde a administração dos espaços deveriam se entender melhor para melhorar os locais. A igreja não vê o potencial do museu, o que juntos poderiam melhorar, o que o museu poderia trazer de positivo à igreja.

A relação está abalada. Mas por quê? Por que essa relação não dá certo? Os dois lugares estão num mesmo conjunto arquitetônico, sem uma divisão clara de espaço e objetos (já que se pode entrar no museu pela sacristia). Talvez um dos problemas fosse que um vê os objetos como se eles estivessem apenas guardados como se fosse um grande armário, um depósito. Ou o outro, que quer que sua exposição esteja completa e não quer que se retirem certos objetos de lá.

Se essas peças passaram a pertencer ao museu, elas estão numa listagem de acervo e catalogadas, numa linha histórica de exposição, pertencem ao museu, e não mais à igreja, por mais que esta possa solicitar o empréstimo. Esses objetos são a história da igreja, ainda com significados do seu uso, mas agora se criaram outros significados, outras interpretações, outras relações, novos usos.

É errado utilizar peças do museu na igreja? Não! Elas são sacras, não perderam sua sacralidade por estarem no museu e podem ser emprestadas para uso da igreja. O museu também é um espaço de fé, de crença, de valor para a comunidade católica. Significa que os objetos ali não perderam seu primeiro valor, apenas ganharam novos significados.

É importante que esse acervo siga tendo seu significado inicial: continuar sendo usado pela igreja? Talvez, pois a comunidade católica quer algumas dessas peças no cotidiano da igreja, mas com a relação abalada entre os espaços é difícil. O museu poderia até negar o empréstimo, já que sabe que tem peças que não foram devolvidas, mas eles estão abertos à prática; basta alguém da comunidade pedir por meio do termo de empréstimo esse objeto, comprometendo-se a usá-lo de forma correta e a devolvê-lo. Alguns problemas se resolveriam apenas com um formulário.

Segundo a entrevista do senhor Clóvis, “o museu tem que ser vivo. A gente tem que motivar as pessoas a usar o museu.” (SCHWARZ, 2017). Saber da história da igreja deveria ser o básico por parte dos funcionários do museu e da igreja. Os dois lugares devem conhecer sua história, pois ambos escrevem a mesma. É perceptível que os espaços têm problemas, que seu relacionamento está abalado. Áreas que deveriam se ajudar, serem parceiras, pois falam de uma memória, de um



local, têm uma fenda entre si que só será fechada quando limites forem postos e o respeito for mútuo. É preciso lembrar que a história é viva, a memória é viva, o museu é vivo e a igreja é viva. Todos os espaços vivem, pois a comunidade católica é viva neles e é pensando nessas pessoas que se deve criar uma harmonia, um espaço que não apenas sobrevive ao tempo, mas que vive com ele e por ele para que se criem mais significados, novos usos e novas apropriações.

Durante a pesquisa de campo, na nave da igreja observando o dia a dia do espaço, vê-se que ao chegar um turista não há ninguém para passar uma informação sobre a igreja, não há um totem que fale sobre a história da igreja, sobre a construção, sobre a santa. Não ocorre um aprofundamento. Percebeu-se a necessidade de ter alguém dentro da igreja que soubesse falar a respeito desses temas, que guiasse as pessoas ao museu, já que não existem grandes indicações de que ali há um museu que conta essa história, tampouco não se têm informações de como chegar até ele (ou indicação de que a entrada do museu é na lateral da igreja).

Na pesquisa por meio dos formulários<sup>15</sup> com os visitantes que adentravam na igreja, vimos que muitos estavam interessados em saber sobre a construção da igreja, a história, a santa padroeira. Dentro desse espaço, não há ninguém que dê essa informação. Existe um guarda que cuida da igreja para que se evitem roubos, mas esta não conhece sua história. Então, não tem como ajudar esses visitantes. Se a igreja e o museu forem parceiros, em momentos com grande fluxo de turistas, o museu poderia ceder um dos funcionários para estar na igreja e explicar a história do local, orientar e direcionar esses visitantes ao museu. Um ajudaria o outro e ambos teriam melhorias. Todavia, muitos chegam, visitam a igreja, tiram fotos e saem, sem saber a história e sobre a santa, que existe um museu que conta a história do local. A visita acaba sendo apenas pela beleza e pela antiguidade do espaço.

Neto (2009, p. 126 *apud* BRITO, 2017, p. 37) afirma que “o processo de formação da significação, é um processo aberto e que se desenvolve numa única direção, na direção do significativo”. Pensar no objeto, na estrutura, no patrimônio envolvido deveria ser o foco a seguir, a estrada rumo ao significado para a

---

<sup>15</sup> Abordamos essa pesquisa exclusivamente no capítulo 4.

comunidade se identificar, se reconhecer e neles se reinterpretar e ressignificar. Andrade (1996) seguindo a perspectiva de Edward Hall diz:

O sistema cultural de produção do espaço incide sobre os modos de comportamento. Esta relação entre espacialidade e comportamento é uma das primeiras formulações do problema, envolvendo descontinuidade entre discursos e práticas sociais: o que é dito nem sempre corresponde aos índices espaciais do comportamento social (ANDRADE, 1996, p. 302).

É possível identificar essa descontinuidade de discurso nos espaços da igreja e do museu. O discurso é um para o estrangeiro. Passa por verdade, que a relação é boa, porque você não percebe a questão sem estar no dia a dia. Para os que convivem ali e que não estão baseados em discursos e sim em vivências, porém, é visível essa dificuldade de prática, de troca, de relação. Mesmo tendo esses conflitos, nas entrevistas orais realizadas com pessoas que trabalham tanto no museu quanto na igreja, todos relataram que não há por que separar a igreja e o museu, que o museu está bem instalado e este é uma extensão da igreja. O museu auxilia a igreja a conservar seu patrimônio, a guardar e proteger seus bens. Por isso, essa relação é importante para os espaços. Para a comunidade, um auxilia o outro. Não há problemas ter objetos no museu, isso é até bom, pois preserva a história e a memória da igreja.

Os espaços divididos são enfraquecidos. Juntos seriam mais fortes e poderiam melhorar o acolhimento na igreja, divulgar o museu e juntos crescer e fortalecer a comunidade. Assim, criam picuinhas, desavenças. Talvez delimitar fronteiras fosse uma primeira estratégia a se tomar para uma melhoria nos espaços, além de preencher formulários e devolver os objetos nos prazos.

Podemos ter observado essas dificuldades entre os locais, mas ainda assim ambos andam lado a lado e percebem que são importantes um para o outro e principalmente para a memória da comunidade religiosa de São Francisco do Sul.

### 3 PROFISSÃO DA FÉ: PROFISSÃO DE FÉ: APROPRIAÇÕES E RELAÇÕES DE FÉ

O terceiro capítulo construiu-se em conjunto com aqueles que mantêm o patrimônio vivo no tempo. Para Duby e Lardreau (1989), o tempo é um tecido, tecido novo ou velho, em que há buracos (acidentais ou não), buracos pelo uso ao longo do tempo, ou simplesmente lacunas que existem, pois há marcas que são mais duradouras que outras. A Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça é um tecido que sobrevive entre o tempo, a maresia, as rupturas e as escolhas.

Os caminhos que trouxeram a igreja a esses 353 anos e a mantiveram neles foram opções feitas por pessoas que preservaram a construção, os costumes, os usos desse patrimônio, bem como apresentaram novos usos e práticas. Neste capítulo essas ações receberam nossa atenção. Para chegar às apropriações da igreja, as principais metodologias foram a observação de campo e a história oral<sup>1</sup>. Duby e Lardreau (1989) afirmam que o trabalho do historiador das sociedades compõe-se exatamente da observação, um observar de muito perto, que reflete sobre as palavras e os signos.

Para refletir sobre esses signos e palavras, optou-se por uma forma de estudar esse objeto: a observação do campo. A descrição do espaço e do cotidiano é necessária para perceber os usos e as apropriações que a comunidade pratica. Geertz (1989, p. 12-13) diz: “Deve atentar-se para o comportamento, e com exatidão, pois é através do fluxo do comportamento – ou, mais precisamente, da ação social – que as formas culturais encontram articulação”.

As observações desenvolvidas na Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça ocorreram por meio de levantamento de dados, de um mapeamento do cotidiano da igreja, de observações de funcionamento, de frequentadores, de práticas dentro do local, de modos de vestir e agir. Essas observações deram-se entre os meses de julho de 2017 a junho de 2018, em diferentes dias da semana, dias comuns, feriados, festas religiosas, alta e baixa temporada, com e sem a visita de turistas vindos dos barcos Príncipe e Pirata. Assim, obtiveram-se diferentes perspectivas do mesmo patrimônio.

---

<sup>1</sup> Para poder aplicar essas metodologias, um projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, via Plataforma Brasil, e somente após a sua avaliação e aprovação é que se iniciaram as pesquisas de campo (Anexo C).

Os relatos coletados com as observações juntaram-se com as informações adquiridas mediante a história oral. Hartog (2006) afirma que o patrimônio é feito de testemunhos e que não importa o seu tamanho, mas sim saber reconhecer a sua autenticidade. As gerações carregam a memória vivida, fabricada e transmitida ao longo dos anos, pois, como assegura Nora (1993), a memória é sempre atual, um eterno presente, está no sentimento e não apenas nos detalhes, porém também no esquecimento. Esse passado “eterno presente” é o que nos salta aos olhos e nos faz ir além das observações, a questionar, a querer saber mais, a conhecer mais, a interagir mais com essas memórias, e isso nos leva direto à metodologia da história oral.

### 3.1 MEMÓRIAS QUE REZAM E LOUVAM

A Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça tem sua fundação na rocha<sup>2</sup> e cal, decorada com as memórias da comunidade. Por isso, este trabalho foi feito não por uma pessoa, mas por todos que passaram pela igreja e deixaram suas marcas. Wirth (2003, p. 176) afirma que “a historiografia da religião não pode dispensar o relato oral, o testemunho religioso, como fonte de investigação historiográfica”, pois são esses relatos que estão presentes no dia a dia da igreja, que a mantêm ativa.

Para a construção desse capítulo, não se abandonaram os documentos escritos, mas deu-se a oportunidade de ampliar as vozes e disseminar as memórias da comunidade. Le Goff (2003, p. 53) afiança que a “oralidade e a escrita coexistem”, e para a história essa coexistência é de suma importância. Assim também diz Veiga-Neto (2014, p. 66):

O que estou escrevendo aqui é o resultado de entrecruzamentos de práticas que me atravessaram desde sempre e até o próprio momento em que escrevo. Coisas lidas, escutadas, vivenciadas e experimentadas por mim – coisas que já estavam aí – se ressignificam e continuam se ressignificando nesse processo de entrecruzamentos.

Ser autor entrecruza-se com o eu fonte de memória, com aqueles que cedem suas experiências, suas lembranças e criam memórias em conjunto. Com a

---

<sup>2</sup> Referência à passagem bíblica de São Mateus, capítulo 7, versículo 24, sobre o homem que edifica sua casa na rocha, além de lembrar o capítulo 2, que explica que a estrutura da igreja conta com a rocha como grande parte de seu material.

metodologia da história oral, os relatos dos “outros” permitem-nos “vivenciar a experiência do outro” (ALBERTI, 2013, p. 19). O historiador aqui é interlocutor e crítico. Alberti (2013) explica que a entrevista de história oral concede em recuperar o que não encontramos nos documentos de outra natureza, além de conhecer acontecimentos pouco evidenciados ou nunca contados, experiências pessoais, memórias particulares.

Buscamos esses acontecimentos não escritos, as experiências dos indivíduos, com o/no espaço. Numa igreja tão antiga quanto a que pesquisamos, encontramos documentos de várias tipologias, mas também falhas nesses arquivos, buracos nesse período de tempo. Le Goff (2003) fala-nos que existem silêncios na historiografia e que é precioso questionar as lacunas, os esquecimentos e os espaços em branco. A igreja matriz, nos anos de 1960, teve um pároco que após o Concílio do Vaticano II realizou interpretações errôneas sobre um documento e passou a jogar fora algumas peças, mobiliários.

É possível pensar que essas lacunas possam surgir também do desgaste do tempo, já que São Francisco do Sul é uma cidade úmida e com muita maresia e salinidade.

A entrevista por intermédio da metodologia da história oral, segundo Alberti (2013), evidencia uma visão do passado, onde procura-se compreender a sociedade por meio do sujeito que a presenciou; analisar testemunhos e dar forma a esse passado.

Captamos nas gravações resquícios de uma vida, momentos que afloram conforme questionamos nossos entrevistados. De acordo com Bloch (2001), as testemunhas podem enganar ou mentir, mas é preciso fazê-las falar, pois o trabalho do historiador é fazer a crítica com base nessas narrações. Alberti (2013), concordando com o autor, afirma que distorcer a realidade ou as falhas da memória não são mais algo negativo, mas sim um momento de questionar, de analisar. As lembranças narradas não são analisadas como certas ou erradas, verdades ou mentiras, mas colocadas no contexto da comunidade religiosa e analisadas onde elas preenchem lacunas, onde elas se cruzam, onde se distanciam. Esclarece Certeau (2011) que a oralidade é um espaço essencial dentro de uma comunidade, pois onde não existe oralidade não existe comunicação.

Aquele que fala, que relata, comunica sua experiência na igreja e, assim, precisa de um receptor que compreenda sua fala, pois, se ele fala de

transubstanciação, liturgia, acólito, ministro, é necessário alguém que o compreenda. O entrevistador deve conhecer coisas do cotidiano da comunidade que estão presentes na igreja para manter o diálogo. Conforme Alberti (2013, p. 31), na “entrevista privilegia-se, é claro, a biografia e a memória do entrevistado”. Com isso, a realização das entrevistas para esta pesquisa deu destaque a conhecer o entrevistado, utilizando a pesquisa biográfica, pois o envolvimento da pessoa na igreja costumeiramente está imbricado com a sua história de vida.

Ao longo da pesquisa, foram entrevistadas oito pessoas, já apresentadas na introdução deste trabalho. Nós as dividimos em duas categorias: as que trabalham na igreja e no museu e as da comunidade.

Certeau (2011) diz que a conversação está em todo lugar, é ela que organiza tudo, da família à rua, a empresa. Ela está fortemente presente numa igreja, num local que se afirma pelas relações entre as pessoas e se mantém pela organização que vem dessas trocas, dessa oralidade. A experiência de realizar as entrevistas no espaço da igreja trouxe conhecimentos novos do local. Ouvir Dona Maria apresentando os santos enquanto falava deles; o senhor Kiko, explicando sobre Nossa Senhora da Graça, os mobiliários, as entradas “secretas” foram experiências e aprendizados extras, que só quem vivencia sabe. O senhor Otinho, que foi entrevistado em casa, também trouxe os objetos que remetiam as suas lembranças, como fotos, objetos antigos – um verdadeiro *tour* por sua casa e por sua memória. Todos os entrevistados deixaram que conhecêssemos suas lembranças, entrássemos na sua vida e compartilhássemos experiências.

As entrevistas tiveram algumas questões-chave iguais para todos os entrevistados, mas conforme seu envolvimento na comunidade tais perguntas se diferenciavam. Por exemplo, a respeito dos que trabalham na comunidade, teve-se o interesse de saber sobre como é trabalhar na igreja. Ao contrário, quanto a quem é da comunidade, quis-se saber não sobre o trabalho, mas sobre a sua participação e presença na igreja<sup>3</sup>.

### 3.2 LUGARES DE USOS E (RES)SIGNIFICADOS

---

<sup>3</sup> O roteiro com as questões encontra-se no Apêndice A.

Na metade do século XIX, a região de São Francisco do Sul recebeu imigrantes de diferentes países europeus. Segundo Farias (2000), esses imigrantes, trouxeram com eles suas formas de viver e sua forte religiosidade, onde enfrentavam as dificuldades da vida através da fé, juntamente à igreja.

A fé levava-os a buscar conforto, auxílio e a agradecer. Caminhos que tinham como fim a igreja. Esse costume transpassou anos em São Francisco do Sul e ainda é praticado; a igreja continua sendo o local onde se pode professar sua fé. Para Certeau (2011), perante a totalidade da cidade e de seus códigos, o sujeito cria espaços de aconchego, itinerários para seu uso. Onde o bairro é progressivamente aprendido na repetição do usuário, até que ele exercer uma apropriação desse espaço.

Na correria do cotidiano de uma cidade os sujeitos encontram na igreja esse local de aconchego e conforto mencionado por Certeau (2011), um lugar deles, onde seus usos fazem pertencer e o pertencimento faz o usuário se apropriar do espaço, a chamá-lo de seu, de “minha igreja”, “meu Senhor”. O local público torna-se individual, privado. Mesmo sendo um ponto de encontro comum, o lugar impõe algumas práticas; o sujeito necessita seguir algumas regras de comportamento que alguns espaços impõem. Certeau (1994) afirma que a cidade/o bairro também distribui comportamentos segundo o lugar, como o de trabalho, o de lazer, o escritório, o cinema, a igreja.

Aqui temos o exemplo de uma igreja, um lugar com regras definidas, comportamentos e procedimentos próprios, passados de geração em geração, conhecidos pelos que compartilham da mesma crença. Apesar dessas ações estabelecidas, os praticantes apropriam-se do espaço e fazem uso dele de maneiras menos “ortodoxas”, mais peculiares, mais caracterizadas consigo mesmos.

Para Certeau (2011, p. 205), “a diversidade dos lugares e das aparências nem se compara à multiplicidade das funções e das práticas [...] que o espaço privado” pode ter. A Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, por exemplo, é uma igreja histórica, e sua função principal é ser um espaço de oração, com missas e confissões, mas também consiste em um local que conta com um museu e uma secretaria na sua arquitetura, que recebe a comunidade, os turistas, as escolas, feirinhas, entre tantas outras práticas. Podemos ir até lá para rezar, e também para tirar uma foto, realizar um sacramento, dar uma aula. Suas funções são múltiplas e suas práticas dependem das intenções dos usuários. Certeau (1994) afirma que o

“espaço é um lugar praticado”, dentro e fora dos limites impostos pelo local, mas essa produção da prática do lugar constitui um sistema de signos.

Os signos são emitidos da Igreja – aqui falamos de Igreja Católica – e são recebidos pelos seus usuários, que já possuem conhecimento prévio para reconhecer esses símbolos; as práticas fazem com que aprendamos e reconheçamos esses signos. Westphal (2012, p. 40) afirma que “o aspecto religioso, como é dito na linguagem da antropologia cultural, é o valor simbólico mais poderoso na construção da teia de significados da existência humana”.

Dos signos religiosos da Igreja Católica, a missa, a transubstanciação, a peregrinação e os sacramentos são os mais significativos para o praticante; trata-se de modelos simbólicos, conforme Geertz (1989). Wirth (2003, p. 172) afiança:

Estudar a religião, então, só seria possível quando a investigação tem como objeto a concreticidade do evento simbólico que caracteriza toda experiência religiosa com algo realmente vivido pelo sujeito religioso e que como tal é performador de suas atitudes e do seu ser no mundo.

A experiência religiosa está impregnada da vida desse sujeito. Certeau (2011) afirma que a vida cotidiana é estruturada ao menos em duas partes:

1. os comportamentos, cujo sistema se torna visível no espaço social da rua e que se traduz pelo vestuário, pela aplicação mais ou menos estrita dos códigos de cortesia (saudações, palavras “amistosas”, pedido de “notícias”), o ritmo do andar, o modo como se evita ou ao contrário se valoriza este ou aquele espaço público. 2. os benefícios simbólicos que se espera obter pela maneira de se portar no espaço do bairro: [...] O bairro aparece assim como o lugar onde se manifesta um “engajamento” social ou, noutros termos: uma arte de conviver com parceiros (vizinhos, comerciantes) que estão ligados a você pelo fato concreto, mas essencial, da proximidade e da repetição (CERTEAU, 2011, p. 38-39).

Nessa estrutura de vida cotidiana o sujeito se molda ao modelo de comportamento, vestimentas e ações que determinado espaço lhe impõe. Por exemplo, para ir à praia no verão, ele não vai agasalhado nem de tênis, mas com roupa de banho e chinelos, bem como para ir ao trabalho, ele não vai de biquíni ou de sunga, mas sim com uma vestimenta aceitável e pré-aceita pelo local, como um uniforme, uma roupa social. São os códigos compartilhados entre os sujeitos



praticantes do local, as trocas de saberes, um conhecimento adquirido do pai, dos avós, mas que só é reconhecido por quem possui os mesmos signos.

Como já visto, a igreja matriz recebeu ao longo dos anos diversos usos e apropriações sobre seu espaço. Ela é uma igreja que contém um museu e uma secretaria em sua arquitetura principal. Consiste em um lugar histórico, que carrega consigo a história de si e da cidade. Por essa importância histórica, é um ponto turístico de São Francisco do Sul. Certeau (1994, p. 87-88) diz:

Essas operações de emprego – ou melhor, de reemprego – se multiplicam com a extensão dos fenômenos de aculturação, ou seja, com os deslocamentos que substituem maneiras ou “métodos” de transitar pela identificação com o lugar. Isso não impede que correspondam a uma arte muito antiga de “fazer com”, gosto de dar-lhes o nome de usos.

Os usos da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça por aqueles que trabalham e fazem parte da comunidade são abordados neste capítulo. Por isso, não nos interessamos pelos ritos religiosos em si, pelos santos, pelo prédio da igreja, mas sim pelas pessoas que fazem a igreja, que estão em contato com a igreja e que são a “engrenagem” dessa “máquina”, na “visualização da pluralidade das relações com o sagrado, seus códigos de sentido, suas redes de significado, e suas constantes reelaborações, nos espaços cotidianos e vivências dos sujeitos da experiência religiosa” (WIRTH, 2003, p. 178).

A partir deste ponto o capítulo se subdivide entre aqueles que trabalham oficialmente na igreja, na secretaria, na zeladoria e no museu, para analisarmos suas práticas dentro do espaço e como seu trabalho se diferencia do trabalho realizado em outro local. A segunda parte é dedicada aos usos e às práticas da comunidade, pessoas que muitas vezes são voluntários na igreja e que estão frequentemente ali. Observamos, então, o “emprego e reemprego” desse patrimônio histórico.

### 3.3 DO TRABALHO À FÉ

A Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça funciona das 8 horas da manhã às 17 horas e 30 minutos da tarde. Nesse período ela fica com a porta central e as portas laterais abertas para quem quiser entrar. A secretaria abre primeiro, pois são

seus funcionários os responsáveis por abrir a igreja (da secretaria, temos acesso ao interior da edificação), e após a chegada do guarda a igreja está pronta para receber a comunidade e os turistas.

Por ser uma igreja antiga e ter diversos objetos de valor expostos e de fácil acesso para roubo, a igreja conta com um guarda todos os dias da semana, condição para que fique aberta. De segunda-feira a sexta-feira, é uma mulher quem fica de vigia. Fins de semana e feriados é um homem. Ambos são de uma empresa terceirizada e mantidos pela prefeitura. Eles estão ali todo o tempo em que a igreja está aberta. O espaço conta com dois funcionários na secretaria e uma zeladora. Com isso, oficialmente, temos três funcionários fixos na igreja (sem contar os padres, os que são mantidos pela prefeitura e os voluntários).

O Museu Diocesano de Arte Sacra Padre Antônio Nóbrega abre às 9 horas da manhã e fecha às 17 horas e 30 minutos, juntamente com a igreja. O local conta com funcionários próprios, que pertencem à folha de pagamento da prefeitura.

Em ambos os locais, os funcionários cuidam o tom de voz que usam, o palavreado, a forma de andar, o vestuário, pois como tanto secretaria quanto museu estão no espaço da igreja, e, como o local é compartilhado, pode-se ouvir o que se conversa na secretaria da igreja. Ao andar na parte superior da igreja, onde se encontra a exposição do museu, é preciso calma e delicadeza, pois um passo forte e pesado pode ser sentido no andar de baixo, no espaço da secretaria. Mas nos dois locais é tranquilo de se trabalhar. Há movimentos em alguns horários e dias, como nos dias em que os padres fazem atendimento, ou quando o museu recebe um grupo para visita. No geral, de qualquer forma, são espaços calmos e que tentam manter da melhor forma possível uma boa relação.

Num quadro geral, por haver diversas pessoas trabalhando nesses espaços, os usos e as apropriações de tais espaços por essas pessoas nos interessam, pois são elas que mantêm esse patrimônio em funcionamento. Primeiramente, porém, faz-se necessário entender o que compreendemos como trabalho. Segundo Silva e Silva no *Dicionário de conceitos históricos*, trabalho, “dizem os filósofos, está associado ao esforço para se atingir um fim, esforço esse físico e espiritual. [...] O trabalho é tanto o esforço quanto o resultado desse esforço” (SILVA; SILVA, 2009, p. 400). Segundo os autores, cada época, cada civilização conceitua de uma maneira a palavra “trabalho”:

A sociedade contemporânea entende o trabalho como uma categoria única, um tipo unificado de conduta: é uma atividade regulamentada que visa produzir valores úteis ao grupo. A sociedade de mercado, em que todos os valores úteis são os criados para o mercado, unifica a percepção de todas as tarefas produtivas como trabalho (SILVA; SILVA, 2009, p. 401).

Remetemos também trabalho à troca, a serviço *versus* pagamento, à remuneração, a dinheiro, a bens, à máquina que dá força ao capitalismo<sup>4</sup>. Silva e Silva (2009) afirmam que, para compreender o trabalho é preciso buscar sua multiplicidade histórica nas diferentes sociedades, buscando entender como o trabalho é vivido e sentido por aqueles que o executam.

Com essa questão de Silva e Silva (2009) em mente, buscamos apreender como as pessoas que trabalham numa igreja, num museu religioso, num espaço sagrado se sentem. Há mudanças de comportamento, atitudes, fé, se trabalhassem como secretárias, diaristas, em lojas, casas, empresas comuns? Qual é a percepção desse sujeito que trabalha e tira seu sustento dali a respeito de seu local de trabalho?

Talvez o exemplo da secretária da igreja nos ajude a refletir sobre esses questionamentos levantados. A jovem, além de trabalhar na secretaria, envolve-se ativamente na comunidade, mas não quis participar das entrevistas orais por questões pessoais, e não se sentia preparada. Mas a jovem em questão foi uma grande fonte para a pesquisa e estava disposta a colaborar informalmente.

Nas observações realizadas acerca do cotidiano da igreja, foi possível perceber que a secretária nunca usava o uniforme de verão que a Mitra disponibiliza (vestido e bermuda até o joelho); sempre estava de calça. Questionei-a o porquê, já que o local não tem ar-condicionado, apenas um ventilador simples. Segundo ela, por a secretaria estar no espaço da igreja, ali também é um lugar sagrado e, se a secretaria estiver com pouco movimento, ela tira uns minutos para rezar o terço e não se sente bem adentrando na igreja de vestido ou bermuda, não importa o calor. Trabalhar ali significa ir à igreja todos os dias.

Melo e Karnal (2017, p. 54) afirmam que “transformar a experiência cotidiana numa experiência prazerosa, frutuosa, é o desafio de todo discurso religioso”. A mulher trabalha todos os dias como secretária, porém a fé e o local em que trabalha

---

<sup>4</sup> Capitalismo aqui compreendemos como sistema econômico e social.

alteram seu cotidiano, pois influenciam sua maneira de se portar, de se vestir. Ela faz do seu cotidiano uma prática prazerosa e de fé.

Assim, o local de trabalho é local de fé, e Melo e Karnal (2017, p. 42) afirmam que a “fé é uma entrega. Para muitas pessoas é um hábito: sempre foram à igreja. Para outras é um conforto. Para alguns é uma profissão. Porém, fé é entrega e, para a entrega deve existir uma disposição interior”. Talvez a fé esteja imbricada nessa mulher, mas essa fé influencia decisões e modos de realizar o trabalho? A entrega do sujeito, como religioso, com sua fé, apropria-se da igreja de uma forma, mas e quando essa fé está imbricada no trabalho? Segundo Thyego, formado em Teologia pelo Centro Universitário – Católica de Santa Catarina, tesoureiro da igreja e auxiliar na secretaria no atendimento à comunidade, a fé ajuda a compreender o outro. Ao questionarmos Thyego sobre como é trabalhar num espaço religioso e sobre a diferença de trabalhar em outro local exercendo o mesmo ofício, ele explica:

*É realmente é um desafio, porque na secretaria passa diversas pessoas que muitas vezes tão angustiadas, tão preocupadas, e... Alegres também né, buscando uma resposta, então a gente tem que..., é..., estar mais aberto do que em qualquer outro lugar, porque tu trabalha muitas vezes com o sentimento das pessoas, e às vezes ela tá com problema e às vezes a gente tenta resolver, a gente às vezes... Podemos causar mais problema, mais constrangimento, então é uma situação às vezes delicada, então... Ter um lado espiritual, de ter um momento de oração, um momento de encontro pra poder tá trabalhando nesse local (OLIVEIRA, 2017).*

Ter esse contato espiritual, de fé, antes, ao longo ou depois do expediente faz com que Thyego se sinta mais preparado emocionalmente para atender alguém que vai à igreja angustiado, precisando de ajuda, orientação. Aqui, a fé novamente influencia a forma de trabalhar. Segundo Geertz (1989, p. 77),

Como a religião ancora o poder de nossos recursos simbólicos para a formulação de ideias analíticas, de um lado, na concepção autoritária da forma total da realidade, da mesma forma ela ancora, no outro lado, o poder dos nossos recursos, também simbólicos, de expressar emoções – disposições, sentimentos, paixões, afeições, sensações – numa concepção similar de seu teor difuso, seu tom e temperamento inerente. Para aqueles capazes de adotá-los, e enquanto forem capazes de adotá-los, os símbolos religiosos oferecem uma garantia cósmica não apenas para sua capacidade de compreender o mundo, mas também para que, compreendendo-o, deem precisão a seu sentimento uma definição às suas emoções que lhes permita suportá-lo, fortuna ou alegremente, implacável ou cavalheirescamente.

Constatamos que a religião ancorou aos dois funcionários da secretaria, mas vemos também a ancoragem da religião em outra pessoa. Maria do Carmo é zeladora da igreja e começa a trabalhar na limpeza às 7 horas e 30 minutos. Ela inicia seu trabalho antes de todos os outros funcionários. Possui a chave de uma porta lateral que dá acesso à sacristia e por ali começa o seu dia. Ao questioná-la sobre como é seu trabalho na igreja e como ela se sente ali, ela respondeu:

*Desde que eu vim trabalhar aqui, eu senti que a minha vida e da minha família mudou. Acho que até de eu conseguir trazer de volta alguns irmãos pra igreja, que às vezes eu achava umas coisas que não era bem certo de fazer, meus irmãos mais jovens tavam bebendo... Então quando eu vim trabalhar aqui, eu consegui trazer eles de volta. Meus pais já estavam um pouco mais velhos né. Assim, então meu pai vinha, mas não vinha tanto. Minha mãe vinha muito. Então a partir de que eu vim trabalhar aqui, eu consegui trazer eles de volta. Então pra mim isso é uma coisa muito boa, uma paz assim, sabe. Então, acima de tudo família, convivência melhor, né. Assim, dentro da casa meus irmãos começaram a vir, as minhas cunhadas traziam os maridos né. Meus irmãos trouxeram as esposas. Então sinto que melhorou muito assim, sabe, ficou muito bom. Até mesmo nas reuniões familiares assim, durante o almoço poder fazer uma oração, assim conversar, então melhorou muito (PASSOS, 2017).*

É perceptível notar quão positivo foi o trabalho na igreja para sua vida pessoal e quanto isso influenciou na sua casa, sua família. Em entrevista, Maria do Carmo ainda afirmou que procura ajudar como pode:

*Não participo diretamente [de alguma pastoral], mas participo indiretamente [risadas], porque sempre tem muita coisa pra gente fazer né. Ajudar às vezes com as crianças, ajudar a arrecadar o alimento, fazer as cestas. Então a gente tem bastante coisas pra gente fazer aqui dentro da igreja, muita coisa, muita coisa [risadas] (PASSOS, 2017).*

Apesar de não participar do movimento que a contratou para o trabalho, Maria do Carmo realiza de bom gosto outras atividades. Perguntamos a ela a diferença entre trabalhar na igreja e em casa de família. Ela disse que é muito grande:

*Porque aqui dentro as pessoas te respeitam, as pessoas vêm conversar contigo, sabe... Elas querem saber se as coisas, se as obras da igreja, elas querem saber assim sobre Deus, como você se sente aqui dentro. Já me perguntaram: “Ah, que imagem é essa, como é assim, tal”. A diferença é muito grande, porque aqui você é respeitado, e eu sinto em dizer que a última casa que eu trabalhei eu não tinha isso, [...]. Aqui, se as pessoas querem alguma coisa, elas: “Maria, você pode fazer isso aqui?”, “a hora que tu puder, se tu quiser”. É assim, então não*

*vem: “Ah, vai e faz”, como antes. [...] Muito [melhor trabalhar na igreja], é muita paz, sabe. Muito bom, e aqui eu trabalho muito com o que eu gosto, com flores, sabe, cuidar, botar. Eu fiz o jardim ali fora. Então, é muito bom. A minha vida mudou 100% desde que eu vim trabalhar aqui. Muito bom, e as amigadas aqui que você faz [risadas] (PASSOS, 2017).*

Ao longo da entrevista, Maria do Carmo demonstra o quanto a fé e a religião com que teve mais contato a partir do momento que começou a trabalhar na igreja influenciaram na sua família, na sua vida. Segundo ela, o respeito recebido ali faz muita diferença. A fé aproximou a família e deu valor à pessoa dela. Berger (1985, p. 63) afirma que para uma pessoa existir num universo religioso significa existir no contexto social.

Maria do Carmo saiu do anonimato, de uma casa, onde não se sentia respeitada para um mundo religioso, onde ela encontrou respeito e valores que pôde transportar para a sua casa. Ao começar a trabalhar na igreja, ela conseguiu ser vista, cresceu interna e individualmente, mas também como membro de uma família e de um grupo que trabalha num mesmo local. Isso foi proporcionado pelo espaço em que trabalha.

Giovanni é o museólogo do Museu de Arte Sacra e esteve na constituição do espaço desde seu projeto, auxiliando como voluntário, estagiário e hoje é concursado pela prefeitura. Podem-se perceber o apreço, o cuidado e o carinho com que ele cuida do museu. Em observações e conversas realizadas no local com os funcionários, ele deixou claro que para trabalhar num local como aquele, um museu sacro, faz-se preciso ter minimamente uma aproximação com a igreja católica, uma fé conforme dogmas da igreja, pois alguém de outras denominações/outras religiosidades poderia não se sentir bem em trabalhar com coisas tão específicas quanto às de uma religião cristã.

Certeau (2011, p. 338) afirma que “uma cidade respira quando nela existem lugares de palavra, pouco importa sua função oficial – o café da esquina, a praça do mercado, a fila de espera nos correios, a banca do jornaleiro, o portão da escola na hora da saída”, ou, como no nosso caso, uma igreja, um museu. Esses locais são de adoração, mas se transformam, agregam outras funções, são reempregados. O patrimônio restaurado é uma igreja, porque as pessoas fazem a igreja; se não, poderia ser apenas um museu, um prédio antigo abandonado, ou qualquer outra coisa. São os frequentadores que fazem o local, são eles que o mantêm, que dão a característica.

Segundo Certeau (2011, p. 196), “por seu próprio movimento, a economia da restauração tende a separar dos lugares aqueles que lá vivem. A restauração dos objetos vem acompanhada de uma desapropriação dos sujeitos”. Essa afirmação encontra-se com o exemplo dado pelo Padre Mário, pároco da paróquia<sup>5</sup> e também reitor do santuário, que é a comunidade matriz. A igreja sofre com esse movimento de restauração e sente a desapropriação ao redor, pois o entorno reflete o cotidiano da igreja. Observamos isso na entrevista quando Padre Mário contou que, após o fechamento de diversos comércios e bancos, houve o empobrecimento do centro histórico, pois se têm dificuldades de morar em um imóvel tombado e de mantê-lo, e isso afasta as pessoas. Atualmente, grande parte dos frequentadores da igreja é idosa, uma “comunidade envelhecida” (WOJCIECHOSKI, 2017), o que não é exclusivo de São Francisco do Sul, mas um problema que toda a Igreja Católica está enfrentando, não se tem muitos jovens e crianças na comunidade.

Como dito anteriormente, são as pessoas que fazem a igreja. São os sujeitos que abrem o local, que limpam, que conservam, que mantêm suas estruturas mínimas para funcionamento. São eles que, fazendo a igreja funcionar, permitem que a comunidade esteja presente para auxiliar nessa manutenção. É necessário ouvir o patrimônio. Se a igreja precisa de reparos, de restauração, ela demonstrará isso, e funcionários e comunidade devem trabalhar para juntos manter esse local. Caso contrário, acontecerá como se deu com algumas casas da região, como o correio, o INSS, o banco: atualmente apenas mais um prédio abandonado no centro histórico de São Francisco do Sul em que, um dia, foi uma igreja. Sem as pessoas para se apropriar do local, para dar-lhe uso e uma função, empregar e reempregar esse local, este morre, perde sua função e se torna apenas mais um. Por isso, é importante dar valor àqueles que vivem o local e trabalham nele, pois eles não o deixam morrer; eles fazem com que a comunidade viva e sobreviva.

### 3.4 GUARDAI OS DOMINGOS E FESTAS DE GUARDA<sup>6</sup>

O terceiro mandamento da lei de Deus é sobre a relação homem e igreja. Aqui Deus determina que seu povo guarde os domingos/sábados e os dias santos

---

<sup>5</sup> A paróquia é composta de 20 comunidades.

<sup>6</sup> Referência ao terceiro mandamento da Igreja Católica.

para o descanso e ir à missa. No livro de Êxodo (20:8-11), Deus chama-nos a atenção para lembrar-nos de santificar o dia de sábado:

Trabalharás durante seis dias, e farás toda a tua obra. Mas no sétimo dia, que é um repouso em honra do Senhor, teu Deus, não farás trabalho algum, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem teu servo, nem tua serva, nem teu animal, nem o estrangeiro que está dentro de teus muros. Porque em seis dias o Senhor fez o céu, a terra, o mar e tudo o que contêm, e repousou no sétimo dia; e por isso o Senhor abençoou o dia de sábado e o consagrou (Êxodo, 20, 09).

Anteriormente falamos dos que trabalham, agora tratamos daqueles que têm na igreja um refúgio, um local além da casa e do trabalho.

A religião sempre esteve envolvida na organização da sociedade, como mostra o livro do Êxodo. Segundo Pereira e Christoffoli (2013, p. 89):

Caio Prado Junior (1977) indica que por todo o período Colonial as necessidades espirituais e as exigências da vida civil eram colocadas num mesmo plano de importância para os cidadãos, porque o cotidiano era marcado por acontecimentos de cunho religioso: o nascimento pelo batismo, o casamento se fazia diante da autoridade clerical, bem como o divórcio.

A religião marcava do nascer ao morrer todo o cotidiano, influenciava a sociedade e dava diretrizes para a cultura. Geertz (1989) afirma que a vida cotidiana é em si mesmo um produto cultural. Para Berger (1985), a sociedade ocupa um espaço privilegiado na cultura, pois o homem é um animal social, que sempre vive em coletividade. A Igreja proporciona uma forma de coletividade, uma oportunidade para o ser social de pertencer a um grupo. O pertencer ao grupo coloca-o e identifica-o nesse grupo como: católico, adventista, protestante etc., além de fazê-lo seguir parâmetros culturais.

De acordo com Bonjardim e Almeida (2018), a Igreja Católica, ocupa-se do espaço para que não ocorra um afastamento de identidade, para que o espaço apropriado mantenha-se território religioso católico. Certeau (2011) assegura que a coletividade é um lugar social onde o usuário se reconhece e, concede uma parte de si mesmo ao outro. A identificação, o reconhecimento, o pertencimento a um mesmo grupo gera a troca; um pouco do grupo está no indivíduo e do indivíduo no grupo. No nosso caso, um pouco da igreja está no sujeito e um pouco do sujeito está na igreja.



O compartilhamento cultural, a interação social e esse reconhecimento fazem com que o grupo se solidifique ao longo dos anos e dos momentos que constroem e vivenciam juntos. Criam-se laços e memórias da comunidade. Para Santos *et al.* (2004, p. 244): “A memória de uma comunidade é construída no dia a dia por ações concretas ou imaginárias, umas planejadas, outras circunstâncias que se incorporam total ou parcialmente num legado para as gerações futuras”.

As ações religiosas que se constroem e são carregadas pela memória fazem com que percebamos como somos predispostos a ter uma religiosidade e a agir segundo ela. Geertz (1989) afirma que as razões não são atos, nem sentimentos, mais inclinações para realizar definidos tipos de atos ou tipos de sentimentos. Ele ainda continua: “Ser devoto não é estar praticando algum ato de devoção, mas ser capaz de praticá-lo” (GEERTZ, 1989, p. 70). Ou seja, ser disposto a viver conforme determinadas regras, preceitos, sabendo os limites e modelos predispostos, aceitando e vivendo em conformidade com eles.

Dispor de determinadas práticas e sentimentos faz com que haja identificação entre seus pares, que seguindo determinada fé tenham delimitação do modo de vida, das tradições, das práticas, de como viver em comunidade. Segundo Bonjardim e Almeida (2018):

O homem religioso imprime no espaço sua marca e se reconhece/identifica em espaços que contêm estes símbolos, diferenciando o espaço de outros sem identidade. A representação para Durkheim (2008) é o simbólico da sociedade, do coletivo. Segundo o autor a idéia de religião é inseparável da idéia de comunidade religiosa, pois é a comunidade que representa sua religião de acordo com sua cultura. As crenças propriamente religiosas são sempre comuns a determinada coletividade. Nelas, o indivíduo abre mão, às vezes, da sua própria liberdade para aderir às práticas e ritos coletivos e solidários, cujo objetivo final é receber, em troca, certa organização da realidade.

Por isso o pensar a partir dos indivíduos que fazem o cotidiano da igreja, que compartilham da fé, da memória, que constroem cotidianamente o ser igreja e a comunidade religiosa. Afiança Wirth (2003), que a memória do sagrado não é aquela da vida dos deuses, mas sim, o percurso dos portadores dessas memórias, do cotidiano vivido na experiência religiosa.

Por essa razão, temos a consciência da necessidade de conhecer esse ser que faz a comunidade católica franciscana, que trabalhou, que construiu, que esteve e que está presente no seio da igreja. Nolasco (2010, p. 121) afirma:

A religião [...] foi utilizada ora como definidora de identidades (a aproximação e redefinição de representações), ora como mantenedora de tradições culturais, ou mesmo formas de sobrevivência, resistência, um abrandamento do processo de dominação colonial, elemento na busca de status e ascensão social, auxílio material e benesses espirituais.

A Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, desde sua primeira construção, teve auxílio da comunidade para a sua edificação. Primeiramente foi sua capela que contou com mão de obra dos imigrantes que por aqui aportaram após a tempestade sofrida em alto-mar embarcados no La Concepción.

Foi então que ali se erigiu a primeira capela, com a ajuda dos que estavam na embarcação. As demais construções que sabemos que deram forma à igreja matriz também contaram com a ajuda da população, desde a arrecadação de impostos para a reforma até a mão de obra. Segundo Bastos (2009, p. 36), “os leigos participavam ativamente das fábricas [construção] de igrejas paroquiais e capelas, comovidos pela devoção e persuadidos da promessa de uma salvação misericordiosa”. De acordo com Pereira (1984), em algumas reformas a igreja contou com o trabalho do povo, dos milicianos e escravos, além dos mestres pedreiros que davam o direcionamento para melhor realizar a obra. Choay (2010 apud SALA, 2014, p. 1587) esclarece:

Os locais de culto religioso seriam testemunhos de um passado secular, construindo através da acumulação de vestígios e conquistas, uma imagem da identidade humana. Nas palavras de Pierre Nora, são marcos testemunhais de outros tempos, ‘sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade’.

Como edificação, a igreja matriz carrega as marcas do passado e das pessoas que a ergueram, que a construíram, que orgulham a comunidade católica, que incitam a preservar seu passado, sua história, sua memória. Segundo Kiko, “as igrejas antigas, elas são aconchegantes, e um espaço assim é um convite à oração” (LIMA, 2017). São esses marcos que fazem os sujeitos se reconhecerem na comunidade e pertencerem a ela.

Segundo Berger (1985, p. 56), “a religião serviu para integrar estas realidades [sagradas] na realidade da vida cotidiana, às vezes (contrastando com o nosso enfoque moderno) consignando-lhes um *status* cognoscitivo mais alto”. O cotidiano da igreja na atualidade não se distancia muito do seu passado; ainda precisa da ajuda da comunidade para as restaurações e para o seu funcionamento. A Figura 21 mostra que no ano de 2017 a igreja iniciou uma campanha de arrecadação de dinheiro para a restauração da pintura e do relógio da torre. Como em seu passado, a comunidade auxiliou na arrecadação de fundos, mas sabe-se que apenas essas três restaurações previstas não bastam para deixar a igreja sem problemas e restaurada, já que ela ainda conta com goteiras e seu piso em taco de madeira está descolado.

**Figura 21** – Campanha de arrecadação ocorrida em 2017



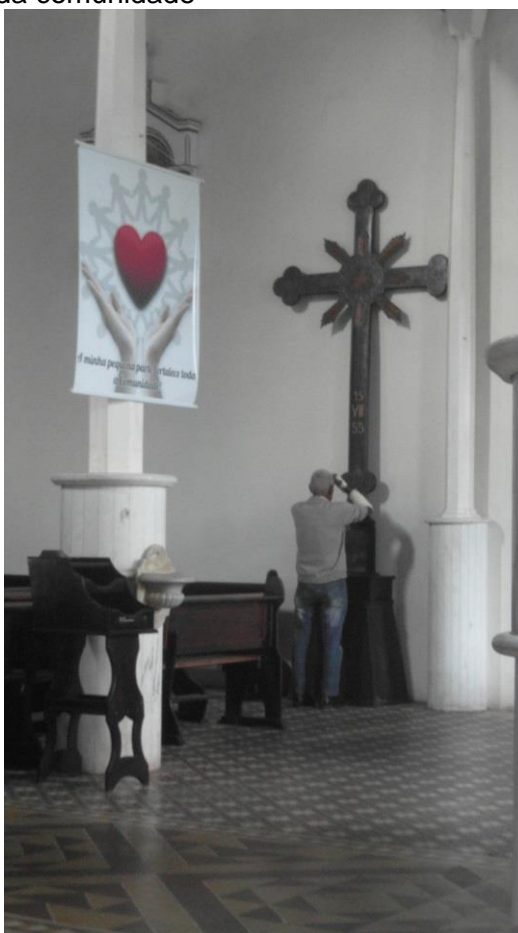
Fonte: primária, acervo pessoal da autora

A comunidade católica do centro histórico de São Francisco do Sul é uma comunidade antiga e de muitos idosos. Segundo Padre Mário, “*não vemos criança aqui ao redor da nossa igreja, nós não temos jovens ao redor da nossa igreja*” (WOJCIECHOSKI, 2017), e isso é perceptível ao acompanhar as missas. Você observa que a grande maioria é idosa, e entre ela há poucas crianças e jovens. Mesmo sendo envelhecida, a comunidade é atuante, é presente, ajuda como pode. Nas observações realizadas na comunidade pesquisada, verificamos que a população é presente mesmo em dias sem missa nem atendimento dos padres.

Vemos um fluxo de pessoas da comunidade logo que a igreja abre, às 8 horas da manhã. Por ali pessoas passam antes de ir trabalhar, ou para começar seu dia. Por vezes, orações rápidas; outras, sem pressa.

Todas as vezes que observamos o dia a dia da igreja, constatou-se a presença desse senhor da Figura 22 logo no início da manhã. Sempre cedo, sempre às 8 horas. Ele possui todo um roteiro de oração, passando na cruz, nos santos, no altar-mor. Demorando o tempo de que precisa. Todos os dias ali, com mais tempo ou mais pressa, mas ali e, depois de todas as orações feitas, sai por uma porta lateral e seu dia inicia-se.

**Figura 22** – Participação da comunidade



Fonte: primária, acervo pessoal da autora

No decorrer do dia, várias pessoas passam pela igreja. Algumas trabalham perto dali e passam por lá rapidamente, pois a igreja está em sua rota. Outras vêm com o objetivo de rezar. Encontramos ali gente de diferentes idades, classes sociais, gêneros. É difícil ver crianças, mas, como o local é importante para a história da cidade, é comum encontrar aulas no entorno ou dentro da igreja, como na Figura 23.

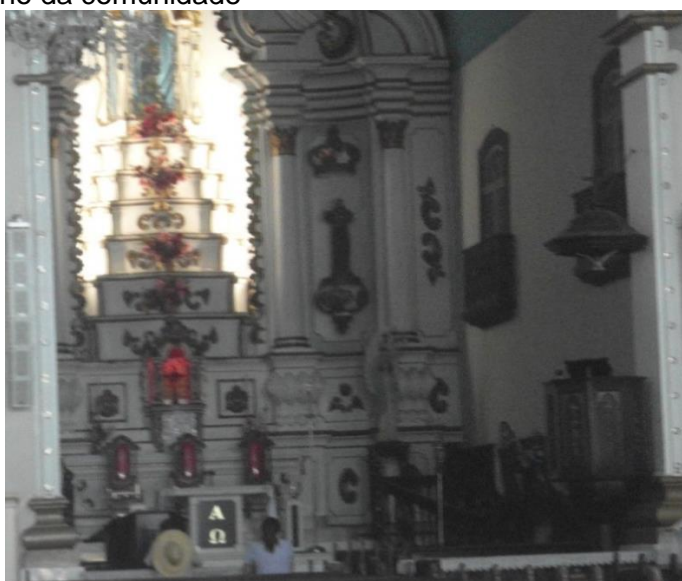
Ao longo das observações, foi possível perceber que é normal as pessoas da comunidade entrarem de chinelos na igreja, com roupas sujas do trabalho, sem aquele ditado de “roupa de ir à igreja”, “roupa de missa”, como na Figura 24, pois o que importa não é a vestimenta, mas sua fé. Houve dias em que um senhor com um cachorro ia à igreja rezar. O cachorro entrava junto, baixava a cabeça, como se estivesse reverenciando, rezando juntamente com o dono. Para Berger (1985, p. 55), “a religião serve, assim, para manter a realidade daquele mundo socialmente construído no qual os homens existem nas suas vidas cotidianas”.

**Figura 23** – Aula no entorno da igreja



Fonte: primária, acervo pessoal da autora

**Figura 24** – Cotidiano da comunidade



Fonte: primária, acervo pessoal da autora

Segundo Bonjardim e Almeida (2018, p. 4-5):

A religião denota um padrão de símbolos transmitidos historicamente, incorporados de significados, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida católica. De acordo com Bakhtin (1986) os homens materializam a realidade utilizando os símbolos. E são esses símbolos que possibilitam a sociedade, na vivência cotidiana, a ter o sentimento de pertencimento, de identidade com o território, apropriando-se dele e de suas representações.

Um dos símbolos fortes que unem a comunidade da igreja matriz é a sua padroeira, Nossa Senhora da Graça, e uma expressiva identidade do território que marca a cidade é a festa a essa santa, que ocorre todo dia 8 de setembro, com festa, procissão e novenas. Conforme Gluck (2014, p. 149), “no ano de 2012 aconteceu a 347.<sup>a</sup> edição que teve início no ano de 1666 e mantém viva a fé e a crença em Nossa Senhora da Graça. O dia da festa é considerado feriado municipal e está incluída no calendário turístico da cidade”.

A festa que marcou grandemente a comunidade foi a 350.<sup>a</sup> edição, que comemorou os 350 anos da paróquia com diversas atrações, já mencionadas no capítulo anterior. Foi possível observar a 352.<sup>a</sup> edição da festa e participar dela, evento que ocorreu em 2017. Le Goff (2003, p. 442) afirma que “a comemoração dos santos tinha, em geral, lugar no dia conhecido, ou suposto, do seu martírio ou de sua morte”. Ainda, sua comemoração poderia se dar por conta dos milagres que lhe são atribuídos: “Com o santo, a devoção cristalizava-se em torno do milagre” (LE GOFF, 2003, p. 442). No nosso caso, a festa é dia 8 de setembro não pela morte ou por um milagre, mas pela natividade de Nossa Senhora, Maria.

No período que antecede a festa, a comunidade une-se para enfeitar a igreja, as casas, as lojas, os santos para a procissão e prepara-se para as festividades, com novenas e orações. Na Figura 25, vemos a igreja enfeitada para a missa solene da festa, que começa às 15 horas.



**Figura 25** – Festa de Nossa Senhora da Graça



Fonte: primária, acervo pessoal da autora

A festa traz consigo outras tradições, como a presença da imagem do Bom Jesus, que vem em carreata do Santuário de Bom Jesus de Araquari, e da imagem de Nossa Senhora da Graça, que na procissão é carregada pelos bombeiros (Figura 26), além da feira ao redor da igreja (Figura 27).

**Figura 26** – Procissão do dia 8 de setembro



Fonte: primária, acervo pessoal da autora

**Figura 27** – Feira da festa em homenagem à Nossa Senhora da Graça



A

B

Fonte: primária, acervo pessoal da autora

Geertz (1989, p. 83) afirma:

Apesar de qualquer ritual religioso, não importa quão aparentemente automático ou convencional (se é verdadeiramente automático ou meramente convencional, não é religioso), envolver essa fusão simbólica do ethos com a visão do mundo, são principalmente os rituais mais elaborados e geralmente mais públicos que modelam a consciência espiritual de um povo, aqueles nos quais são reunidos, de um lado, uma gama mais ampla de disposições e motivações e, de outro, de concepções metafísicas.

A festa para a comunidade é religiosa e carrega consigo a tradição da cidade, a lembrança dos seus antepassados e de uma fé. Os registros das festas vêm de longa data, como observamos nas figuras 28 e 29. São épocas distintas, mas que mostram a tradição do povo francisquense e a influência da Igreja Católica ao longo das gerações.



**Figura 28** – Coreto da festa religiosa de 1905



Fonte: Santos *et al.*, 2004, p. 85

**Figura 29** – Missa campal de 1918



Fonte: Santos *et al.*, 2004, p. 85

A festa em homenagem a Nossa Senhora tem seu cunho religioso, sagrado, mas com ela traz a necessidade de atrair o máximo de pessoas, que se encontram com o secular, a feira, o público. A união da concepção religiosa e mundana é algo que na comunidade matriz vem para auxiliá-la. Segundo Thyego,

*É o dia da padroeira né, 8 de setembro, e antes do dia 8 acontece a novena, né. São nove noites de celebração eucarística, em que realmente o povo vem com mais fervor, porque junta toda a cidade né. Não só os que frequentam a igreja matriz durante o ano todo, mas das comunidades, dos bairros se juntam numa única voz, clamando, agradecendo, pedindo, enfim, fazendo esse contato com o*

*sagrado. E paralelo à festa religiosa temos a festa social, digamos assim, que possui as barracas que são devidamente autorizadas, porém há um impasse hoje muito grande com relação a isso. Está se revendo muitas questões. No nosso salão de festas nós temos venda de comida e bebida né, pra fazer toda essa parte também de ação social, de confraternização, mas também algo que possa levantar recursos pra manter o patrimônio, manter o templo usável, bonito. E até mesmo antigamente, hoje conta com 26... 27 barracas, menos, antigamente rodava a igreja toda né, todo esse quarteirão aqui, mais de 50, 60 barracas, e foi diminuindo justamente por essa questão de comércio local. Enfim, tem várias discussões hoje que tem se levantado, [...] e a festa é um meio de encontro com Deus, mas também um meio de divulgar todo o trabalho do santuário também né. Vêm pessoas que são devotas daqui e que estão morando em outras cidades que muitas vezes já levaram essa devoção pra outras cidades, então vêm visitantes nesse período também, é... Então acho que é uma festa bem importante de cunho religioso, mas também no cunho cultural, de turística (OLIVEIRA, 2017).*

Tudo acontece em prol da igreja, como afirma Padre Mário:

*A festa já acontece há 353 anos. [...] O nosso prédio pra ser mantido ele precisa de bastante recurso, né, e a festa é uma forma de a gente manter a nossa estrutura aqui na igreja. Então, as barracas que são montadas ali desde 30 de agosto até 8... 9 de setembro, elas são uma parceria com a igreja e que elas vêm e de certa forma elas colaboram com a igreja utilizando o espaço, elas têm uma colaboração e elas também trazem um clima de festa pro povo, sendo que também elas acabam chamando o povo pra vir, pra participar, enfim dar aquele clima de festa (WOJCIECHOSKI, 2017).*

A comunidade sabe que, mesmo não sendo algo sagrado a venda ao redor da igreja, esse comércio a ajuda a obter recursos. Por isso, você vê o grande fluxo de pessoas durante as novenas e principalmente no dia 8 para participar dessa festividade; a verba arrecadada é revertida em melhorias para a igreja.

A festa em homenagem à santa une a cidade, e não apenas a comunidade católica; aproxima comunidades religiosas, chama pessoas devotas a retornarem à igreja e é mais um atrativo aos turistas nessa época. A união do cultural com o religioso vem agregando à cidade e à igreja e é uma manifestação pública dos usos e das apropriações desse patrimônio histórico. Segundo Priore (1994), as festas serviam para a igreja afirmar sua presença, poder e domínio religioso no local.

Funcionários e comunidade trabalham juntos para manter em funcionamento e em melhores condições a Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, sabem que são eles que movimentam e dão forças para ela estar em pé. As dificuldades são várias, desde manutenção até uma comunidade envelhecida, mas todos sobrevivem e

enfrentam um dia de cada vez, uma restauração por vez. Com a participação da comunidade em conjunto com os visitantes, mantêm o patrimônio vivo e pulsante.

## 4 RITU FINAL: O TURISMO NA IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA GRAÇA

*Quais seriam os principais patrimônios da igreja?  
São as pessoas, nós sem as pessoas não somos nada!*  
(WOJCIECHOSKI, 2017).

Quando o sagrado vira ponto turístico? Quando a oração se encontra com o *flash* de uma câmera fotográfica? Quando o silêncio é cortado pelas vozes? Como a fé e o turismo atuam juntos e como esse espaço é percebido e apropriado por quem é de fora? Neste capítulo pretendemos discutir o turismo na Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça e como esse local está sendo apropriado e ressignificado por esses sujeitos.

### 4.1 CAMINHO PARA A FÉ E PARA O TURISMO

As peregrinações, as caminhadas com a intenção da fé são ações antigas e as encontramos em diversos livros da Bíblia (Gênesis, Êxodo, Salmos, entre outros). Essas viagens antecedem o conceito de turismo, que segundo Maio (2004) teve aumento com as transformações e melhorias ocorridas no século XX, como a rodagem de automóveis.

Não pretendemos entrar na discussão conceitual de turismo, mas esclarecemos que cada atividade e particularidade do turismo o colocam em uma classificação distinta. De acordo com Cunha (2010), o turismo é o agrupamento de atividades em razão das deslocamentos, das atrações, das origens desse deslocamento, criada para satisfazer necessidades.

Para o Ministério do Turismo (BRASIL, 2006), temos diferentes tipologias turísticas, como o turismo social, o turismo cultural, o turismo da terceira idade, o ecoturismo, entre outras classificações. Cunha (2010, p. 17) em seu trabalho realiza o levantamento dessas atividades turísticas e as lista, conforme a figura 30.

**Figura 30** – Lista de tipologias do turismo

Turismo gay e lésbico	Turismo náutico
Turismo cultural	Turismo temático
Enoturismo (Wine Tourism)	Turismo histórico
Turismo gastronómico	Turismo de pobreza
Turismo sexual	Turismo de voluntariado
Turismo sensorial	Agroturismo
Turismo de saúde	Turismo ecológico
Turismo de bem-estar	Ecoturismo
Turismo ornitológico	Turismo de desporto
Turismo étnico	Sight – seeking
Geoturismo	Turismo de guerra
Turismo de sol e praia	Turismo de negócios
Turismo de recreio	Turismo de golfe
Turismo de colheita (gathering)	Turismo de montanha
Turismo itinerante (touring)	Turismo de neve
Turismo rural	Turismo de proximidade
Turismo náutico	Termalismo
Turismo de compras	Talassoterapia
Turismo de charme	Climatismo
Turismo residencial	Turismo de aventura
Turismo médico	Turismo industrial
Turismo sénior	Turismo cinagético
Turismo juvenil	Turismo religioso
Turismo da 3ª idade	Turismo espiritual
Turismo de natureza	Turismo verde
Turismo ambiental	Turismo fluvial
Turismo urbano	Cruzeiros
Turismo alternativo	Turismo social
Turismo gastronómico	Trekking
Turismo de mergulho	Turismo de deserto
City breaks	Turismo espacial
Turismo de catástrofe	Turismo activo

Fonte: CUNHA, 2010

Como podemos observar, a lista de classificação feita por Cunha (2010) é grande, diversa e aborda diferentes segmentos do turismo. Aqui nos interessam apenas dois desses segmentos: o turismo cultural e o turismo religioso, pois ambos estão intrinsecamente ligados à cidade de São Francisco do Sul e ao nosso objeto principal do estudo, a Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça.

Segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2006), “turismo cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”.

Já no ano de 2010, o Ministério do Turismo abrangeu o conceito de turismo cultural incluindo as “experiências positivas do visitante com o patrimônio histórico e cultural e determinados eventos culturais, de modo a favorecer a percepção de seus sentidos e contribuir para sua preservação” (BRASIL, 2010). Portanto, para o

mesmo órgão, essa apropriação dos bens culturais pelo turismo pressupõe valorização, impulso para os bens patrimoniais como símbolos da memória e da identidade de uma cultura, colaborando assim para o usufruto de todos (comunidade e turistas). Alexandre (1972), em um livro com informações de São Francisco do Sul, expõe um breve entendimento sobre o turismo. Ele diz que a cidade entende como turismo cultural “aquele que se pratica para satisfazer o desejo de emoções artísticas e informação cultural, visando à visita a monumentos históricos, obras de artes, relíquias, antiguidades, concertos, musicais, museus, pinacotecas, etc.” (ALEXANDRE, 1972).

Já quanto ao turismo religioso, pressupõe-se que a fé seja o principal motivo do deslocamento, mas de acordo com uma definição de 2006 do Ministério do Turismo esse conceito pode subdividir-se em três momentos e englobar mais que a fé:

1. É aquele motivado pela fé ou necessidade de cultura religiosa, seja através de visita a igrejas e santuários, seja por peregrinação, romarias ou congressos eucarísticos (EMBRATUR, 1992);
2. É o conjunto de atividades com a utilização parcial ou total de equipamentos e a realização de visitas a lugares ou regiões que despertam sentimentos místicos ou suscitam a fé, a esperança e a caridade nos fiéis de qualquer tipo ou em pessoas vinculadas à religião (ANDRADE, 1997);
3. São viagens em função da amplitude e alcance das crenças, doutrina, corporação e a ordem, ou seita (VAZ, 1999) (BRASIL, 2006).

Nesse conceito temos diferentes abordagens do turismo religioso, mas no ano de 2010 o Ministério do Turismo trouxe uma visão voltada à religiosidade, que “configura-se pelas atividades turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados às religiões institucionalizadas, independentemente da origem étnica ou do credo” (BRASIL, 2010). Esse conceito engloba todas as instituições e credos religiosos, como os de origem cristã, oriental, afro-brasileira, protestante, espírita. O documento ainda afirma que esse tipo de turismo está relacionado à busca espiritual e à prática religiosa. Aqui é importante ressaltar que este estudo foca o turismo religioso católico de maneira especial.

Por focar na Igreja Católica, faz-se necessário perceber que tal instituição vem discutindo o tema desde 1952, com o Papa Pio XII. Para Jesus (2018, p. 4), “la

Iglesia Católica [...] elaboró las primeras líneas sobre el turismo”. Ainda segundo o autor, nessa data o Papa Pio XII realizou o primeiro discurso sobre o envolvimento do turismo na igreja católica:

Em 30 de março de 1952, o Papa Pio XII fez um discurso em Roma que ficou na história como o primeiro discurso de um papa sobre turismo: "A noção cristã do turismo". A partir desse discurso até hoje, a Igreja Católica encontra no estudo e no planejamento do turismo uma forma de aproximar valores éticos, morais e humanos a uma sociedade em constantes mudanças culturais, sociais e políticas. Pio XII foi o primeiro Papa a falar sobre o fenômeno do turismo (JESUS, 2018, p.5)

Jesus (2018) também traz o discurso do Papa Bento XVI no ano de 2006, em que o pontífice trata do turismo como uma oportunidade de enriquecimento cultural e religioso:

Todos aqueles que aderem ao trabalho digno da Organização Mundial do Turismo, com um compromisso específico, cada um no campo de suas próprias competências, para que o turismo possa ser vivido como uma ocasião de enriquecimento humano e espiritual. Desta forma, o turismo pode se tornar um recurso eficaz para o enriquecimento autêntico da humanidade; de fato, através dele, homens e culturas permutam os valores do conhecimento, bem-estar, justiça, liberdade, beleza e paz, que dão um sentido integral à vida (apud JESUS, 2018, p. 5)

O turismo religioso serve como forma auxiliadora do fortalecimento da fé. No documento da cidade, Alexandre (1972) esclarece que o turismo religioso é motivado pela fé ou pela cultura religiosa.

Entendendo esses dois conceitos apresentados, agora tentamos colocá-los na prática da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça. Pensando que o lugar é um espaço sagrado por ser uma igreja, somos direcionados a refletir que, por consequência, o turismo que ocorre ali é religioso, mas ao olharmos mais de perto os turistas que chegam ao local, percebemos que, exceto na data festiva de 8 de setembro, no restante do ano o público da igreja é formado por mais de 90% de turistas, que são atraídos pela cultura, pela antiguidade, pela história, pela beleza e que chegam ali principalmente por meio das empresas turísticas marítimas da região. Quando se aproxima a época da festa da padroeira, nota-se a diferença do público. Nesse momento, grande parte dos sujeitos é motivada pela fé em Nossa

Senhora da Graça e vai ao local para participar das orações, missas, procissões, para se envolver com o ato de fé. A crença nesse período sobressai.

Verificamos assim que, mesmo o local sendo uma igreja, em grande parte do ano é visitada por turistas que buscam a cultura que a igreja carrega, mais do que a fé. Portanto, teríamos mais a presença do turismo cultural do que do turismo religioso. Dias e Silveira (2003) lembram-nos de que o turismo religioso tem como principal motivo a fé, mas que pode trazer motivos culturais em aprender outras manifestações religiosas.

Percebe-se, porém, que na Igreja Matriz em 11 meses do ano há o predomínio de turistas em busca de cultura, história, beleza, e setembro é o mês em que ocorre o verdadeiro movimento do turismo religioso ao local. O Ministério do Turismo salienta que “as viagens motivadas pelo interesse cultural ou pela apreciação estética do fenômeno ou do espaço religioso será, para efeitos deste documento, consideradas simplesmente como turismo cultural” (BRASIL, 2010, p. 19). A igreja matriz trabalha, então, tanto na esfera do sagrado, com o turismo religioso, quanto com o profano, no caso do turismo cultural.

Essa relação entre turismo e igreja e a dicotomia entre religioso e cultural lembram o texto de Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes, apresentado no I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural, em 2009, em que o autor em sua fala se refere a um cartum francês e o descreve ao público que o ouve:

No interior hierático, solene e penumbroso de uma catedral gótica (Chartres), parece uma velhinha encarquilhada, de joelhos diante do altar-mor, profundamente imersa em oração. Em torno dela, a contemplá-la interrogativamente, dispõe-se um magote de orientais, talvez japoneses. A presença de um guia francês nos permite considerar que se trata de turistas em visita à catedral. O guia toca os ombros da anciã e lhe diz: – “Minha senhora, a senhora está perturbando a visitação” (MENESES, 2009, p. 26).

Depois, o autor convida-nos a refletir sobre as diferenças entre a velhinha, os turistas e o guia. Para ele, a velhinha seria um habitante do lugar, e o guia é a pessoa especializada na história do local que auxilia os turistas de diferentes partes do mundo a conhecer o espaço, como no caso dos turistas orientais. Aqui, nota-se que a velhinha está em seu lugar sagrado, realizando um rito normal para sua crença, enquanto o turista que adentra nele não vai ao local por uma fé, mas sim



pela cultura e história que o espaço transmite, já que está acompanhado por um guia. Segundo Meneses (2009, p. 28),

a fruição dos turistas consuma-se na mera contemplação de um lugar de culto, agora transformado em lugar de representação do lugar de culto: a catedral tornou-se bem cultural e essa perspectiva esvazia usos antigos e torna anacrônicas as práticas anteriores.

Nos dois casos, o da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, em São Francisco do Sul, e o da Catedral de Chartres, na França, os locais são religiosos, mas são ricos em história, antiguidade, beleza e cultura no geral. Com isso, sua importância para o turismo é essencial, e mesmo aqueles que não compartilham das mesmas crenças podem conhecer os espaços, aprender sobre sua história, arquitetura, assuntos gerais que carregam, pois, como se percebe, o turismo cultural e o turismo religioso andam de mãos dadas, lado a lado, muitas vezes um auxiliando o outro.

#### 4.2 O TURISTA E O PEREGRINO

Optou-se por não adentrar na discussão profunda e extensa sobre o conceito de turismo, mas sim trabalhar apenas com os dois pontos que foram observados na Igreja Matriz de São Francisco do Sul, que explanamos anteriormente. Com isso, sobressai um ponto interessante: a diferença do turista, do visitante e do peregrino. Constatou-se que a maioria dos que chegam à Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça é turista e visitante em busca da cultura, do antigo e do belo, acima da busca pela religião. Então, teríamos mais turistas. Todavia, quem são os turistas, os visitantes e os peregrinos? Há diferença entre eles? Para compreendermos melhor, tratamos dessas diferenças e igualdades.

Segundo Maio (2004), as peregrinações e as romarias são antecessoras do turismo religioso que conhecemos atualmente, e aparecem como sinônimos, mas em sua origem possuem significados e objetivos diferentes. A peregrinação seria a busca pelo lugar sagrado, uma caminhada difícil, com sacrifícios, penitências

O autor ainda afirma que o ato de peregrinar envolve o encontro com o outro e consigo mesmo (MAIO, 2004). Rocha e Belchior (2016) explicam que a

peregrinação associa-se ao ato de caminhar em direção a algo, e o senso comum coloca essa caminhada em direção ao sagrado. Num apanhado geral:

Segundo Vilas Boas (Idem.), o termo *pelegrinus* foi utilizado até o século XI pelo mundo romano com um sentido profano, significando aqueles que eram estrangeiros e não tinham “direito à cidade” (cidadania). No período medieval, época das cruzadas e das grandes catedrais, o termo sofreu uma ressignificação e passou a designar o cristão que caminha à procura do sagrado. O senso comum normalmente entende que a peregrinação é uma jornada empreendida por motivações devocionais a um dado espaço reconhecido como sendo sagrado pelo indivíduo. As finalidades desses deslocamentos podem ser variadas: pagar promessa, render graças, fazer penitências, etc. (ROCHA; BELCHIOR, 2016, p. 285).

Então, o peregrino na religião cristã é aquele que faz a jornada, caminha em busca do sagrado, da fé, do perdão, do cumprimento de promessas, de agradecimentos, é quem deixa sua casa, viaja, caminha longas distâncias nesse encontro consigo e com o próximo.

Tal qual a peregrinação, a romaria é a busca pela fé, pelo pagamento de promessas, por agradecimentos, mas em muitas vezes envolvia abster-se de algumas ações enquanto durava, como não comer alguns alimentos, vestir-se de maneira específica, cumprir deveres penitenciais, entre outros atos. Os romeiros são esses praticantes.

Atualmente, peregrinação e romaria, peregrino e romeiro são usados como sinônimos, sem distinção entre si, mas há diferença entre o visitante e principalmente o turista.

Entendendo quem são os peregrinos e os romeiros, é preciso compreender quem são os visitantes e os turistas. De acordo com Cunha (2010, p. 4),

a primeira definição oficial de “turista” surge em 1937, no âmbito da Sociedade das Nações [...]. O termo “turista” passou a aplicar-se a todas as pessoas viajando por uma duração de 24 horas ou mais num país diferente daquele onde tem a sua residência habitual.

A partir daí, surgiram diferentes definições para o turista, e em 1993 a Comissão de Estatística da Organização das Nações Unidas (ONU) reformulou a definição que vigora até hoje. Para Cunha (2010), na definição da Comissão de Estatística da ONU, os turistas são aquelas com estadia de pelo menos uma noite

no local visitado. Conforme o Ministério do Turismo (BRASIL, 2010), a EMBRATUR em 1992 apresentou-nos dois conceitos de turista:

1. Segundo Insep. (1988), visitante temporário que fica pelo menos 24 horas no local visitado e o propósito da sua visita pode ser classificado em: a) Lazer (ex.: recreação, feriado, saúde, religião ou esporte); b) Negócios; c) Família; d) Missão; e) Encontros. 2. E aquele que se desloca para fora de seu local de residência permanente, por mais de 24 horas, realizando pernoite, por motivo outro que não o deixar residência ou exercer atividade remunerada, realizando gastos de qualquer espécie com renda auferida fora do local visitado.

O órgão ainda classifica o turista em duas classes: o turista internacional e o turista nacional. Para ele, o turista internacional é aquele que se desloca de seu país por diversos motivos que não seja para desempenhar uma atividade remunerada ou fixar moradia ficando no local um período menor de um ano (BRASIL, 2010), enquanto o turista nacional se desloca dentro do seu país por mais de 24 horas, com no mínimo uma pernoite, onde não exercerá função remunerada (BRASIL, 2010).

Se o turista é quem viaja por mais de 24 horas, aquele que viaja menos tempo é o visitante? Para Cunha (2010, p. 4):

A Comissão de Estatísticas da ONU, que substituiu a Sociedade das Nações, decidiu, em 1953, introduzir o termo “visitante” com a seguinte definição: “não residente tendo a intenção de permanecer no país durante um ano no máximo, sem aí exercer uma profissão remunerada”.

Então não se trata de quem viaja poucas horas. O autor ainda afirma, que em 1993, a Comissão de Estatística da ONU, alterava a definição de visitante para aqueles que viajavam por menos de 12 meses onde o propósito não seria o de exercer uma atividade remunerada.

Assim como o turista, o visitante não pode exercer atividade remunerada e possui tempo de viagem para ser classificado na categoria visitante ou turista. O Ministério do Turismo (BRASIL, 2006) classifica os visitantes como “pessoas que se deslocam do seu local de residência para realizar viagens curtas para negócios, participar de eventos, lazer, visitar parentes ou a amigos. Caso haja pernoite, já se classifica como turista”.

Aqui aparece uma subcategoria do visitante, o visitante do dia. Para Cunha (2010, p. 5-6), o “visitante do dia” consiste nos “visitantes que não passam uma noite num alojamento colectivo ou privado no local visitado”. Parece-nos confuso. Alguns autores referem-se a um período menor de 12 meses, outros de 24 horas, para os visitantes, e dizem que se houver pernoite o visitante já se torna turista.

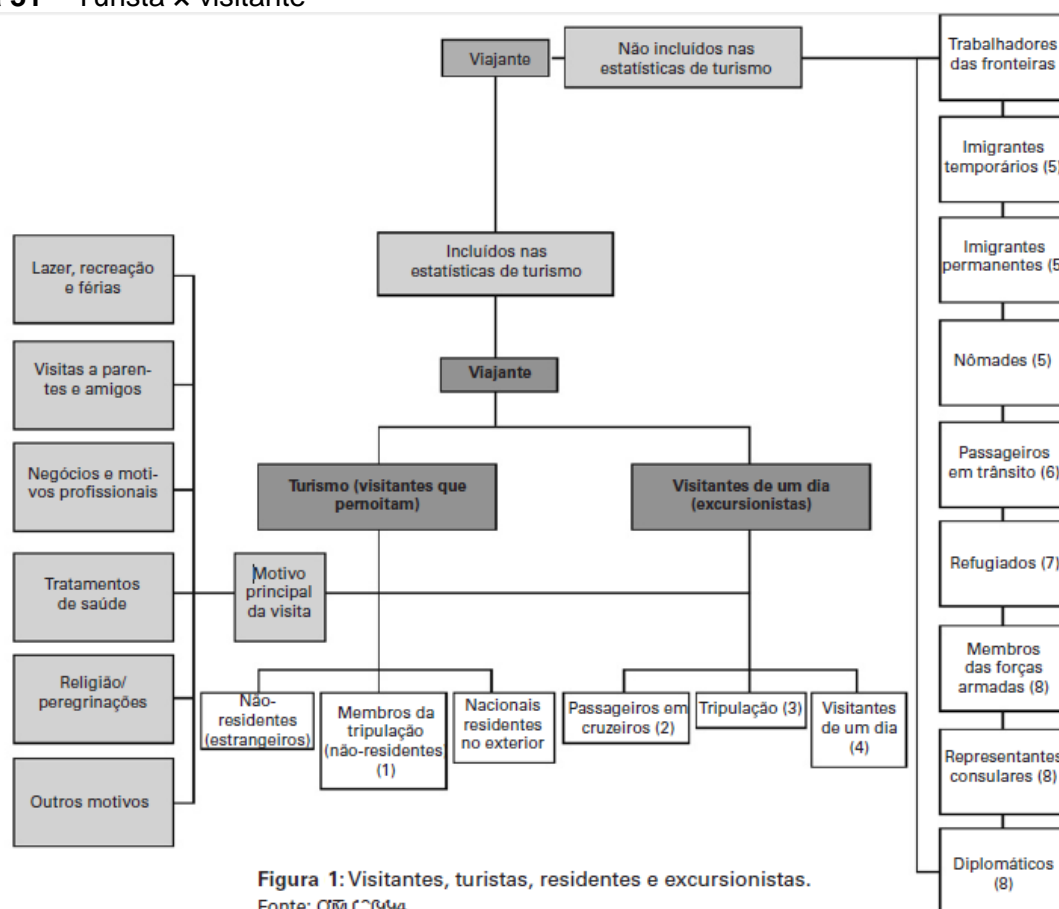
Nessa confusão também existe o conceito de excursionista, que é símil a visitante e que vem para esclarecer um pouco. O excursionista é denominado também de “visitante do dia”. De acordo com Cunha (2010), é o tipo de visitante que não passa uma noite no local visitado; ele fica apenas um período de horas no local. Conforme Sudré (2013), o visitante de um dia, ou excursionista, não passa a noite em uma hospedagem; ele retorna a residências, navios, para o pernoite.

Então, podemos perceber que temos duas categorias, o turista e o visitante. O segundo torna-se visitante do dia caso passe menos de 24 horas no local e não pernoite, quando é mais conhecido como excursionista.

A Prefeitura de Florianópolis (2009, p. 5) traz bem essa distinção. Diz o órgão que o viajante é a “pessoa que visita um lugar diferente no qual tem residência fixa, com fins distintos das quais exerce em seu país” (PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS, 2009), e o excursionista é o “visitante temporário que permanece menos de 24 horas (ou não realiza pernoite) no lugar que visita, e cujas finalidades são iguais às dos turistas” (PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS, 2009). São comumente chamados de “visitantes de um dia”.

Para entender melhor o que se aplica ao turismo, o que é contabilizado como tal e o que se enquadra como visitante, apresentamos a Figura 31, a qual mostra quem são os turistas e os visitantes, já divididos em suas categorias.

**Figura 31 – Turista x visitante**



Fonte: SUDRÉ, 2013

Com base na imagem, é possível visualizar a classificação de turista e visitante. Essas diferenças tornam-se mais claras e com isso podemos transpô-las para a Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça.

Ressaltamos que aqueles que vêm até a Igreja Nossa Senhora da Graça em sua maioria são visitantes do dia, excursionistas, que chegam à cidade, conhecem a igreja e em uma hora estão saindo. Como grande parte das pessoas que vão a São Francisco do Sul busca esse turismo cultural, é comum ficar em praias das redondezas que pertencem à cidade, mas não no centro histórico em si. Com isso, turistas propriamente ditos, se seguirmos os conceitos, são poucos; sua maioria é visitante do dia, excursionista.

Durante a pesquisa, observamos que o turismo religioso não é o que predomina. A grande parte dos que chegam à igreja vem pelo turismo cultural, e poucos são turistas. Em sua maioria são visitantes do dia, que chegam, conhecem o centro histórico e se dirigem a outras praias próximas ou aos navios.

É preciso chamar a atenção a um detalhe importante: o turista pode se ver como visitante, e vice-versa, bem como o peregrino como romeiro, mas, como afirmam Rocha e Belchior (2016), o peregrino/romeiro, mesmo que use instalações turísticas, não se sente nem se apresenta como turista; ele exhibe distinções do turista propriamente dito.

#### 4.3 USOS DO PATRIMÔNIO PELOS VISITANTES

A peregrinação, a romaria, a visita, o turismo, ou seja, o deslocamento em si de pessoas, não importa a denominação usada, movimentam milhões de pessoas todos os anos, que saem de suas casas em busca de algo, de cultura, do religioso, do lazer, do trabalho.

Segundo Silva, Santos e Cristofolini (2004, p. 4), a Embratur divulgou que “são cerca de 15 milhões de pessoas se deslocando anualmente no país por motivos religiosos”, sem contar os demais segmentos turísticos. Ainda conforme os autores, “a Embratur incentivou a criação de ‘Roteiros da fé’, enfatizando as principais festas e atrações religiosas, criando roteiros brasileiros” (SILVA; SANTOS; CRISTOFOLINI, 2004, p. 4-5). Dessa forma, é possível agregar valor e atrair mais turistas e visitantes a esses locais. De acordo com Novaes (1999 *apud* SILVA; SANTOS; CRISTOFOLINI, 2004, p. 134):

A Santur, órgão oficial de turismo de Santa Catarina, com o lançamento do roteiro turístico catarinense [...] ressalta Nova Trento com o Santuário de Madre Paulina e o Santuário de Nossa Senhora do Bom Socorro. Ainda inclui, na divulgação integrada, os municípios de Brusque, com o Santuário de Nossa Senhora de Azambuja, e de Angelina, com o Santuário Imaculada Conceição.

Trazemos essas informações, pois, como a Igreja Nossa Senhora da Graça é um ponto forte do turismo em São Francisco do Sul e no litoral norte catarinense, se imaginou que essa igreja tão antiga e visitada estaria na rota da fé. Mas, ao analisarmos as cidades que se enquadram em tal roteiro, segundo o Ministério do Turismo, São Francisco do Sul não está na listagem. Em Santa Catarina, o Roteiro da Fé compõe-se de Nova Trento, Brusque e Angelina, além das cidades de Doutor Pedrinho, Rodeio, Benedito Novo, Abelardo Luz, Dionísio Cerqueira e Itaiópolis, que entram como passeios religiosos. Como São Francisco do Sul não consta da lista,

cogita-se, assim, que tal cidade é fortemente conhecida por suas belas praias, sua cultura, sua história e por esse caminho chama a atenção dos que visitam o local. Isto é, mais uma forma de observarmos que o turismo cultural é o seu atrativo principal.

Considerando que grande parte dos turistas e visitantes que chegam à cidade vem pela cultura, questionamos como se dá a vinda deles à igreja e a sua percepção, seu uso e suas apropriações desse patrimônio religioso e cultural de São Francisco do Sul.

Para conseguirmos obter esses usos e apropriações das pessoas de fora da comunidade, realizou-se uma pesquisa de campo observando o dia a dia da igreja durante sete meses, em diferentes dias da semana e horários. Assim, foi possível perceber o comportamento dos visitantes e turistas em diversos períodos. Para compreender o pensamento desses sujeitos sobre suas ações, utilizamos formulários com perguntas semiestruturadas abertas e fechadas. Anonimamente, cada um respondia livremente e sem influência dos pesquisadores. Os entrevistados foram escolhidos por serem maiores de 18 anos e por estarem visitando o local. Nenhuma outra distinção foi feita para fazer parte da pesquisa; aqueles que se mostraram disponíveis a uma pausa na sua atividade, no seu passeio, foram os que fizeram parte das estatísticas. De modo geral, não foi possível obter o número exato de visitantes durante um dia, ou em determinado período, pois, mesmo a igreja possuindo um livro de assinatura, muitos que adentram no local não o assinam, ou às vezes nem percebem a existência desse livro.

O formulário era composto de eixos, dados sobre a igreja e o museu, as expectativas baseadas em números e percepções gerais. No primeiro momento, queríamos conhecer a pessoa que estava respondendo ao formulário, mesmo sendo anônimo. Então, questionamos a idade, a escolaridade, o gênero, a naturalidade e a religião. No segundo momento, gostaríamos de saber a respeito da visão dele acerca da igreja. Para tal, fizemos quatro perguntas:

1. Em sua opinião, qual é a importância desse tipo de construção para a cidade de São Francisco do Sul? E para a fé?
2. Para você, que sentimentos a igreja remete?
3. Na sua opinião, qual deve ser a relação entre a igreja, a comunidade e os visitantes?
4. O que levou você a visitar a igreja?

Depois, entramos no eixo da percepção dessas pessoas sobre o Museu Diocesano de Arte Sacra Padre Antônio Nóbrega com as seguintes questões:

- 1) Como você percebe a relação entre a igreja e o museu?
- 2) Na sua opinião, qual é a importância do museu para a fé? E para a igreja?
- 3) Para você, que sentimentos o museu remete?
- 4) O que o levou a visitar o museu?
- 5) Para você, ter um espaço para guardar objetos que não estão em uso na igreja é importante? Por quê?

A seguir, pedimos para que os participantes avaliassem se a igreja atendia a algumas expectativas segundo algumas características ou classificações, considerando 1 como pouco e 5 como muito, com a seguinte pergunta:

- Em que medida você acredita que a Igreja Nossa Senhora da Graça e o Museu Diocesano de Arte Sacra Padre Antônio Nóbrega atendem a suas expectativas em relação aos seguintes quesitos, usando de 1 (pouco) a 5 (muito):
  - a) Manifestação de fé;
  - b) Representação da comunidade católica;
  - c) Expressa o que é um santuário;
  - d) Expressa o que é uma matriz;
  - e) Importância histórica para a cidade.

Por fim, queríamos saber como eles viam o comportamento de alguém ao adentrar na igreja, se indicariam o local para outras pessoas e sugestões.

Essa foi a estrutura do formulário aplicado em 19 de janeiro de 2018 a 50 pessoas que visitaram o local. Optou-se pelo número 50, pois, ao longo dos sete meses, se observou que em baixa temporada – no outono, no inverno e na primavera – a quantidade de visitantes e turistas é baixa e vêm poucas pessoas de fora. Grande parte advém dos barcos de turismo da região, com grande movimento apenas na alta temporada, no verão, por causa das praias. Por isso, mesmo aplicando os formulários em janeiro, tivemos dificuldade para obter esses 50 formulários sem a ajuda dos barcos turísticos.

Os principais barcos turísticos da região são o Barco Príncipe, que parte da cidade de Joinville, e os barcos piratas denominados de Capitão Jack e Pérola Negra. Vemos na Figura 32 a chegada de um dos barcos a São Francisco do Sul.



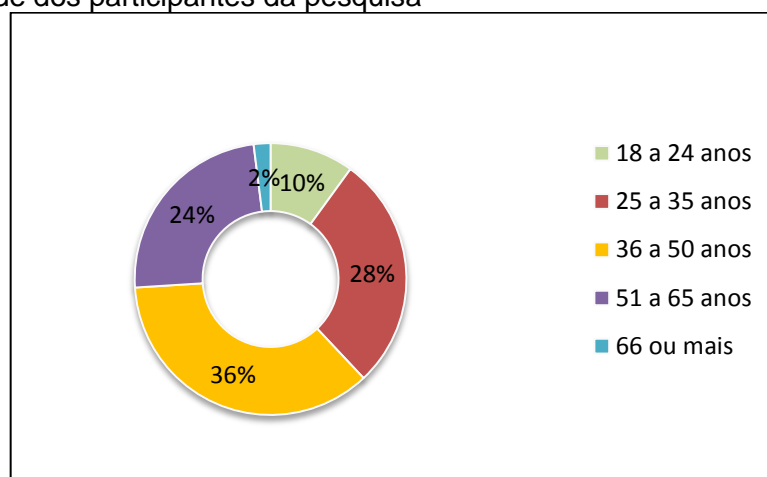
Capitão Jack atua na alta temporada e sai do cais de São Francisco do Sul, passando por diversas ilhas. Já Pérola Negra tem saída de São Francisco do Sul, Itapoá e Joinville. Grande parte dos visitantes que responderam aos formulários chegou a São Francisco do Sul vindo de um desses barcos, que costumeiramente perto do horário do almoço aportam em São Francisco do Sul, elevando o número de turistas e visitantes no centro histórico da cidade e, conseqüentemente, na igreja, já que em sua maioria é o primeiro local visitado.

**Figura 32** – Barco Príncipe atracado em São Francisco do Sul



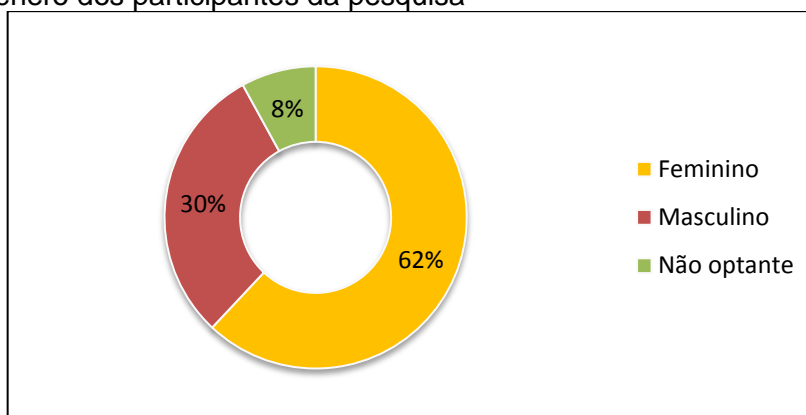
Fonte: primária, acervo pessoal da autora

Com isso, trazemos alguns dos dados obtidos mediante os formulários e as respostas dessas pessoas. Primeiramente, apresentamos esses sujeitos que participaram da pesquisa. No Gráfico 1, observamos a idade de todos os participantes: 36% das pessoas tinham entre 36 e 50 anos, 28% entre 25 e 35 anos, 24% entre 51 e 65 anos, 10% entre 18 e 24 anos, e apenas 2% 66 anos ou mais. Grande parte dos sujeitos tinha entre 36 e 50 anos, faixa etária de grande parte da tripulação que estava a bordo dos barcos turísticos que atracaram no píer de São Francisco do Sul no momento da pesquisa.

**Gráfico 1 – Idade dos participantes da pesquisa**

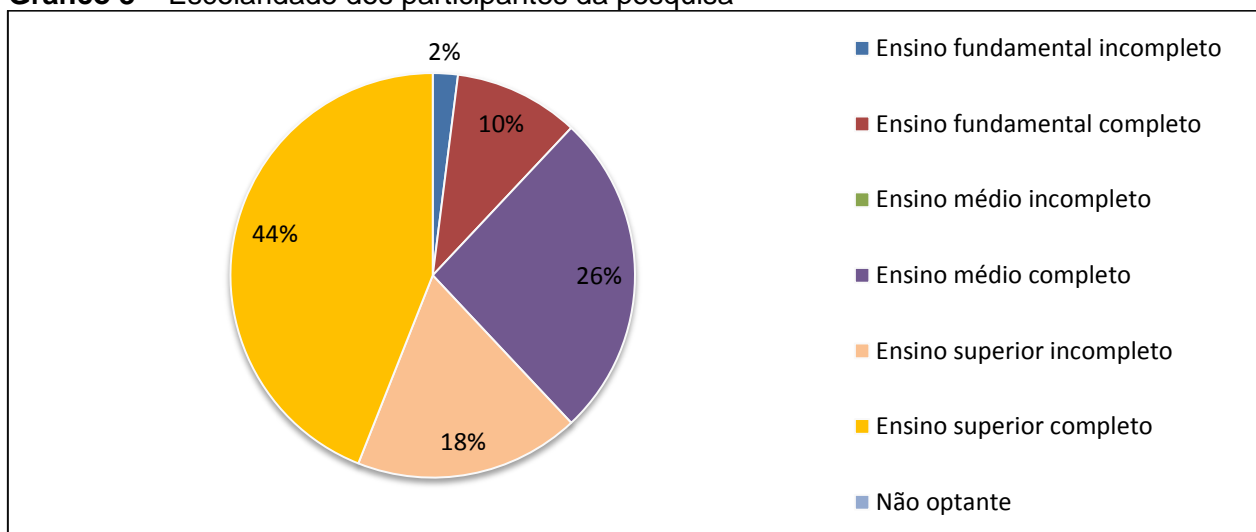
Fonte: primária

No Gráfico 2 observamos o gênero dos visitantes: 62% são do gênero feminino, 30% do masculino e 8% optaram por nenhum.

**Gráfico 2 – Gênero dos participantes da pesquisa**

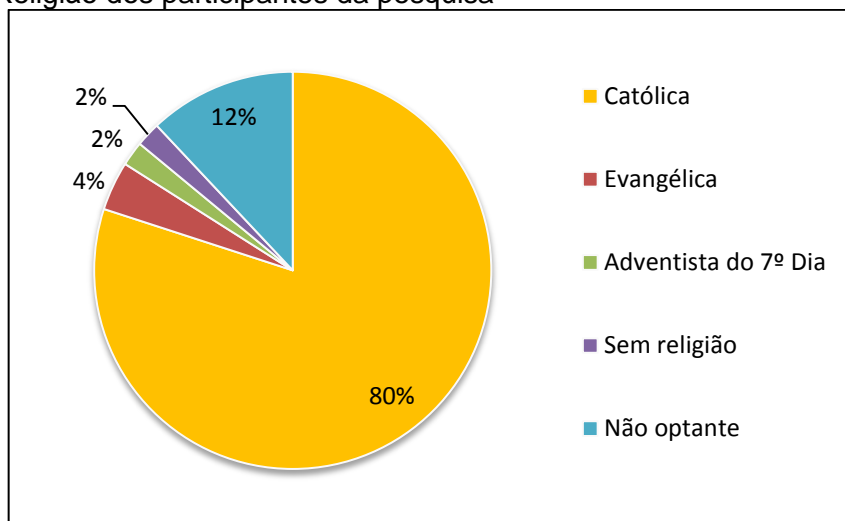
Fonte: primária

O Gráfico 3 apresenta a escolaridade dos sujeitos. Dos entrevistados, 44% possuíam ensino superior completo, 26% ensino médio completo, 18% ensino superior incompleto, 10% ensino fundamental completo e 2% optaram por não responder. Constatamos que grande parte do público é escolarizado, possui formação ou pelo menos o ensino básico completo.

**Gráfico 3 – Escolaridade dos participantes da pesquisa**

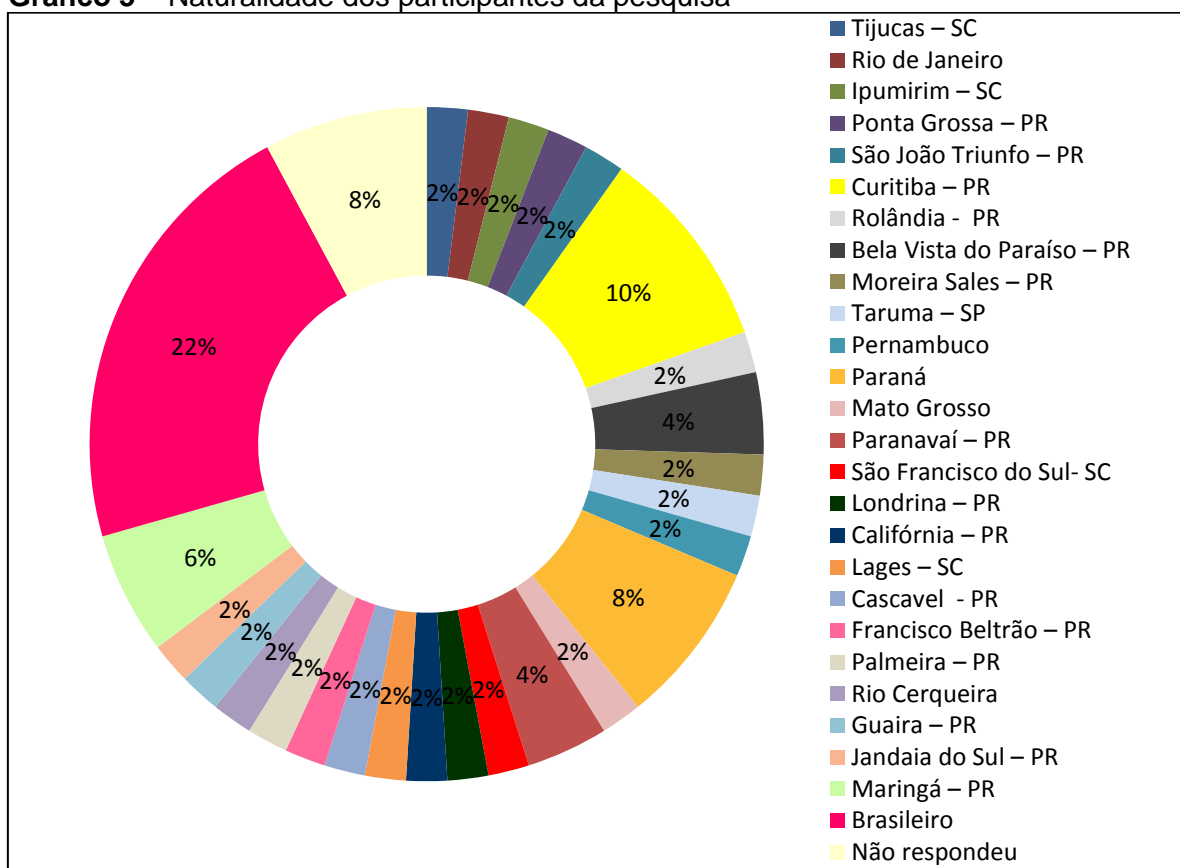
Fonte: primária

No Gráfico 4, podemos observar a religião desses visitantes, dos quais 80% se denominam católico, 12% optaram por nenhuma religião, 4% são evangélicos, 2% são adventistas, e 2% não têm religião definida. Essas informações mostram-nos que, mesmo o local sendo católico, não importa a religião dos visitantes, sua história, antiguidade e beleza atraem o público para conhecê-lo.

**Gráfico 4 – Religião dos participantes da pesquisa**

Fonte: primária

No Gráfico 5, abordamos a localidade dessas pessoas, ou seja, de onde vieram.

**Gráfico 5 – Naturalidade dos participantes da pesquisa**

Fonte: primária

Importante ressaltar que 22% das pessoas que responderam a essa questão confundiram naturalidade com nacionalidade. Conseqüentemente, um número alto de pessoas disse ser brasileiro em vez do local de nascimento. Dez por cento das pessoas eram de Curitiba (PR), 8% disseram apenas que vieram do estado do Paraná e outros 8% não responderam. Os demais vieram das mais diversas regiões do Brasil. Observamos pessoas de São Paulo, Pernambuco, Mato Grosso, Rio de Janeiro, mas os que mais se destacaram foram os paranaenses.

Após conhecer os sujeitos, partimos para as respostas abertas, em que cada um podia opinar e apontar suas impressões quanto à igreja.

A primeira pergunta foi: “em sua opinião, qual é a importância desse tipo de construção para a cidade de São Francisco do Sul? E para a fé?”. As respostas foram variadas, desde a importância para a fé, para a crença, até para a tradição, a memória e a beleza. Mas a resposta que mais obtivemos foi que tal construção é importante para a história do local e de Santa Catarina e para o turismo.

A segunda questão foi: “que sentimentos a igreja remete?”. Nas respostas encontramos amor, alegria, fé, conforto, contudo se destacou a paz. Paz foi a

resposta que mais apareceu; mais de 90% das pessoas responderam que se sentiam em paz ao adentrar no local.

Em seguida, questionamos: “qual deve ser a relação entre a igreja, a comunidade e os visitantes?”. As respostas variaram de harmoniosa, respeitável, acolhedora, unida, juntas, forte. São compreensíveis essas respostas, já que como visitante você deseja ser bem tratado nos locais que conhece, mas a recíproca precisa ser verdadeira do ponto de vista da igreja. Esta, como patrimônio que recebe as pessoas, precisa ser bem cuidada, respeitada. Mesmo a resposta sendo respeito e harmonia, em alguns momentos o que mais faltava por parte dos turistas era o respeito.

Por fim nesse eixo perguntamos: “o que levou você a visitar a igreja?”. Como resposta tivemos a fé, a beleza, a arquitetura, a história, a família, o turismo. A história e a arquitetura foram as duas respostas mais recorrentes.

Partindo para o segundo eixo, adentramos na visão desses sujeitos sobre o museu. A primeira pergunta foi: “como você percebe a relação entre a igreja e o museu?”. Os participantes disseram que percebem boa relação entre os locais e que é importante essa relação para a igreja e para a história. Lembramo-nos do capítulo 2 deste trabalho, que explica que para quem é de fora não é perceptível a tensão entre igreja e museu.

A segunda pergunta do eixo foi: “em sua opinião, qual é a importância do museu para a fé? E para a igreja?”. As respostas giraram sempre em torno da importância histórica e da fé, de contar a evolução da igreja, de transmitir esses conhecimentos.

A terceira pergunta envolveu os sentimentos que o museu remete. Aqui, mais de 90% das pessoas responderam lembranças e nostalgia, que a memória é aflorada ao entrarem no museu.

A quarta pergunta consistiu em: “o que levou você a visitar o museu?”. Novamente mais de 90% das pessoas responderam o conhecimento, a história, a curiosidade. O museu mesmo sendo menos visitado que a igreja é o que mais transmite a história do local.

Por último, nesse eixo questionamos: “ter um espaço para guardar objetos que não estão em uso na igreja é importante? Por quê?”. Em todas as respostas obtivemos resultado positivo. Todos responderam que sim, é importante guardar esses objetos, para a memória, para a história, como forma de preservar a cultura e

que as gerações futuras conheçam o passado. A importância da preservação e do cuidado com os objetos e com a memória foi fortemente representada nas respostas desses visitantes.

No terceiro eixo as pessoas deveriam apontar uma nota de 1 a 5 para a igreja se ela expressasse algumas das características listadas, sendo 1 para pouco e 5 para muito. No Quadro 1, podemos observar as respostas que obtivemos, lembrando que houve pessoas que optaram por não responder.

**Quadro 1 – Visão dos turistas sobre a Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça**

<b>Em que medida você acredita que a Igreja Nossa Senhora da Graça e o Museu Diocesano de Arte Sacra Padre Antônio Nóbrega atendem as suas expectativas em relação aos seguintes quesitos (1 = pouco e 5 = muito):</b>					
Manifestação de fé	1	2	3	4	5
			2	2	42
Representação da comunidade católica	1	2	3	4	5
			3	4	39
Expressa o que é um santuário	1	2	3	4	5
			4	7	36
Expressa o que uma matriz	1	2	3	4	5
	1		1	11	33
Importância história para a cidade	1	2	3	4	5
			1		46

Fonte: primária

É possível observar que 42 pessoas responderam que a igreja atende fortemente às expectativas como um local de manifestação de fé. Quanto à representatividade da comunidade católica, 39 participantes disseram que ela é forte. Por sua vez, 36 pensam que a igreja expressa fortemente ser um santuário, e 33 pessoas que é uma matriz. A importância do local para a história da cidade se destaca, afinal 46 pessoas pensam que a igreja expressa tal característica. Chamam-nos a atenção os valores referentes a santuário e matriz, já que como matriz a igreja possui documento, é como é costumeiramente chamada, mas santuário não, embora ainda assim represente isso para quem a visita.

Por fim, temos o eixo 4, em que queríamos algumas informações gerais sobre a visita dessas pessoas. Com isso, a primeira pergunta foi: “como visitante, qual comportamento se deve ter ao adentrar nesses locais?”. As principais respostas foram respeito, cuidado, silêncio e decência. De diversas maneiras, as pessoas sabiam o comportamento que deveriam ter, mas ainda assim muitos não o praticavam.

A segunda questão perguntava se indicariam o local para alguém e por quê. Todos que responderam ao formulário disseram que indicariam o local e a cidade para terceiros, por conta da beleza, da história, da cultura.

Por fim, perguntamos o que poderia ser melhorado na igreja. As respostas para essa questão variaram bastante. Algumas pessoas afirmaram que nada precisaria ser mudado/melhorado, que tudo era lindo. Outros apresentaram preocupação com a pintura, a parte externa da igreja, outros sobre a limpeza.

No fim do questionário havíamos colocado um quadro para observações, caso os entrevistados quisessem apontar algo que não foi perguntado. Alguns o deixaram em branco, outros parabenizaram a bela igreja e a pesquisa. No geral em todas as questões houve pessoas que optaram por não responder a uma pergunta ou outra, mas em sua maioria todos contribuíram para a investigação.

A visão que os visitantes e turistas têm de si ao fazer uso do patrimônio e ao visitá-lo é normalmente positiva, nunca negativa, isso porque costumamos ver nossos pontos positivos mais que nossos pontos negativos. Nesta etapa apresentamos as principais respostas dadas pelos participantes. A seguir, vamos cruzar algumas respostas com as observações realizadas no espaço, vendo em que ponto se cruzam e em que ponto se distanciam, além de como esse visitante e esse turista são vistos pela comunidade católica do local.

#### 4.4 RELAÇÃO ENTRE COMUNIDADE E TURISMO

Estar presente e vivenciar o patrimônio permitem que o local continue vivo, caracterizando-se e recharacterizando-se, conforme quem adentra no espaço, conforme os anos passam, conforme as apropriações ali experienciadas. Segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2010, p. 16),

vivenciar significa sentir, captar a essência, e isso se concretiza em duas formas de relação do turista com a cultura ou algum aspecto cultural: a primeira refere-se às formas de interação para conhecer, interpretar, compreender e valorizar aquilo que é o objeto da visita; a segunda corresponde às atividades que propiciam experiências participativas, contemplativas e de entretenimento, que ocorrem em função do atrativo motivador da visita.

Se seguirmos essas duas formas de relação abordadas pelo Ministério do Turismo, podemos entender as ações de alguns turistas e visitantes que vão até a igreja. A primeira ação refere-se a conhecer, interpretar, valorizar o objeto da visita. Muitos que chegam até a Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça de fato o fazem; as pessoas querem saber sobre o local, valorizam sua antiguidade e a sua beleza. A segunda consiste na participação e no entretenimento. Por ser uma igreja, você não possui muitas opções de interação, mas é possível tirar fotos, rezar, participar das missas, conhecer o museu anexo; você consegue interagir com o espaço. Essas são algumas das atitudes que muitos sujeitos ao chegarem até a igreja tomam: entram, tiram fotos, alguns se benzem e rezam, tiram mais fotos, conversam e vão embora. O tempo de duração da visita é em média de 5 a 10 minutos, tempo suficiente para observarmos os usos e as apropriações desses sujeitos.

A igreja matriz tenta manter sua relação com o divino o mais intacta possível, mas por ser adotada como um local turístico encontra dificuldades algumas vezes. Na alta temporada, no auge do verão, o local é muito visitado, e isso poderia ser prejudicial à comunidade católica local, porém pelas observações foi perceptível a adaptação dos moradores em relação ao turismo.

Nas entrevistas realizadas com a metodologia da história oral, conforme discutimos no capítulo 3, perguntamos a todos se a Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça é um ponto turístico de São Francisco do Sul. Todos os oito entrevistados responderam que sim e disseram que ter esses turistas agrega para o funcionamento da igreja, apesar de apontarem algumas ressalvas quanto a isso.

A percepção de quem trabalha na igreja daquele que vem de fora da comunidade é positiva. Para essas pessoas, tais sujeitos sempre estão em busca de algo, de cultura ou fé, até dos dois, mas sempre possuem um propósito. Padre Mário afirma que depende do olhar da pessoa, do ponto de vista em que ela se encontra ela percebe a igreja (WOJCIECHOSKI, 2017). Relembrando uma discussão teórica,



isso seria o “lugar de fala” que Foucault e Deleuze problematizam. Então, na percepção de Padre Mário:

*Quando entro na igreja, entro com o olhar religioso, com o olhar de fé, com o olhar de oração e eu entro dentro desse santuário e a beleza dele me leva a rezar. O ambiente é propício à oração, como nós falamos lá no início, e então eu entro com o objetivo religioso. Agora tem muitas pessoas que visitam a igreja com o olhar do arquiteto, com o olhar do artista, com o olhar do engenheiro etc., etc., que pode ter um foco totalmente diferente, né. E aí se tu me perguntar: “mas a maioria do povo que chega aqui, padre, são pessoas que vêm em busca da fé, vêm em busca de Deus, vêm justamente”... Eles entram na igreja e se você for ali você vai ver que eles estão ajoelhados, eles estão rezando. Têm alguns que você percebe, eles entram, mas eles vêm pra olhar a arquitetura, vêm pra ver como é que foi construído, essas questões de alguém que tem um nível superior, né (WOJCIECHOSKI, 2017).*

Já Thyego pensa que esses sujeitos chegam à igreja por diferentes motivos que seriam difíceis de mensurar:

*Aí têm diversas situações, né. Têm pessoas que buscam só o ponto turístico, pelo ponto turístico, por toda parte arquitetônica que a igreja oferece, pela história que a igreja oferece. Têm pessoas que visitam pela parte turística e pela parte religiosa e têm pessoas também acredito que possam visitar também só pela parte religiosa e acabam muitas vezes se surpreendendo com a edificação, como foi construída, enfim, a beleza que ela tem. Então eu acho que tem um pouco de cada coisa. Não dá pra mensurar se é mais um ou mais o outro, mas acho que tem um pouquinho de cada situação (OLIVEIRA, 2017).*

Como discutido anteriormente, o local recebe turistas com propósitos culturais e religiosos. Os objetivos ao adentrar na igreja mudam de pessoa para pessoa, e isso fica claro para quem é da igreja.

Tal qual apresentado no subcapítulo 4.3, uma das questões feitas para os turistas/visitantes foi: “qual é o comportamento que se deveria ter ao adentrar num patrimônio que é um templo religioso?”. Como forma de cruzar essa resposta, perguntamos às pessoas da comunidade que participaram das entrevistas orais como que deve ser a atitude, o comportamento de um turista no espaço da igreja. Para os turistas, deve-se ter respeito. Por parte da comunidade, a resposta foi a mesma. Todavia, saber que se deve ter respeito é mais fácil do que o ato de praticar o respeito. Segundo alguns entrevistados, tem pessoa que tem a consciência que o local é um templo religioso mas tem aqueles que pensam que é apenas mais um ponto turístico e que pode entrar de qualquer jeito, tanto que é necessário colocar

placas de bons comportamentos nas entradas da igreja. É necessário lembrar que mesmo que o visitante não pratique a fé do local visitado é necessário ter o devido respeito pois há pessoas que professam sua fé ali e para esta, é um lugar sagrado.

Thyego afirma que, mesmo a igreja tendo plaquinhas com os avisos, essas ocorrências continuam frequentes, e as pessoas que trabalham na igreja precisam pedir para que esse visitante se retire, coloque uma roupa adequada, faça silêncio, para os funcionários em geral da Igreja e do Museu, esse ato de pedir a colaboração do visitante para colocar uma veste, fazer silêncio é comum no cotidiano.

Na Figura 33, podemos observar as placas acima. Delas, constam um lembrete que o espaço é um lugar sagrado, que deve ser feito silêncio, pois é um local de oração, bem como que se deve manter o celular desligado ou no modo silencioso. Na segunda placa, temos as proibições: é proibido entrar com trajes de banho e sem camisa, bem como a entrada com animais. Constata-se que as placas não proíbem o visitante de andar por praticamente toda a igreja (exceto o altar-mor, mas é possível chegar bem próximo dele), tirar fotos e gravar.

**Figura 33** – Placas de boas maneiras na Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça



A

B

Fonte: primária, acervo pessoal da autora

Durante as observações realizadas ao longo dos sete meses no local, como era temporada de praia, notaram-se algumas dessas ocorrências. Presenciou-se a negligência de alguns visitantes com os avisos nas portas. Viram-se pessoas entrando com roupas de banho, apenas de biquíni com cangas curtas e/ou transparentes, crianças entrando tomando sorvete, picolé, mascando chiclete, correndo pelos corredores, grupo de pessoas falando alto, até gritaria às vezes. Embora na placa não esteja escrita a proibição de comida e bebida na igreja (algo que deveria se saber, já que o espaço é um templo), observamos um jovem entrando bebendo cerveja e com uma segunda latinha fechada na mão. A comunidade não se importa que as pessoas entrem na igreja de bermuda e chinelos, muitos da comunidade francisquense o fazem, mas eles esperam respeito com o espaço, já que o mesmo turista que respondeu sobre respeito, paz e silêncio muitas vezes é o que não pratica essas ações e se esquece de que ali é um lugar sagrado. As regras de comportamento que se tinha dentro da igreja há cinquenta anos pode ter sofrido alterações, mas ainda esperasse o decoro e o respeito pelo espaço sagrado.

Em outro momento do formulário, perguntou-se aos turistas a sensação que tinham ao entrar na igreja, e paz foi uma das respostas mais citadas. A paz em meio ao caos é difícil de encontrar, mas, mesmo entre conversas, crianças correndo, os sujeitos encontravam formas de terem paz naqueles 5 minutos de visita. Alguns rezavam, contemplavam o lugar em que estavam.

Apesar desses pontos negativos, podemos notar que outros turistas tinham comportamento totalmente diferente. Eles se benziam na entrada, dirigiam-se até um banco, ajoelhavam-se e rezavam. Depois disso, tiravam fotos, alguns nem se aproximavam do altar, questionavam a guarda se podiam se aproximar dele, falavam baixo ou nem falavam, apenas contemplavam, maravilhados. Ali você percebia a fé, um resquício do turista religioso.

Pontos positivos e negativos vêm com o turismo. Como afirma Meneses (2009, p. 27), “a forma de relacionar-se que habitante e visitantes desenvolvem com o – vamos chamar assim – ‘bem cultural’ é fundamentalmente diversa”. Mesmo sendo diversa, ela é boa, pois o local é praticado; há uma forma de utilização desse patrimônio, desse “bem cultural”, e enquanto se tem a prática existem a patrimonialidade, o uso dele, a vida, o pulsar desse bem tombado.

Se voltarmos à história contada por Meneses sobre o cartum, o autor relata: “O ‘bem cultural’ é, antes de tudo, um bem, quer dizer, coisa boa. Boa de conhecer, de ver, de sentir, de experimentar como um vínculo pessoal e comunitário e, finalmente boa de usar, de praticar – pragmaticamente é um bom lugar para rezar” (MENESES, 2009, p. 28).

Temos um bem tombado apropriado para rezar, que narra uma história, que acolhe pessoas de todos os estados e crenças, que sempre está de portas abertas para quem quiser rezar ou conhecer um pouco da cultura francisquense. Não é relevante se sua chegada se deu por motivos culturais ou religiosos. O importante é que você chegou, e ali você aprende e cresce com a comunidade e auxilia na manutenção desse patrimônio. Para a comunidade, você chegar de carro ou de barco, por meio da cultura ou da religião, não é importante. O significativo é você chegar, é estar presente e se apropriar, escrevendo juntamente com eles a história desse patrimônio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerrar estudos na área patrimonial após refletir sobre tantos desdobramentos que continuarão se fragmentando e criando novos pensamentos é um desafio. Tradicionalmente nesse ponto do trabalho se tende a realizar considerações de algumas ideias feitas ao longo dos capítulos. Vamos fazê-lo, mas cientes de que estudar as pessoas e as relações é um processo que muda diariamente. O proposto aqui não é concluir, mas sim abrir novas questões, novas abordagens, diálogos e apropriações sobre a Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça e o Museu Diocesano de Arte Sacra Padre Antônio Nóbrega. A história está em constante transformação.

Talvez sejam necessárias algumas explicações, talvez tenha surgido o porquê estudar a Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça. Por que estudar as pessoas que por ali passam e não apenas o prédio? E outros tantos porquês que vieram ao longo da leitura. Estudar uma igreja dando enfoque não apenas em seus tijolos e rochas, mas trazendo à memória aqueles que extraíram essas pedras e ergueram as paredes, foi o pilar de sustentação deste trabalho. O indivíduo é quem constrói e faz com que um prédio se mantenha em pé, vivo. É ele que faz os reparos, que faz o uso. Por isso, essa igreja, um espaço com mais de 350 anos de histórias e memórias, chamou-nos a atenção. Quando desenvolvemos este trabalho de estudar essas memórias, produzimo-lo com o intuito de restituir a memória desse espaço.

Escrever este trabalho trouxe desafios. Como historiador, aprende-se teorias, metodologias, a necessidade do pensamento crítico, das análises e da imparcialidade. Entendemos o quanto as metodologias são importantes e necessárias para uma pesquisa. Por ser cristã, em alguns momentos durante as observações dos usos desse patrimônio pelo turismo houve inquietações no tocante às atitudes de alguns turistas. Mas, sabendo da importância de entender as formas de percepção dessas pessoas, não interferimos. Pelo contrário, anotamos e geramos mais conteúdo. A escrita foi outro desafio. Ser imparcial e realizar um trabalho de pesquisa com fontes, trazendo o que os documentos apresentam, o que os entrevistados falam e o que os turistas respondem, foram dois dos maiores desafios. Um desafio por palavra, por capítulo, que foi sendo superado ao longo do trabalho.

As metodologias foram fundamentais, até porque se percebeu que apenas uma não daria conta do trabalho, por isso a necessidade de um conjunto de metodologias para esta investigação. A pesquisa bibliográfica foi a base para compreendermos a história da igreja, mas ela sozinha não supria nossas necessidades, pois são muitos anos de história e muitas lacunas abertas e documentos perdidos. Logo, ouvir a comunidade foi tão importante quanto, e a história oral foi uma metodologia laboriosa, porém prazerosa. Ouvir aqueles que fazem a história do local e verificar como a história foi sendo escrita é como um “milagre de Natal” para o historiador. Ouvir como o senhor Otinho narrava com carinho que viu a troca de piso, a construção da segunda torre, traz a história que antes estava apenas no papel para a memória da comunidade, ganha uma personagem, mostra a participação do sujeito na construção da sua igreja e da fé e transpõe um pouco de si para o prédio. Assmann (2016) afirma que a memória gera essa relação de pertencimento, e podemos perceber esse sentimento na fala de cada entrevistado.

Observar o turismo no local foi um meio de conhecer e de compreender o turismo da região e como os turistas fazem uso da igreja. Para isso, a história oral seria pouco eficaz. Portanto, optamos pelo uso de formulários, que trouxeram resultados importantes para a análise principalmente ao cruzar as respostas com as observações. Todas as metodologias se entrecruzavam e se costuravam. Foi como se estivéssemos tecendo uma colcha. Isso contribuiu muito para o entendimento do cotidiano da comunidade e das pessoas que circulam pela igreja.

Ao longo do capítulo 1, foi possível compreender a importância da Igreja Católica no início do desenvolvimento do Brasil, como ela foi um órgão fundamental para a exploração do território, na educação e principalmente para a fundação de povoados. Percebemos que a expansão do catolicismo no território brasileiro se deu sobretudo por conta do tamanho do país e do *boom* que estava ocorrendo; pessoas dirigiam-se a outras regiões e necessitavam do acompanhamento espiritual. Com São Francisco do Sul, não foi diferente. Uma cidade histórica, mas longínqua das suas sedes diocesanas, que teve sempre presente uma capela como marco territorial e religioso. Entender um pouco da burocracia da Igreja Católica no Brasil apresentou o quanto a igreja matriz estudada aqui percorreu as dioceses do Brasil e como esse prédio eclesiástico foi importante para a história de São Francisco do Sul e como cresceu e se desenvolveu juntamente com a cidade. Apresentamos essas

informações, pois muitos detalhes históricos da igreja estão ligados ao crescimento de São Francisco do Sul e, para podermos adentrar na história da igreja, era necessário contextualizar a região, o tempo e a estrutura religiosa.

Aprofundamos no capítulo 2 a história da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça. Percorremos a chegada da santa, a primeira construção, o modo como a comunidade católica francisquense sempre esteve presente auxiliando nas reformas e ampliações por que a igreja passou e até as últimas obras, como a segunda torre, a troca de piso e a instalação do museu. Nesse capítulo conseguimos abarcar um pouco dos nossos objetivos, como o levantamento e a análise bibliográfica sobre a história da cidade e da igreja e a percepção da relação entre a igreja e o museu.

São mais de 350 anos de histórias, memórias. Muitas delas ainda presentes, outras caídas no esquecimento, nas lacunas das rochas. Algumas conseguimos trazer à tona, outras seguem submersas nas memórias de algumas pessoas ou ainda continuam perdidas, esperando serem encontradas. O importante, porém, foi compreender como uma igreja contribuiu para o desenvolvimento de uma cidade e como a comunidade possui uma relação forte de pertencimento com essa igreja.

Um ponto importante para ressaltarmos aqui é lembrar que o museu foi criado por uma necessidade, e os objetos que passaram aos cuidados do museu podem ter recebido um novo contexto, um novo local de guarda, mas seus significados, seus usos primeiros não se perderam. Sua função primária ainda está presente; esses objetos apenas carregam outras apropriações, percepções, além daquelas existentes, pois, como afirma Eco (2013 *apud* BRITO, 2017), o sinal gera o significante e dele o significado, mas isso só é possível por intermédio da interpretação da relação do homem com o objeto. Por isso, os objetos que geram significados são os mesmos, apenas os significantes que surgem com eles é que recebem novos olhares.

Pudemos perceber um pouco da relação entre a igreja e o museu e notamos algumas tensões entre os espaços. Os locais igreja e museu devem melhorar essa relação e juntos os dois devem trabalhar para agregar a história e a memória religiosa que narram, afinal, como diz Assmann (2016), a memória cultural está nos símbolos, nas festas, nas construções. Verificamos que ambos os espaços carregam essa memória e a transmitem a quem chega ao local. É importante essa troca de saberes e que os espaços sejam parceiros, pois juntos trabalharão para o crescimento e fortalecimento da comunidade católica.

No capítulo 3 trazemos uma mudança de foco; olhamos para esse sujeito construtor da história. Constatamos quanto a religião e a fé estão fortemente marcadas no trabalho dos empregados da igreja, além de como no olhar deles é importante ter espiritualidade para trabalhar no local e como isso influencia nas tomadas de decisões do dia a dia. Também é relevante a participação da comunidade na igreja; eles tiram tempo para serem voluntários no local, para ir até a igreja para rezar. Essas pessoas estão presentes. Observar a fé e devoção que o francisquense católico possui foi importante para compreender como a igreja sobrevive a esses 350 anos, como as ações dessas pessoas contribuem para a manutenção e vivência do local.

No quarto e último capítulo, pudemos conhecer outra forma de apropriação da igreja matriz. Entender a diferença entre turismo cultural e turismo religioso foi a chave para apreender os usos que essas pessoas que chegam até a igreja fazem do local. A igreja matriz é aberta ao turismo, aceita e acolhe esse turista mesmo que em algumas ocasiões suas ações não condigam com o espaço. Apesar dessas ações, a igreja fica feliz por ter esse sujeito conhecendo sua história, sua construção. A comunidade adaptou-se à presença desse visitante, desse turista, pois percebe que eles agregam à igreja e que a igreja ensina muito a esse viajante. Trata-se de uma troca de conhecimentos, de saberes, uma troca cultural e espiritual.

A pesquisa que realizamos buscou pensar o patrimônio cultural e religioso com as pessoas não apenas por a igreja ser um bem tombado, mas pela importância que esses sujeitos agregam a ela. A patrimonialidade ali presente é o que nos chamou a atenção, esse valor atribuído a uma construção que sobrevive há mais de 350 anos. Por isso, todas as entrevistas feitas e observações de campo foram importantes para construir este trabalho, pois essas ações e os pequenos gestos construíram esta dissertação. Buscamos assim trazer o olhar do sujeito, uma perspectiva dos usos e das apropriações da igreja matriz para a comunidade de São Francisco do Sul. Procuramos contribuir para a história do local, mas, além disso, ressoar as vozes dessas pessoas, que elas possam ser ouvidas e transmitidas para outras gerações, colaborando com a história da Igreja, que essa história não se perca nem seja destruída novamente, que os esquecimentos e as lacunas sejam preenchidos. Nada foi feito sozinho. Este trabalho só aconteceu pois contou com a narração e com a fé de uma comunidade em relação a Nossa Senhora da Graça.



Uma das coisas mais importantes deste estudo foi poder contribuir com a história da igreja, um viés ainda pouco explorado e rico em memória, em história e com pessoas dispostas a narrar e a colaborar. Como afirma Thyego em sua entrevista:

*Esse viés não só religioso que tu busca, mas também cultural, turística, junta tudo, mas acho interessante pessoas ainda buscar esse sentido na academia. [...] Ter pessoas que ainda se preocupam com isso acho que é importante pra sociedade, importante pra igreja, importante pras pessoas que terão a oportunidade de ter acesso a esse teu material. [...] Acho que esse teu material vai ser também de profunda importância nesse sentido. Quem tiver posse dele pode fazer um encontro cultural, mas também um encontro com Deus, um encontro religioso. [...] De modo geral, o povo precisa saber, precisa conhecer o estudo que tu tá formalizando, faz parte da história desse povo, faz parte da história da igreja (OLIVEIRA, 2017).*

Essa importância que o trabalho tem para o local e para a história dele faz com que as vozes sejam ouvidas, transcritas e transmitidas neste trabalho e com ele sejam propagadas para outras pessoas.

É importante ressaltar. O patrimônio chamado Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça é um só, mas os usos, as apropriações, as (re)apropriações são diversos, mutáveis e dinâmicos. Eles estão à mercê do tempo e das práticas; tudo depende daquele sujeito que chega ao local e faz uso dele. Por isso, observar esses três grupos de sujeitos (trabalhadores, comunidade e turistas) mostrou-nos diferentes formas de percepções e usos, mas, ainda assim, um mesmo patrimônio. Lembrarmos que mesmo nesses grupos há todo o tipo de indivíduo e de apropriação. A igreja, contudo, não deixará de ser menos ou mais igreja; ela sempre será a Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, um patrimônio da cidade de São Francisco do Sul.

Trabalhamos aqui apenas um fragmento desses mais de 350 anos de história. Respondemos algumas dúvidas, trouxemos outras e deixamos o caminho aberto para futuros pesquisadores, cientes de que nosso objetivo de compreender essas possíveis relações entre um patrimônio e diferentes grupos de indivíduos foi alcançado.

## REFERÊNCIAS

A NOTÍCIA. Joinville, 24 jan. 1968.

\_\_\_\_\_. Especial 509 anos de São Francisco do Sul. **A Notícia**, Joinville, abr. 2013.

AGÊNCIA ESTADO. Uma em cada nove cidades do país tem nome de santo. **G1**, 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/09/uma-em-cada-nove-cidades-do-pais-tem-nome-de-santo.html>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALEXANDRE, A. **São Francisco do Sul: ex-ilha terra de sonhos e tradição**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1972.

ALVES, Maria Cristina. **Salvamento e monitoramento arqueológico em área do entorno da igreja matriz de São Francisco do Sul – SC**. Relatório Final. Joinville: Vinelle, Serviços e Terraplanagem. set. 2004.

ANDRADE, Marta M. de. Prática do espaço, experiência do corpo: Sennett e a cidade. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 4, p. 291-308, jan./dez. 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v4n1/a20v4n1.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

ARQUIDIOCESE DE CURITIBA. **Portal**. Disponível em: <<http://arquidiocesedecuritiba.org.br/mitra-da-arquidiocese-de-curitiba/>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

ARQUIDIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. **Portal**. Disponível em: <<http://arquifln.org.br/historia/>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Portal**. Disponível em: <<http://www.arquisp.org.br/provincia-elesiastica>>. Acesso em: 6 mar. 2018.

ARQUIDIOCESE DO RIO DE JANEIRO. **Portal**. Disponível em: <[http://arqrio.org/curia/anuario/historico\\_da\\_arquidiocese](http://arqrio.org/curia/anuario/historico_da_arquidiocese)>. Acesso em: 9 jan. 2018.

ASSMANN, Jan. Memória comunicativa e memória cultural. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, n. 1, v. 19, p. 115-127, 2016. Disponível em: <<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=642>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

BARROZO, Victor Breno Farias. **Crise de transmissão da memória religiosa entre as novas juventudes pentecostais como desafio institucional para unidade nos próximos anos: notas teóricas**. 2015. Disponível em: <[http://www.academia.edu/22517830/A\\_crise\\_de\\_transmiss%C3%A3o\\_da\\_mem%C3%B3ria\\_religiosa\\_entre\\_as\\_novas\\_juventudes\\_pentecostais\\_como\\_desafio\\_instituc](http://www.academia.edu/22517830/A_crise_de_transmiss%C3%A3o_da_mem%C3%B3ria_religiosa_entre_as_novas_juventudes_pentecostais_como_desafio_instituc)>

ional\_para\_unidade\_nos\_pr%C3%B3ximos\_anos\_notas\_te%C3%B3ricas>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BARTLE, Phil. **O que é comunidade**. Tradução de Sofia Ferreira Fernandes. 2011. Disponível em: <<http://cec.vcn.bc.ca/mpfc/whatcomp.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BASTOS, Rodrigo Almeida. **A maravilhosa fábrica de virtudes: o decoro na arquitetura religiosa de Vila Rica, Minas Gerais (1711-1822)**. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo)–Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BENITEZ, Cristina Paredes. **Arquitetura de templos sagrados**. México: Reditar Libros, 2009.

BERGER, Peter L. **O dossel sagrado, elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Paulinas, 1985.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. São Paulo: Martins e Fontes, 2006.

BEZERRA, José de Moura. **Pequena história de São Francisco do Sul, fragmentos históricos de São Francisco do Sul**. 1976.

BÍBLIA. **Bíblia Sagrada Ave-Maria**. 141. ed. São Paulo: Ave Maria, 2001. 1.632 p.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou o ofício de historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOFF, Leonardo O. F. M. **O rosto materno de Deus**. Ensaio interdisciplinar sobre o feminino e suas formas religiosas. Petrópolis: Vozes, 1979.

BONJARDIM, Solimar Guindo Messias; ALMEIDA, Maria Geralda de. **Apropriação simbólica do território: o catolicismo em Sergipe**. Disponível em: <<http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/sernne/artigo68.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1994.

BRASIL. **Constituição Brasileira**. Brasil, 1988. Disponível em: <[http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_216\\_.asp](http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp)>. Acesso em: 16 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Dados e fatos: glossário**. Brasil: Ministério do Turismo, 2006. Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/gloss%C3%A1rio-do-turismo/901-t.html>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação-

Geral de Segmentação. **Segmentação do turismo e o mercado**. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

\_\_\_\_\_. **São Francisco do Sul**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/santacatarina/saofranciscodosul.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BRITO, Luiz Felipe Martins de. **Paisagem imaginada e poder religioso, a catedral como espelho**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)–Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

BRUEL, Guilherme Augusto Ramos. **Guilherme Augusto Ramos Bruel: entrevista** [29 nov. 2017]. São Francisco do Sul. Entrevista concedida a Beatriz Rengel.

CÂMARA, Rinaldo Pereira. **Brasilidade e catolicismo: esboços históricos**. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1971.

CANÇÃO NOVA. **Saiba o que é província eclesiástica**. 2011. Disponível em: <<https://noticias.cancaonova.com/brasil/saiba-o-que-e-provincia-eclesiastica/>>. Acesso em: 6 mar. 2018.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2014.

CARDOSO, Karina Vianna. A Igreja Católica no estado de Santa Catarina e suas territorialidades espaço e cultura. **UERJ**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 18-30, jan. 2007. Disponível em: <[www.e-publicacoes\\_teste.uerj.br/ojs/index.php/espacoecultura/article/download/.../2427](http://www.e-publicacoes_teste.uerj.br/ojs/index.php/espacoecultura/article/download/.../2427)>. Acesso em: 20 fev. 2018.

CASTRO, Padre Juarez de. **O que é um santuário**. 23 fev. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rNOIDUH6VS0>>. Acesso em: 30 maio 2018.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 1: artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich Orth. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

CÓDIGO DO DIREITO CANÔNICO. Atualizado com a Carta Apostólica sob a forma de *Motu Próprio Ad Tuendam Fidem*. Braga: Editorial Apostolado da Oração, 1998.

COELHO, Ilanil. Patrimônio material e imaterial. *In: AUDIÊNCIA PÚBLICA*, 2015. Joinville: Assembleia Legislativa do Estado De Santa Catarina, 2015.

COHN, Gabriel. **Crítica e resignação, fundamentos da sociologia de Max Weber**. São Paulo: Ática, 1979.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Difusão e territórios diocesanos no Brasil: 1551-1930. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**,

Barcelona, v. X, n. 218 (65), 1.º ago. 2006. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-65.htm>>. Acesso em: 14 set. 2018.

CUNHA, Licínio. A definição e o âmbito do turismo: um aprofundamento necessário. **RECIL Repositório Científico Lusófona**, 2010. Disponível em: <<http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/665>>. Acesso em: 8 ago. 2018.

DIAS, Maria Cristina. Museu de Arte Sacra e integrantes da comunidade guardam histórias da Paróquia Francisquense. **Notícias do Dia**, Joinville, 8. set. 2015. Disponível em: <<https://ndonline.com.br/joinville/noticias/museu-de-arte-sacra-e-integrantes-da-comunidade-guardam-historias-da-paroquia-francisquense>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

DIAS, Reinaldo; SILVEIRA, Emerson J. S. da (Orgs.). **Turismo religioso: ensaios e reflexões**. Campinas: Alínea, 2003.

DICIONÁRIO LINGUA PORTUGUESA. **Município**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/municipio/>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

DICIONÁRIO MICHAELIS. **Portal**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/pen%C3%ADnsula/>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

DIOCESE DE JOINVILLE. **Portal**. Disponível em: <<http://www.diocesejoinville.com.br/diocese/institucional>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

DIOGO, Érica. **Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos**. Brasília: Iphan/Programa Monumenta, 2009.

DUBY, Georges; LARDREAU, Guy. **Diálogos sobre a nova história**. Tradução de Teresa Meneses. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FARIAS, Vilson. **Dos Açores ao Brasil Meridional: uma viagem no tempo – 500 anos de litoral catarinense**. Florianópolis: Ed. do Autor, 2000. p. 312-313.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_. **O Brasil Colonial (1500-1822): Estado e Igreja**. São Paulo: Edusp, 1996. p. 54-56.

FRANCISCANOS. **Portal**. 2018. Disponível em: <[http://franciscanos.org.br/?page\\_id=1223](http://franciscanos.org.br/?page_id=1223)>. Acesso em: 24 out. 2018.

GEERTZ, Cliffford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. Espaço sagrado: estudo em geografia da religião. Curitiba: IBPEX, 2008. 163p. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 31, n. 1, 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/15406>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

GLUCK, Renê. **Perfil Cultural**: São Francisco do Sul. Cultura Profile. Guaramirim: Gluck Edições, 2014.

GODINHO, Padre Antônio de Oliveira *et al.* **Museu de Arte Sacra Mosteiro da Luz, MAS**. São Paulo: Editora Artes, 1987.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul./dez. 2006.

HOORNAERT, Eduardo. **A igreja no Brasil colonial (1550-1800)**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

HOSTIN, Geraldo. **Geraldo Hostin**: entrevista [abr. 2018]. Entrevista concedida a Beatriz Rengel.

HUXLEY, Francis. **O sagrado e o profano**: duas faces da mesma moeda. Tradução de Raul José de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Primor, 1977.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **São Francisco do Sul**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-francisco-do-sul>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Portal**. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/os-museus/o-que-e-museu/>>. Acesso em: 9 abr. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO (Embratur). **Lendas e folclore de São Francisco do Sul**. Guia Cultural e Turístico de São Francisco do Sul. Brasil: Embratur, 2000/2001.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). **Instrumentos de proteção**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/275>>. Acesso em: 2 maio 2018a.

\_\_\_\_\_. **Patrimônio material**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>>. Acesso em: 17 abr. 2018b.

\_\_\_\_\_. **Portal**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/sc/pagina/detalhes/668>>. Acesso em: 10 jul. 2018c.

\_\_\_\_\_. **Processo de tombamento do Centro Histórico de São Francisco do Sul Número 1163-T-85**. Iphan, 1987.

JESUS, Eduardo Taborda de. Turismo religioso: los católicos y la búsqueda de sentido. **Estudios y Perspectivas em Turismo**, Buenos Aires, v. 28, n. 2, abr. 2018.

Disponível em: <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1851-17322018000200014](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1851-17322018000200014)>. Acesso em: 26 nov. 2018.

KARNAL, Leandro; FERNANDES, Luiz E. de Oliveira. **Santos fortes: raízes do sagrado no Brasil**. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2017.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 86, mar. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002010000100005#link03](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000100005#link03)>. Acesso em: 10 jul. 2018.

LABORATÓRIO TEOLÓGICO. Qual a diferença entre diocese e arquidiocese, bispo e arcebispo? Disponível em: <<https://sites.google.com/site/laboteste/home/qual-a-diferenca-entre-diocese-e-arquidiocese-bispo-e-arcebispo>>. Acesso em: 6 mar. 2018.

LE GOFF, Jacques. **Em busca do tempo sagrado**. Tiago de Varazze e a Lenda Dourada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

\_\_\_\_\_. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LE MOS, Giovanni Francisco da Silva. **Giovanni Francisco da Silva Lemos: entrevista** [22 nov. 2017]. São Francisco do Sul. Entrevista concedida a Beatriz Rengel.

LIMA, Carlos José Pereira. **Carlos José Pereira Lima: entrevista** [27 nov. 2017]. São Francisco do Sul. Entrevista concedida a Beatriz Rengel.

LIMA, Maurilio Cesar de. **Breve história da Igreja no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Loyola/Restauração, 2001.

LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**, Belém, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.-abr. 2011.

LOWY, Michel. Sobre o conceito de “afinidade eletiva” em Max Weber. Tradução de Lucas Amaral de Oliveira e Mariana Toledo Ferreira. **Plural**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 129-142, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/74543/78152>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

MAIO, Carlos Alberto. Turismo religioso e desenvolvimento local. **Publicatio UEPG**, Ponta Grossa, v. 12, n. 1, p. 47-52, jun. 2004. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/503>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

MANZOTTI, Reginaldo. **Mãe de todos, Maria**. Rio de Janeiro: Agir, 2011.

MARQUES, Leonardo Arantes; COUTINHO, Emília Ap. dos Santos. **Compêndio de religiões e espiritualidades**. São Paulo: Ícone, 2010. p. 491-494.

MELO, Fábio de; KARNAL, Leandro. **Crer ou não crer: uma conversa sem rodeios entre um historiador ateu e um padre católico.** São Paulo: Planeta, 2017.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. *In: FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL*, 1., 2009, Ouro Preto. **Anais...** 2009. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/MENESES\\_Ulpiano\\_O-campo-do-patrimonio-cultural---uma-revisao-de-premissas.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/MENESES_Ulpiano_O-campo-do-patrimonio-cultural---uma-revisao-de-premissas.pdf)>. Acesso em: 13 jul. 2017.

MUSEU DIOCESANO DE ARTE SACRA PADRE ANTÔNIO NÓBREGA. **Plantas Baixas da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça.** [s.d.].

NOLASCO, Simone Ribeiro. **Patrimônio cultural religioso: a herança portuguesa nas devoções da Cuiabá Colonial.** Cuiabá: Entrelinhas/EDUFMT, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Thyego Carvalho de. **Thyego Carvalho de Oliveira: entrevista** [27 nov. 2017]. São Francisco do Sul. Entrevista concedida a Beatriz Rengel.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Patrimônio Imaterial.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao%20Salvaguarda%20OPatrim%20Cult%20Imaterial%202003.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

OTTO, Rudolf. **O sagrado: os aspectos irracionais na noção do divino e a sua relação com o racional.** Tradução de Walter O. Schlupp. São Leopoldo: Sinodal/EST; Petrópolis: Vozes, 2007.

PAPA JOÃO PAULO II. **Código do direito canônico da igreja católica.** Braga: Editorial Apostolado da Oração, 1983.

PARANÁ. Secretaria do Estado do Paraná. Coordenação de Patrimônio Cultural. **Tombamentos: conceitos.** Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=4#1>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

PASSOS, Maria do Carmo. **Maria do Carmo Passos: entrevista** [29 nov. 2017]. São Francisco do Sul. Entrevista concedida a Beatriz Rengel.

PAULI, Roberta Cristina Silva. **Representações sociais sobre o centro histórico tombado de São Francisco do Sul.** Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade)–Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2010.

PENA, Rodolfo Alves. **Cidade e município: qual a diferença?** Disponível em: <<http://brasilescola.uol.com.br/geografia/cidade-municipio-qual-diferenca.htm>>. Acesso em: 25 fev. 2018.



PEREIRA, Carlos da Costa. **História de São Francisco do Sul**. Florianópolis: Ed. da UFSC/Prefeitura de São Francisco do Sul, 1984.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral; CHRISTOFFOLI, Ângelo Ricardo. A evolução dos santuários católicos brasileiros: os casos de Aparecida-SP, Iguape-SP e Nova Trento-SC e a caracterização dos seus visitantes. **Cultura e Turismo**, ano 7, n. 2, jun. 2013.

PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: BRDE, 1982.

\_\_\_\_\_. **A Igreja em Santa Catarina**: notas para sua história. Florianópolis: Edição do Governador de Santa Catarina, 1977.

\_\_\_\_\_. **Santa Catarina**: história da gente. Florianópolis: Lunardelli, 1989.

\_\_\_\_\_. **Santa Catarina**: sua história. Florianópolis: Editora da UFSC/Lunardelli, 1983.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. Disponível em: <[http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf)>. Acesso em: 23 out. 2018.

PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA. **Documentos**. Disponível em: <[http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_commissions/pcchc/documents/rc\\_com\\_pcchc\\_index-documents\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_commissions/pcchc/documents/rc_com_pcchc_index-documents_po.html)>. Acesso em: 10 abr. 2018.

PORTUGAL. **Ilha da Madeira - Funchal**. Disponível em: <<http://www.portugal-live.net/P/places/funchal.html>>. Acesso em: 6 mar. 2018.

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS. **Noções Básicas do Turismo**. Florianópolis: Prefeitura de Florianópolis, 2009. Disponível em: <[http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/11\\_11\\_2009\\_12.49.07.432d004c9d8ab2ee89f865e5710b8bd7.pdf](http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/11_11_2009_12.49.07.432d004c9d8ab2ee89f865e5710b8bd7.pdf)>. Acesso em: 11 set. 2018.

PRETTE, Maria Clara. **Para entender a arte**. São Paulo: Globo, 2008. p. 8-17. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/69215560/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

PRIORE, Mary del. **Religião e religiosidade no Brasil Colonial**. São Paulo: Ática, 1994.

RABUSKE, Padre Arthur S. J. **A secular matriz Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo, RS**. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1978. v. 5.

RICARDO, Padre Rodson. **Espaço cristão**. ago. 2009. Disponível em: <<http://anatividade.blogspot.com.br/2009/08/o-espaco-sagrado-cristao.html>>. Acesso em: 23 maio 2017.

ROCHA, Thiago V. C.; BELCHIOR, Maria Helena C. da Silva. A intersecção entre peregrino e turista religioso: os diferentes caminhos ao sagrado. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 274-298, ago. 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/rta/article/view/113341/117558>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

RODRIGUES, Otto. **Otto Rodrigues**: entrevista [29 nov. 2017]. São Francisco do Sul. Entrevista concedida a Beatriz Rengel.

ROQUE, Maria Isabel. **O Sagrado no Museu**. Lisboa: Universidade Católica, 2011. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/62462947.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

RUCKSTADTER *et al.* **Glossário**: Padroado. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_padroado2.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_padroado2.htm)>. Acesso em: 6 mar. 2018.

S. THIAGO, Raquel. **São Francisco do Sul, memória e história**: anotações de Manoel Deodoro de Carvalho. Joinville: Editora Univille, 2014. Acervo do Museu Histórico Jose Schmidt.

SALA, Gabriela Cubaski. **Patrimônio religioso cultural**: memória e identidade na Igreja do Bom Jesus do Saivá, Antonina/PR. 2014. Disponível em: <<http://www.erh2014.pr.anpuh.org/anais/2014/404.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

SALVADOR, Carlos Corral; EMBIL, José Maria Urteaga. **Dicionário de direito canônico**. São Paulo: Loyola, 1989. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=BsLKGNvzzfYC&pg=PA58&lpg=PA58&dq=Arciprestado+o+que+%C3%A9&source=bl&ots=n1mZYe6r5s&sig=d\\_h6vD2O7OM1CKFZ5eWt2DswxtY&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwia9oGxq-nZAhXJIZAKHfr7B2UQ6AEIbDAK#v=onepage&q=Arciprestado%20o%20que%20%C3%A9&f=false](https://books.google.com.br/books?id=BsLKGNvzzfYC&pg=PA58&lpg=PA58&dq=Arciprestado+o+que+%C3%A9&source=bl&ots=n1mZYe6r5s&sig=d_h6vD2O7OM1CKFZ5eWt2DswxtY&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwia9oGxq-nZAhXJIZAKHfr7B2UQ6AEIbDAK#v=onepage&q=Arciprestado%20o%20que%20%C3%A9&f=false)>. Acesso em: 13 mar. 2018.

SANTOS, Cristian Oliveira. Os primeiros arquivos eclesiásticos brasileiros (1551-1854): diagnóstico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 3, n. 1, 2007. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/28>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

SANTOS, Silvio Coelho dos *et al.* (Org.). **São Francisco do Sul**: muito além da viagem de Gonville. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

SANTOS E ÍCONES CATÓLICOS. **Significado e simbolismo de Nossa Senhora das Graças**. Disponível em: <<http://www.cruzterrasanta.com.br/significado-e-simbolismo-de-nossa-senhora-das-gracas/283/103/>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

SÃO FRANCISCO DO SUL: SANTA CATARINA. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/santacatarina/saofranciscodosul.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

SARMENTO, Christiane Finizola. **Povoações, freguesias e vilas na Paraíba colonial: pombal e Souza – 1697-1800**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)–Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/12299>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

SCHWARZ, Clóvis Correa. **Clóvis Correa Schwarz**: entrevista [29 nov. 2017]. São Francisco do Sul. Entrevista concedida a Beatriz Rengel.

SEIBEL, Nelci Terezinha (Org.). **São Francisco do Sul 500 anos**: construções históricas. Joinville: S&A Editora, 2004.

SERPA, Élio Cantalício. **Igreja e poder em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

SILVA, Ângela Cristina da. **Histórias e lendas de São Francisco do Sul**. Joinville: Letradágua, 2004.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Renata; SANTOS, Roselys I. C. dos; CRISTOFOLINI, Duane. Turismo religioso: transformações sócio-culturais em Nova Trento – SC. **Empreendendo no Turismo**, Caxias do Sul, 2004. Disponível em: <<https://www.uces.br/site/midia/arquivos/79-turismo-religioso.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

SILVEIRA, Octavio. **Frades Franciscanos**. Museu Histórico de São Francisco do Sul, 1980a. Acervo da Biblioteca Municipal de São Francisco do Sul.

\_\_\_\_\_. **Milagre de Nossa Senhora da Graça**. Museu Histórico de São Francisco do Sul, 1980b. Acervo da Biblioteca Municipal de São Francisco do Sul.

\_\_\_\_\_. **Nossa Senhora da Graça**. Museu Histórico de São Francisco do Sul, 1980c. Acervo da Biblioteca Municipal de São Francisco do Sul.

\_\_\_\_\_. **O relógio da torre de Nossa Matriz**. Museu Histórico de São Francisco do Sul, 1980d. Acervo da Biblioteca Municipal de São Francisco do Sul.

SOUZA JR., Rogério. É aberto em São Francisco do Sul o Museu de Arte de Sacra. **Notícias do Dia**, Joinville, 12 maio 2013. Disponível em: <<https://ndonline.com.br/joinville/plural/e-aberto-em-sao-francisco-do-sul-o-museu-de-arte-de-sacra>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

SUDRÉ, Stephanni G. S. Conceitos básicos do turismo: visitantes, turistas e excursionistas. **Turismóloga Stephanni**, 2013. Disponível em: <<http://turismologa.blogspot.com/>>. Acesso em: 11 set. 2018.

URIARTE, Urpi Montoya. Produção do espaço urbano pelos homens ordinários: antropologia de dois micro-espços na cidade de Salvador. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 15, n. 36, p. 115-134, ago./dez. 2014.

VATICANO. Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja. **Carta circular “A função pastoral dos museus eclesiásticos”**. Disponível em: <[http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_commissions/pcchc/documents/rc\\_com\\_pcchc\\_20010815\\_funzione-musei\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_commissions/pcchc/documents/rc_com_pcchc_20010815_funzione-musei_po.html)>. Acesso em: 10 jul. 2018.

VEIGA-NETO, Alfredo. Anotações sobre a escrita. *In*: OLIVEIRA, A.; ARAÚJO, E.; BIANCHETTI, L. (Orgs.). **Formação do investigador: reflexões em torno da escrita/pesquisa/autoria e a orientação**. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, 2014.

WESTPHAL, Euler Renato. Linguagem como representação: uma breve aproximação hermenêutica. *In*: LAMAS, Nadja de Carvalho; JAHN, Alena Rizi Marmo (Orgs.). **Arte e cultura: passos, espaços e territórios**. Joinville: Editora Univille, 2012.

\_\_\_\_\_. Educação, cultura e sociedade: Lutero e o mandato cultural. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LUTERO: IGREJA SEMPRE EM REFORMA, 19., 2013, São Bento do Sul. **Anais...** São Bento do Sul: União Cristã, 2013.

WIRTH, Lauri Emilio. A memória religiosa como fonte de investigação historiográfica. **Estudos de Religião**, São Bernardo do Campo, v. 25, p. 171-183, 2003. Disponível em: <<http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2013/11/La.doc>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

WOJCIECHOSKI, Mário. **Mário Wojciechoski: entrevista** [22 nov. 2017]. São Francisco do Sul. Entrevista concedida a Beatriz Rengel.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 51, jan./jun. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882006000100012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000100012)>. Acesso em: 25 out. 2018.

## **ANEXOS**

ANEXO A – PROCESSO DE TOMBAMENTO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO FRANCISCO DO SUL N.º 1163-T-85

ANEXO B – DOCUMENTO DE FUNDAÇÃO DA VILA DE SÃO FRANCISCO, DO ACERVO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL

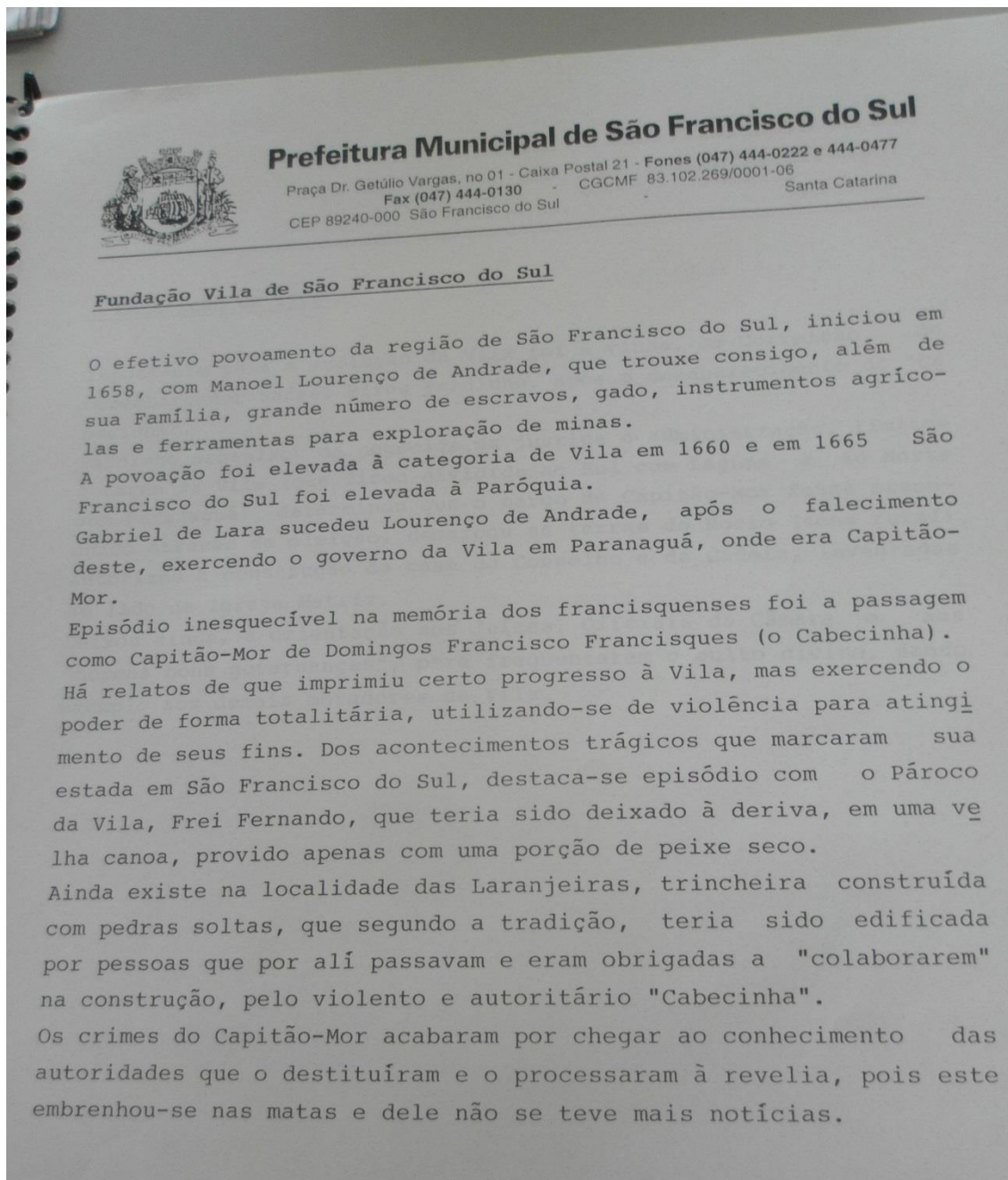
ANEXO C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA

ANEXO D – PLANTAS DA IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA GRAÇA

ANEXO A – PROCESSO DE TOMBAMENTO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO FRANCISCO DO SUL N.º 1163-T-85

Para visualizar o documento completo acesse o link abaixo:  
<https://1drv.ms/f/s!Aqajq239BwLFjTnznHCzSbS3pJVT>

ANEXO B – DOCUMENTO DE FUNDAÇÃO DA VILA DE SÃO FRANCISCO, DO  
ACERVO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL



## ANEXO C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA



UNIVERSIDADE DA REGIÃO  
DE JOINVILLE UNIVILLE



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A (INTER)RELAÇÃO (I)MATERIAL DA MATRIZ NOSSA SENHORA DA GRAÇA COM O MUSEU DIOCESANO DE ARTE SACRA PADRE ANTONIO NOBREGA (2000) ;

**Pesquisador:** BEATRIZ RENGEL

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 77113617.0.0000.5366

**Instituição Proponente:** FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE - UNIVILLE

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.378.179

#### Apresentação do Projeto:

De acordo com o Parecer consubstanciado nº 2.336.548.

#### Objetivo da Pesquisa:

De acordo com o Parecer consubstanciado nº 2.336.548.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo com o Parecer consubstanciado nº 2.336.548.

#### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

De acordo com o Parecer consubstanciado nº 2.336.548.

#### Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora atendeu às solicitações do CEP Univille, conforme a carta-resposta, anexando os instrumentos para efetivar a coleta de dados. Este está de acordo com a Resolução CNS 466/12.

#### Recomendações:

Após finalizar a pesquisa, o (a) pesquisador (a) responsável deve enviar ao Comitê de Ética, por meio do sistema Plataforma Brasil, o Relatório Final (modelo de documento na página do CEP no site da Univille Universidade).

Segundo a Resolução 466/12, no item

Endereço: Rua Paulo Melchitzki, nº 10, Bloco B, Sala 117, campus Bom Retiro

Bairro: Zona Industrial CEP: 89.219-710

UF: SC Município: JOINVILLE

Telefone: (47)3481-0226

E-mail: comite@univille.br





UNIVERSIDADE DA REGIÃO  
DE JOINVILLE UNIVILLE



Continuação do Parecer: 2.375.179

#### XI- DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

XI.2 - Cabe ao pesquisador:

d) Elaborar e apresentar o relatório final;

Modelo de relatório para download na página do CEP no site da Univille Universidade.

#### Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto "A (INTER)RELAÇÃO (I)MATERIAL DA MATRIZ NOSSA SENHORA DA GRAÇA COM O MUSEU DIOCESANO DE ARTE SACRA PADRE ANTONIO NOBREGA (2000 a 2015)", sob CAAE "77113617.0.0000.5366" teve suas pendências esclarecidas pelo (a) pesquisador(a) "BEATRIZ RENGEL", de acordo com a Resolução CNS 466/12 e complementares, portanto, encontra-se APROVADO.

Informamos que após leitura deste parecer, é imprescindível a leitura do Item "O Parecer do CEP" na página do Comitê no site da Univille, pois os procedimentos seguintes, no que se refere ao enquadramento do protocolo, estão disponíveis na página. Segue o link de acesso <http://www.univille.edu.br/pt-BR/a-univille/proneitorias/prppg/setores/area-pesquisa/comite-etica-pesquisa/status-parecer/645062>.

#### Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade da Região de Joinville - Univille, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_939534.pdf	23/10/2017 16:05:06		Aceito
Outros	formulario_para_pesquisa_campo.docx	23/10/2017 16:04:40	BEATRIZ RENGEL	Aceito
Outros	roteiro_das_entrevistas_orais.docx	23/10/2017 16:03:56	BEATRIZ RENGEL	Aceito
Outros	Carta_Resposta.docx	23/10/2017 16:01:40	BEATRIZ RENGEL	Aceito
TCLE / Termos de	TCLE_Beatriz.docx	20/09/2017	BEATRIZ RENGEL	Aceito

Endereço: Rua Paulo Melchitzki, nº 10, Bloco B, Sala 117, campus Bom Retiro

Bairro: Zona Industrial

CEP: 89.219-710

UF: SC

Município: JOINVILLE

Telefone: (47)3461-9236

E-mail: [comiteet@univille.br](mailto:comiteet@univille.br)



UNIVERSIDADE DA REGIÃO  
DE JOINVILLE UNIVILLE



Continuação do Parecer: 2.378.179

Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Beatriz.docx	17:05:58	BEATRIZ RENGEL	Acelto
Declaração de Instituição e Infraestrutura	termo_de_coparticipante_igreja.pdf	20/09/2017 17:04:14	BEATRIZ RENGEL	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_Beatriz.docx	20/09/2017 14:40:26	BEATRIZ RENGEL	Acelto
Folha de Rosto	folha_rosto_beatriz.pdf	20/09/2017 14:39:34	BEATRIZ RENGEL	Acelto

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOINVILLE, 13 de Novembro de 2017

Assinado por:

Marcela Luclane Lange Silveira  
(Coordenador)

Endereço: Rua Paulo Malchitzki, nº 10, Bloco B, Sala 117, campus Bom Retiro

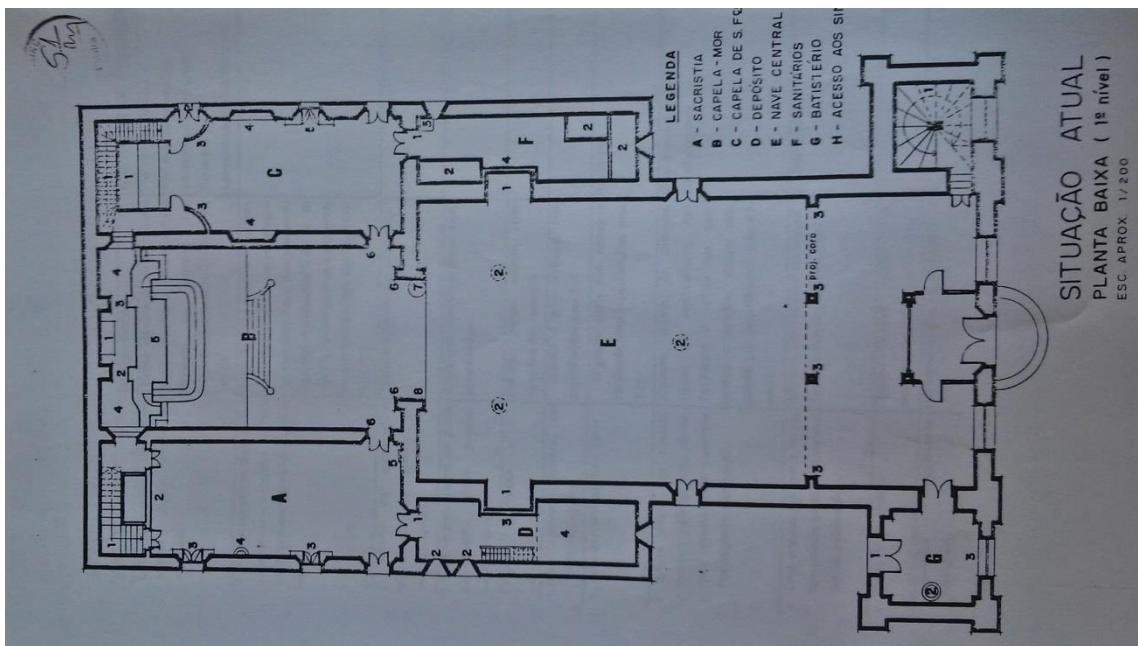
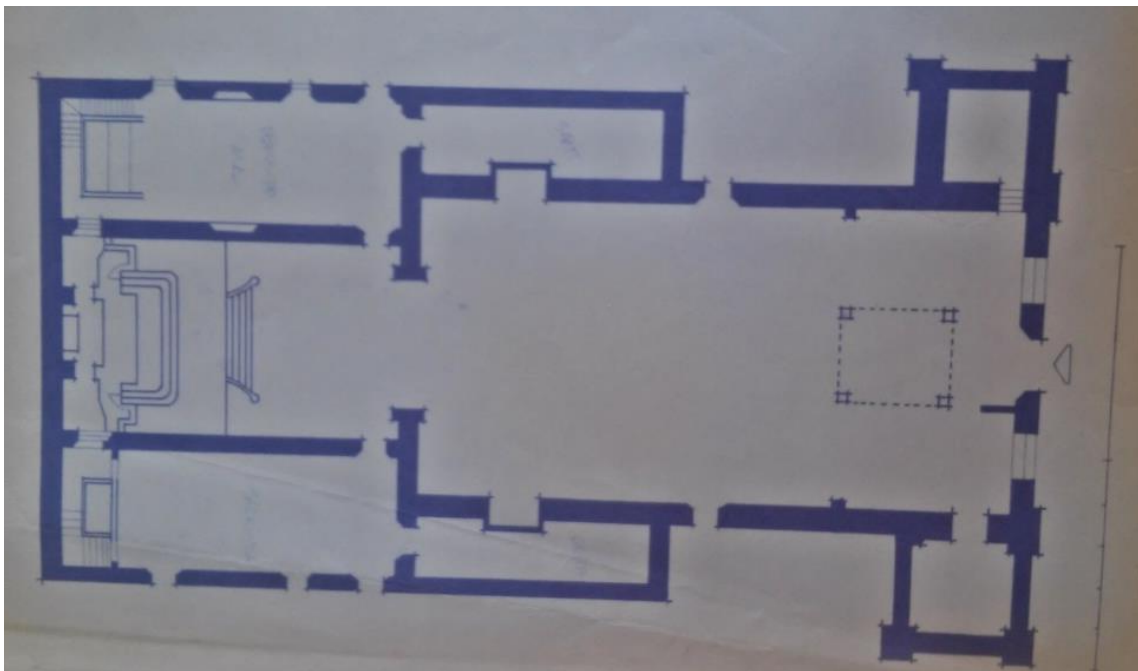
Bairro: Zona Industrial CEP: 89.219-710

UF: SC Município: JOINVILLE

Telefone: (47)3481-9236

E-mail: comitecia@univille.br

ANEXO D – PLANTAS DA IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA GRAÇA



Fonte: acervo do Iphan

## **APÊNDICES**

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

APÊNDICE B – AUTORIZAÇÕES DE ÁUDIO E IMAGEM

APÊNDICE C – TERMO DE COPARTICIPAÇÃO

APÊNDICE D – ROTEIRO BASE DAS ENTREVISTAS DE HISTÓRIA ORAL

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Para visualizar o documento completo acesse o link abaixo:  
<https://1drv.ms/f/s!Aqajq239BwLFjTnznHCzSbS3pJVT>

## APÊNDICE B – AUTORIZAÇÕES DE ÁUDIO E IMAGEM

Para visualizar o documento completo acesse o link abaixo:  
<https://1drv.ms/f/s!Aqajq239BwLFjTnznHCzSbS3pJVT>

## APÊNDICE C – TERMO DE COPARTICIPAÇÃO

## DECLARAÇÃO DE INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE

Joinville, 20 de setembro de 2017

Declaramos para os devidos fins que concordamos com os itens citados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que será assinado pelos sujeitos de pesquisa participantes de nossa igreja e museu. Assim, autorizamos a pesquisadora **Beatriz Rengel**, docente da Universidade da Região de Joinville – Univille, a realizar a pesquisa com o título "**A (inter)relação (i)material da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça com o Museu Diocesano de Arte Sacra Padre Antônio Nóbrega (2000 – 2015)**".

Cumpriremos o que determina a Resolução CNS 466/2012 e contribuiremos com a pesquisa mencionada sempre que necessário, fornecendo informações.

Sabemos que nossa Igreja (Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça) e Museu (Museu de Arte Sacra Padre Antônio Nobrega) poderão a qualquer fase desta pesquisa retirar esse consentimento. Também foi, pela pesquisadora acima mencionada, garantido o sigilo e assegurada a privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa.

Concordamos que os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e/ou revistas científicas, de maneira totalmente anônima.

Colocamo-nos à disposição para qualquer dúvida que se faça necessária.

Atenciosamente,



Pároco responsável da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça  
Museu de Arte Sacra Padre Antônio Nobrega  
(CNPJ: 84.708.478/0021-04)

84.708.478/0021-04

MUSEU DIOCESANO  
DE JOINVILLE

PC NEPOMUCENAS, 100  
CENTRO CEP 89240-000  
SÃO FRANCISCO DE ASSIS - SC

## APÊNDICE D – ROTEIRO BASE DAS ENTREVISTAS DE HISTÓRIA ORAL

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG  
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE  
MESTRANDA: BEATRIZ RENGEL  
ORIENTADOR: PROF. DR. EULER RENATO WESTPHAL

### ROTEIRO GERAL DAS ENTREVISTAS PARA USO DA METODOLOGIA DA HISTÓRIA ORAL

**Projeto:** A (inter)relação (i)material do Santuário Matriz Nossa Senhora da Graça com o Museu Diocesano de Arte Sacra Padre Antônio Nóbrega (2000–2015)

**Objetivo:** Realizar entrevistas que abordem a vida e as memórias das pessoas mais antigas pertencentes à Igreja Nossa Senhora da Graça. Abordaremos sua relação com a fé cristã e com a igreja, como percebem o Museu Diocesano de Arte Sacra Padre Antônio Nóbrega e se apropriam desse espaço, bem como os imbricamentos entre esses espaços e a comunidade católica de São Francisco do Sul.

**Lembrete:** o entrevistado pode se recusar a participar e/ou, caso não queira responder a alguma pergunta, terá seu direito respeitado.

<b>Data da entrevista:</b>	
<b>Local da entrevista:</b>	
<b>Entrevistadora:</b>	
<b>Entrevistado(a):</b>	
<b>Dados pessoais</b>	
Nome:	
Data de nascimento:	Profissão:
Estado civil:	Filhos:
Nome do cônjuge:	
Endereço:	
Telefone: (    )	<i>E-mail:</i>

#### Eixo temático 1: história de vida

- a) O(a) senhor(a) poderia falar seu nome completo?
- b) Quais são sua data e local de nascimento?
- c) O senhor tem alguma religião? Se sim, qual?
- d) Como foi a sua infância na cidade em que nasceu (cotidiano, moradia, escola, lazer)?
- e) Se católico, você é batizado, crismado, realizou matrimônio em uma igreja?
- f) Quando criança e adolescente, frequentava alguma igreja? Se sim, lembra o nome?
- g) O(a) senhor(a) gostava de frequentar a igreja quando criança/adolescente ou ia porque era levado pelos pais?
- h) Como era a sua estrutura familiar?
- i) Seus pais eram de qual religião?
- j) Se católicos, receberam todos os sacramentos?
- k) Como sua família se relacionava com a igreja de que participava?
- l) Você tem alguma memória marcante de sua família com a igreja?
- m) Você tem algum santo de devoção? Qual e por quê?
- n) Quando jovem, você manteve relação com uma igreja?
- o) Onde o(a) senhor (a) estudou? Qual é sua formação?



- p) O(a) senhor(a) conheceu seu marido/esposa onde? São quantos anos casados?
- q) Ele/ela frequentava a igreja antes do casamento?
- r) Vocês casaram na igreja? Vocês frequentam juntos a igreja?
- s) Sobre sua vida, casamento, trabalho, poderia comentar?
- t) Sobre sua família, vocês tiveram filhos? Se sim, quantos? Todos receberam os sacramentos da Igreja Católica? Eles frequentavam a igreja com vocês quando crianças? E hoje eles são de qual religião?

*Para o caso de não terem nascidos em São Francisco do Sul:*

- Veio para São Francisco do Sul em que ano?
- Como você percebeu a cidade?
- Por que escolheu frequentar essa igreja?

### **Eixo temático 2: igreja, museu e comunidade**

- a) Na sua opinião, o que é um espaço sagrado?
- b) O que é para você objeto sagrado/sacro?
- c) O(a) senhor(a) vai frequentemente a igreja?
- d) O(a) senhor(a) participa de algum movimento ou pastoral na igreja? Qual?
- e) Qual é a sensação que o(a) senhor(a) tem ao adentrar na igreja?
- f) Como você se sente indo à igreja?
- g) Sabe como surgiu a igreja, a história dela?
- h) Na sua opinião, o que é um museu?
- i) O(a) senhor(a) já conheceu o Museu Diocesano de Arte Sacra Padre Antônio Nóbrega?
- j) Como você percebe a relação entre a igreja e o museu?
- k) Ter um museu no espaço da igreja é algo que ajudou a igreja a trazer pessoas para a igreja?
- l) Qual é a sua opinião sobre o museu abrigar objetos pertencentes anteriormente à igreja?
- m) Como você se sente indo ao museu (se já foi)? Caso não tenha ido, iria com a entrevistadora para conhecê-lo?
- n) Se já foi ao museu, já rezou para algum santo que estava no museu?
- o) Sabe a história do museu, o motivo, de onde vieram as peças?
- p) Na sua opinião, os objetos sacros/santos devem ser retirados da igreja e passados para o museu depois de não estarem mais em uso?
- q) Na sua opinião, os objetos estarem no museu afetou a comunidade católica?
- r) Na sua opinião, o espaço da igreja e do museu auxiliam a cidade?
- s) Que sentimentos e lembranças surgem ao adentrar na igreja? E no museu?
- t) Na sua opinião, o museu está bem instalado no espaço da igreja?
- u) Um museu é um espaço sagrado? Ele pertence à igreja?
- v) Na sua opinião, sem a igreja o museu existia?
- w) O que o museu ensina? Isso auxilia a igreja?

### **Eixo temático 3: comunidade x visitantes**

- a) Na sua opinião, a igreja e o museu são pontos turísticos da cidade de São Francisco do Sul?
- b) Na sua opinião, o que as pessoas buscam ao visitar a igreja e o museu?
- c) Como você percebe a relação desses visitantes com a igreja e com o museu?
- d) Você pensa que ter esses visitantes na igreja é algo que auxilia na igreja?
- e) Na sua opinião, como a comunidade católica se relaciona com os visitantes?
- f) Na semana da festa do aniversário da igreja, o local recebe grande quantidade de turistas. Isso é importante para a igreja? E as barracas montadas ao lado da igreja e do museu incomodam a igreja?
- g) Você sabe por que a igreja e o museu recebem tantos visitantes?
- h) Na sua opinião, como os visitantes se comportam ao adentrar na igreja e no museu?
- i) Ao seu ver, os visitantes atrapalham a rotina da igreja com esse fluxo de pessoas?
- j) Como são apropriados esses locais pela comunidade?
- k) Como são apropriados esses locais pelos que trabalham ali?

*Para os que trabalham na igreja/no museu:*

- Como é trabalhar num museu católico?
- Como é trabalhar numa igreja?

- Como você percebe sua relação com a igreja e com os objetos santos?
- Para você, é como se trabalhasse em outro local, ou há diferença por ser um espaço sagrado?

#### **Eixo temático 4: patrimônio material e imaterial religioso**

- a) Na sua opinião, quais são os patrimônios da igreja? E os do museu?
- b) Ao seu ver, esses patrimônios representam a comunidade católica de São Francisco do Sul?
- c) Você acha que esses patrimônios estão presentes na vida da comunidade católica?
- d) Qual é a importância desses patrimônios para a comunidade e para a cidade?
- e) Na sua opinião, o que poderia ser melhorado na igreja? E no museu?
- f) Você separaria os dois espaços? Por quê?

Gostaria de falar sobre algo que não perguntamos, algum outro tema, fazer um comentário, tirar alguma dúvida?  
Agradecimentos.

## AUTORIZAÇÃO

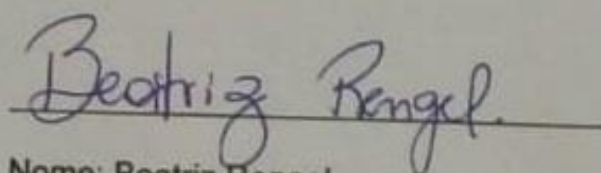
Nome do autor: Beatriz Rengel

RG: 5.191.209

Título da Dissertação: A MATRIZ NOSSA SENHORA DA GRAÇA E O MUSEU DE ARTE SACRA PADRE ANTÔNIO DE NÓBREGA: (INTER) RELAÇÕES (I) MATERIAIS

Autorizo a Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, através da Biblioteca Universitária, disponibilizar cópias da dissertação de minha autoria.

Joinville, 13 de março de 2019.

A handwritten signature in cursive script that reads "Beatriz Rengel". The signature is written in dark ink and is positioned above a horizontal line.

Nome: Beatriz Rengel